

**Arquiteturas da favela, o caso do Rio de Janeiro:  
A identidade da intervenção urbana em assentamentos  
informais**

(Versão final após defesa)

**Catherine Martins Gama  
42854**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

**Arquitetura**

(mestrado integrado)

Orientadora: Professora Doutora Cláudia Sofia São Marcos Miranda Beato

**Dezembro 2023**

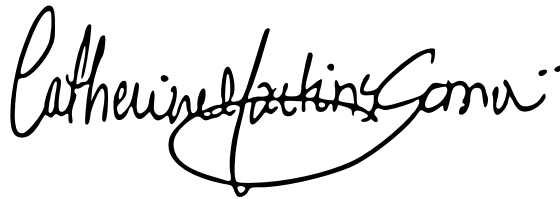


## **Declaração de Integridade**

Eu, Catherine Martins Gama, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição 42854 do Mestrado Integrado de Arquitetura da Faculdade de Engenharia, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referenciação de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 20/12/2023

A handwritten signature in black ink that reads "Catherine Martins Gama". The signature is written in a cursive style with a large, sweeping flourish at the end.

(assinatura conforme Cartão de Cidadão ou preferencialmente  
assinatura digital no documento original se naquele mesmo formato)



## **Dedicatória**

Para todos que acreditaram e fizeram acontecer junto comigo.  
Muito obrigada.



Notas prévias:

- A presente dissertação está redigida em português Brasil com o novo Acordo Ortográfico.
- A formatação utilizada para a bibliografia é a Norma APA (*American Psychological Association*) 7<sup>a</sup> edição.

## Resumo

A presente dissertação tem como objetivo principal realizar uma análise crítica da atuação de arquitetos e urbanistas em áreas urbanas vulneráveis, com foco nas favelas do Rio de Janeiro. Para compreender adequadamente como intervir nesses territórios, é essencial adquirir uma compreensão profunda das vivências e experiências locais. Nesse sentido, a pesquisa se inicia com uma síntese da origem das favelas na cidade, remontando ao início do século XX, rastreando seus desdobramentos e evolução até os dias atuais. O contexto político, econômico e social é constantemente considerado para uma apreciação mais abrangente das intervenções que ocorreram ao longo do tempo. Além disso, aborda-se as características da arquitetura popular e a estética das favelas cariocas.

Este estudo procura abordar a prática profissional da arquitetura no Brasil e a tradicional ênfase nas classes sociais mais privilegiadas, o que, por sua vez, resultou em um afastamento dos territórios mais precários. Busca-se, então, apresentar as mudanças de pensamento que ocorreram a partir do final do século XX e o desenvolvimento de uma reflexão arquitetônica mais consciente de sua responsabilidade social.

Com base nesse pressuposto, procura-se destacar as ações engajadas de arquitetos em favelas, que se tornaram mais frequentes após o reconhecimento do direito à moradia digna na Constituição de 1988. Essa constituição também desencadeou importantes desenvolvimentos em políticas públicas voltadas para a urbanização das favelas. Nesse contexto, realiza-se um estudo de caso do Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro (PROAP), uma das iniciativas mais relevantes do país no que diz respeito à urbanização das favelas.

A análise desse programa contribui para a compreensão das possibilidades transformadoras da ação de arquitetos em práticas contemporâneas, que são participativas e coletivas, e que envolvem uma abordagem multidisciplinar, incluindo políticas públicas do Estado, movimentos sociais e, é claro, as próprias comunidades. Espera-se, assim, iluminar o debate e não apenas estimular reflexões, mas também fomentar o interesse por uma prática profissional que seja socialmente e politicamente atuante.

## Palavras-chave

Favela, Rio de Janeiro (Brasil), Arquitetura Popular, Intervenção Urbana, PROAP.



## **Abstract**

The present dissertation has as its main objective to carry out a critical analysis of the role of architects and urban planners in vulnerable urban areas, with a focus on the favelas of Rio de Janeiro. To properly understand how to intervene in these territories, it is essential to gain a deep understanding of local experiences and lives. In this sense, the research begins with a synthesis of the origin of favelas in the city, tracing back to the early 20th century, tracking their developments and evolution up to the present day. The political, economic, and social context is constantly considered for a more comprehensive appreciation of the interventions that have taken place over time. Additionally, it addresses the characteristics of popular architecture and the aesthetics of the Rio de Janeiro favelas.

This study seeks to address the professional practice of architecture in Brazil and the traditional emphasis on more privileged social classes, which, in turn, has resulted in a distancing from more precarious territories. It aims to present the shifts in thinking that have occurred since the late 20th century and the development of architectural reflection that is more conscious of its social responsibility.

Based on this premise, efforts are made to highlight the engaged actions of architects in favelas, which have become more frequent after the recognition of the right to decent housing in the 1988 Constitution. This constitution also triggered significant developments in public policies aimed at the urbanization of favelas. In this context, a case study of the Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro (PROAP) is conducted, one of the country's most relevant initiatives regarding favela urbanization.

The analysis of this program contributes to understanding the transformative possibilities of architects' actions in contemporary practices, which are participatory and collective and involve a multidisciplinary approach, including state public policies, social movements, and, of course, the communities themselves. The aim is to illuminate the debate and not only stimulate reflections but also foster interest in a professional practice that is socially and politically active.

## **Key-words**

Favela, Rio de Janeiro (Brazil), Popular Architecture, Urban Intervention, PROAP



# Índice

<b>1. Introdução .....</b>	<b>1</b>
1.1 Apresentação e justificativa do tema .....	1
1.2 Questões e Objetivos .....	1
1.3 Relevância da Investigação .....	2
1.4 Metodologia da Investigação .....	3
1.5 Estrutura da dissertação .....	3
<b>2.A favela – em busca da conceituação.....</b>	<b>5</b>
2.1 Surgimento das favelas no Rio de Janeiro .....	5
2.1.1 Reforma Pereira Passos .....	8
2.2 Desenvolvimento da favela: classificações e a busca pela identidade.....	10
2.3 A estética e a cultura popular .....	13
2.4 Desdobramentos das favelas cariocas de 1930 a 1964 .....	18
2.5 Consequências da ditadura militar (1964-1985) para as favelas.....	25
2.5.1 Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana (CHISAM).....	28
2.5.2 Experiências da urbanização da favela Brás da Pina .....	29
2.5.3 Os limites do BNH .....	31
2.6 A favela carioca da redemocratização: o fim do séc. XX .....	32
2.6.1 Constituição “Cidadã” de 1988.....	35
2.6.2 Programas de urbanização das favelas.....	36
2.7 Desdobramentos da contemporaneidade: os últimos 20 anos .....	37
2.7.1 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).....	39
2.7.2 O legado dos megaeventos .....	41
2.7.3 Minha Casa Minha Vida (MCMV) .....	44
2.7.4 A urbanização enfrenta novos desafios: o crime organizado .....	47
2.7.5 A favela hoje .....	49
2.8 Considerações finais do capítulo.....	56
<b>3. Estudo de Caso: PROAP .....</b>	<b>57</b>
3.1 Etapas do PROAP .....	60
3.2 Plano Diretor Urbano do Rio de Janeiro .....	61
3.3 Programa Favela-Bairro Fase I e II (1995-2008) .....	64
3.3.1 Objetivos do Programa.....	65
3.3.2 Metodologia de projeto .....	70
3.3.3 Desafios da intervenção .....	73
3.3.4 Resultados do Programa Favela-Bairro .....	74
3.4 Programa Morar Carioca (2010-atual) .....	79
3.4.1 Metodologia.....	80

3.4.2 O programa em prática .....	83
3.5 Considerações finais do capítulo .....	85
<b>4- Relações entre a prática profissional da arquitetura e a favela .....</b>	<b>87</b>
4.1 Introdução.....	87
4.2 Princípios do ensino do ofício no Brasil .....	88
4.2.1 Arquitetura Nova.....	91
4.3 O debate político como pilar do ofício .....	92
4.3.1 Atuação militante e ativista em urbanização de favelas .....	93
4.3.2 Reflexões sobre prática participativa .....	95
4.3.3 Demandas sociais x interesses políticos.....	96
4.4 Considerações Finais.....	98
<b>Bibliografia .....</b>	<b>101</b>

## Lista de Figuras

Figura 1. Capa da edição especial do livro O Cortiço (Ostrower, 1948). Acervo do Instituto Fraya Ostrower.....	7
Figura 2. Reprodução cartaz filme inspirado em O Cortiço (Ramalho, 1978).....	7
Figura 3. Avenida Central. À esquerda o Theatro Municipal e à direita a Escola Nacional de Belas Artes (Ferrez, 1909).....	8
Figura 4. Demolição de cortiços no centro da cidade. (Malta, 1903). Arquivo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.....	8
Figura 5. Realocação dos moradores dos cortiços no Morro da Providência. Freme retirado da novela. Reprodução: TV Globo (2012).....	9
Figura 6. Demolição de cortiços. Freme retirado da novela. Reprodução: TV Globo (2012).....	9
Figura 7 e 8. Fotos de Salem, fotógrafa e moradora da Rocinha, que tem o costume de representar a favela sob suas lentes. Instagram@afotogracia(2022) .....	15
Figura 9. Barraco com desenhos infantis em Jardim Camacho, Duque de Caxias, periferia do Rio de Janeiro. Fonte: Instagram @joycepineiro para o projeto Favelagrafia (2020).....	16
Figura 10. Anjos e carnavais. Casa de alvenaria na favela do Fogueteiro, região central do Rio de Janeiro.Instagram @saulnicolai para o projeto Favelagrafia (2020).....	16
Figura 11. Ilustração comparando raízes da árvore e de rizomas. (Murray & Gloushenkova, 2013).....	18
Figura 12. Esquema orgânico com mais conexões e possibilidades (esq.) Esquema em árvore, modernista, com poucas conexões, mais limitado (dir.). (Alexander, 1965) .....	18
Figura 13. Croqui do Parque Proletário Provisório da Gávea. (SAGMACS,1960).....	20
Figura 14. Esboço do modelo do Parque Proletário da Gávea (1942). Acervo Agência Nacional/Arquivo Nacional.....	20
Figura 15. Parque Proletário da Gávea (1954). Arquivo Público do Estado de São Paulo.....	21
Figura 16. Visita do presidente Getúlio Vargas ao Parque Proletário da Gávea (1943). Acervo Agência Nacional/Arquivo Nacional.....	21
Figura 17. Plano Piloto de Brasília por Lúcio Costa (Costa,1956). Arquivo Público do Distrito Federal/Fundo Novacap.....	24

Figura 18. Congresso Nacional, projeto de Oscar Niemeyer (Farkas, 1960). Acervo Instituto Moreira Salles.....	24
Figura 19. Cidade Livre, primeiro dos assentamentos para operários (1959). Arquivo Público do DF.....	24
Figura 20. Proximidades da desigualdade (Pinto, 1969). Acervo do jornal Correio da Manhã.....	26
Figura 21. Barracos em Brás da Pina antes da urbanização. (Santos, 1981).....	29
Figura 22. Moradias após a urbanização. (Santos, 1981).....	29
Figura 23. À esq. croqui de um morador e à dir. planta baixa adaptada pela CODESCO. (Santos, 1981) .....	30
Figura 24. Conjunto Residencial Cardeal Dom Jaime de Câmara, construído em 1969 na Zona Oeste, conta com 7000 habitações (Chelsea, 2010).....	31
Figura 25. Imagem aérea do conjunto habitacional, um dos maiores da América Latina (Oliveira, 2011).....	31
Figura 26. Protesto do movimento "Diretas Já" (Carlos, 1984).....	32
Figura 27. Distribuição dos investimentos do PAC em urbanização de favelas (Cardoso & Denaldi, 2018) .....	40
Figura 28. Teleférico do Complexo do Alemão (Moura, 2020). Voz das Comunidades.....	41
Figura 29. Cerimônia de abertura das Olimpíadas Rio 2016, dançarinos em destaque e no fundo a cenografia representando uma visão lúdica da favela (Smith, 2016).....	42
Figura 30 e 31. Muro com anúncios dos Jogos Olímpicos Rio 2016 esconde Complexo da Maré (Moraes, 2016).....	43
Figura 32. Bairro Carioca, projeto MCMV, na zona norte do Rio (Globo, 2015). Portal de Notícias do G1/Globo.....	45
Figura 33. Reunião da Cooperativa Esperança, com o apoio de arquitetos constroem suas próprias casas. Catalytic Communities (2014).....	46
Figura 34. Em primeiro plano a bandeira da União Nacional por Moradia Popular que trabalha em conjunto da Cooperativa, ao fundo as casas construídas pelos moradores. Catalytic Communities (2014).....	46
Figura 35. Menino posando no primeiro plano e a viatura da UPP ao fundo (Fotogracia, 2022).....	48
Figura 36. Mapa das áreas sob domínio das milícias e facções criminosas. (GENI-UFF, 2019).....	49
Figura 37. Mapa da Zona Sul do Rio de Janeiro, com destaque para os limites da favela da Rocinha, próxima aos bairros do Leblon e Ipanema, que possuem um dos m <sup>2</sup> mais caros da cidade. (Autora, 2023).....	50

Figura 38. "o Oscar Niemeyer ele é menino perto dos pedreiro (sic) aqui da Rocinha"	
Ruan Juliet (2022).....	52
Figura 39. Fundação da casa feita diretamente na pedra. Rock Cria (2023).....	52
Figura 40. Instalações de esgoto e água feita pelos moradores Ruan Juliet (2023).....	52
Figura 41. "a vala já vem debaixo das casa" (sic). O esgoto das moradias fica exposto próximo aos passeios. Rock Cria (2023).....	55
Figura 42. Destino final das valas de esgoto é a praia de São Conrado. Ruan Juliet (2023) .....	53
Figura 43. A praia de São Conrado é muito frequentada pelos moradores da Rocinha. Ruan Juliet (2023).. .....	53
Figura 44. Centro desportivo da Rocinha. Ruan Juliet (2023).....	54
Figura 45 .Ruan Juliet destaca a importância do centro desportivo e as inúmeras atividades que acontecem (2023) .....	54
Figura 46. "Aqui na Rocinha também tem casa de 300 mil reais". Ruan Juliet (2023).....	55
Figura 47. "Vendas de laje: como funciona, qual preço? Até 150 mil reais". Rock Cria (2023).....	55
Figura 48. "Existe muita diferença de desigualdade na Rocinha". Ruan Juliet (2023).....	55
Figura 49. (Como é viver) em uma das maiores favelas da América Latina". (Fotografaria, 2022).....	55
Figura 50. Mapa das Intervenções do Programa Favela-Bairro. Prefeitura do Rio de Janeiro (1995).....	58
Figura 51. Tour Guiado a pé na favela da Rocinha. Get Your Guide (2023).....	72
Figura 52. Ranking de Índice de Infraestrutura nas favelas. (Duren & Osório, 2020).....	78
Figura 53. Logotipo do Programa Morar Carioca. Prefeitura do Rio de Janeiro (2013).....	83
Figura 54. Mapa das prioridades de intervenção do Morar Carioca. (Cavalcante, 2016)..	84
Figura 55. Escola Nacional de Belas Artes (1910). Disponível em: Wikimedia Commons.....	90
Figura 56. Resultados da pesquisa "Como o brasileiro constrói". (CAU/BR, 2015).....	93
Figura 57. Gravura que apresenta de forma cômica as diferentes perspectivas de projeto (Alexander, 1965).....	97

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1 Remoções de moradores entre 1962 e 1974 (Gonçalves & Amoroso, 2014).....	28
Tabela 2 População moradora de favelas no Rio de Janeiro (Gonçalves, 2016).....	50

## **Lista de Acrónimos**

AEIS - Área de Especial Interesse Social

AP - Áreas de Planejamento

BHN – Banco Nacional de Habitação

BID – Banco Internacional de Desenvolvimento

CAU - Concelho de Arquitetura e Urbanismo

CEHAB/RJ - Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro

CHISAM - Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana

CHP - Conjuntos Habitacionais Provisórios

CODESCO - Companhia de Desenvolvimento de Comunidade

FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo

FNA - Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas

GENI - Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos

GPD - Gerenciamento de Projetos de Desenvolvimento

IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil

IAP - Instituto de Aposentadoria e Pensões

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPP – Instituto Pereira Passos

MCMV - Minha Casa Minha Vida

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PDU - Plano Diretor Urbano

PMRJ - Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro

PNH - Política Nacional de Habitação

POUSO - Posto de Orientação Urbanística e Social

PROAP - Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro

SAAL - Serviço de Apoio Ambulatório Local

SAGMACS - Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais

SERFHA - Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas

SERPHAU - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

SMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social

SMH – Secretaria Municipal de Habitação

SMU - Secretaria Municipal de Urbanismo

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFF - Universidade Federal Fluminense

UPA - Unidades de Pronto Atendimento

UPP - Unidade de Polícia Pacificadora



# 1. Introdução

## 1.1 Apresentação e justificativa do tema

O presente trabalho é a culminância de uma jornada acadêmica árdua e recompensadora que transitou entre Brasil e Portugal. Um percurso que quase sempre se expressou na busca de visão crítica, de questionamento das bases e dogmas, do clássico, conservador e defasado. E que com isso também reflete os interesses no entendimento da prática da arquitetura com consciência social.

A investigação, a partir da contextualização nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, procura perceber dentre os diversos modos de intervenções urbanas praticada por arquitetos em territórios vulnerabilizados, os mais próximos da realidade da população e com desdobramentos positivos por consequência.

O indivíduo arquiteto no geral, e principalmente no Brasil, se apresenta historicamente e ainda na contemporaneidade com distanciamento da sua função social, ou seja, a elitização do fazer e do acessar a arquitetura limita as possibilidades de mudanças na cidade que objetivam desde a democratização do espaço público ao direito a habitação de qualidade.

Estudar sobre a favela dentro da academia é extremamente importante para trazer luz e voz aos territórios vulneráveis que geralmente não possuem acesso às discussões acadêmicas. Assim, por consequência, muitas vezes, tais debates são empobrecidos de visões mais abrangentes dos diferentes modos de habitar e viver nos grandes centros urbanos brasileiros. Ainda sim, para êxito nos resultados é essencial trabalhar a temática despido de preconceitos e da hegemonia do pensamento arquitetônico formal reproduzido à exaustão dentro das Escolas de Arquitetura e também nos meios da prática do profissional de arquiteturas.

## 1.2 Questões e Objetivos

As questões a serem trabalhadas nessa investigação giram em torno de perceber como se instituem as relações entre arquitetos e os espaços construídos a partir da informalidade, e para isso o objeto de estudo serão as arquiteturas das favelas do Rio de Janeiro.

E a partir dessa questão central busca-se perceber como se dão as intervenções urbanas de arquitetos nas favelas e com base em boas práticas encontrar modos de estabelecer a prática profissional da arquitetura de forma empática, consciente e democrática em territórios vulnerabilizados.

O trabalho desenvolvido com o viés teórico objetiva primeiramente entender melhor como a favela brasileira, com o recorte territorial nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, se desenvolve e se estabelece. O estudo então avança para o início das intervenções urbanas com foco na melhoria da qualidade desses territórios, ao invés de sua aniquilação, que se dá por volta dos anos 1980 até a contemporaneidade.

A narrativa a ser trabalhada na dissertação é a do progresso do modo de intervencionar a favela a partir das ideias de arquitetura e urbanismo centralizadas e contextualizadas na experiência e vivências individuais e coletivas. Evidentemente leva-se em conta as transformações político sociais do país, que refletem diretamente na criação e gestão de políticas públicas voltadas para esses territórios, como é o caso da redemocratização do país, citada anteriormente.

Em uma estratégia crítica e analítica de exemplos de programas e projetos pretende-se questionar dogmas enraizados e chegar nas alternativas empáticas praticadas que inserem as populações faveladas como protagonistas no processo participativo e colaborativo do projeto e execução. Também junto a isso poder evidenciar tanto o papel social quanto o profissional do arquiteto pelo direito à moradia de qualidade e assistência técnica especializada.

Vale ressaltar que o objetivo dessa dissertação não é dar respostas definitivas de qual ou quais seriam as relações e práticas ideias no intervencionar (ou não) os espaços de favela e outros territórios vulneráveis. Mas poder estudar alternativas e trazer questionamentos enriquecendo a discussão crítica dentro e fora dos espaços acadêmicos, trazendo sentido para o papel do arquiteto consoante ao contexto social.

### **1.3 Relevância da Investigação**

Pensar a cidade é pensar em tudo que ali existe e todos que ali habitam, suas conexões, relações, vivências, percursos, demandas. Somos, enquanto estudantes de arquitetura, ensinados a pensar a cidade formal, o projeto, o planejamento, o início e fim de uma obra. Mas há, claramente, diversas maneiras de existir na cidade. Pensar sobre a favela é pensar sobre as multiplicidades de (re)existência nos grandes centros urbanos brasileiros.

Sendo assim, é relevante a investigação propositar não apenas o estudo sobre as favelas em si, mas também sobre as influências positivas de práticas coletivas e participativas nas intervenções de profissionais de arquitetura em territórios desfavorecidos, que colocam o sujeito como protagonista da sua existência, do seu habitar.

A produção de conhecimento acadêmico a partir dessa temática vem crescendo cada vez mais dentro dos territórios brasileiros. Tal pesquisa objetiva então compartilhar e trazer essa discussão também a Portugal, já que a relação histórica entre os países tem importância

nos desdobramentos que provocaram o surgimento e desenvolvimento das favelas brasileiras.

## **1.4 Metodologia da Investigação**

A metodologia dessa dissertação teórica tem como método a investigação descritiva, com a finalidade de analisar qualitativamente outros autores que abordam a temática e que buscam respostas às problemáticas aqui apresentadas. Valer-se de ideias e conclusões de autores pregressos para a construção da própria na análise científica lançando um novo olhar sobre o objeto de estudo.

O estudo conduz-se inicialmente a partir de uma investigação documental a partir de uma abordagem histórica e contextual da edificação das favelas no município do Rio de Janeiro. Para então trazer como caso de estudo o Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro (PROAP) que apresentam significativa importância na afirmação de práticas da arquitetura e urbanismo com consciência social como alternativas favoráveis para o futuro da cidade. Com a preocupação de fazer uma análise de forma crítica dos resultados obtidos com o Programa. Por último elabora-se brevemente sobre o ensino e prática da arquitetura no Brasil para abordar finalmente como as relações profissionais, individuais e coletivas se entrelaçam nas intervenções urbanas de arquitetos nesses territórios.

A pesquisa bibliográfica conta com fontes primárias e secundárias, nomeadamente livros, teses, dissertações, artigos, projetos de estudo em curso e seminários. Encontrados principalmente a partir de pesquisa em repositórios universitários e bibliotecas digitais. Também conta com fontes da cultura popular como vídeos, novelas e músicas encontrados em redes sociais e plataformas digitais.

## **1.5 Estrutura da dissertação**

Como já referido anteriormente, a dissertação se estruturará a partir de 4 capítulos com os conteúdos a seguir sintetizados:

### **Capítulo 1 – Introdução**

O primeiro capítulo tem como objetivo apresentar o tema e a estrutura da dissertação, para seu melhor entendimento contém a justificativa do tema, questões e objetivos, relevância da investigação e a metodologia.

## **Capítulo 2 – A favela**

O segundo capítulo introduz e apresenta o objeto central da investigação: a favela brasileira. Optou-se por estudar o caso do Rio de Janeiro, já que é onde surge a primeira “*favela*” assim denominada e também que possibilita a investigação mais diversa e aprofundada já que abrangência bibliográfica sobre as favelas cariocas é a mais vasta encontrada.

Inicia-se com conceituação do termo e sua aplicação prática na classificação de territórios vulneráveis. Também se faz importante a contextualização histórica, política e social brasileira no surgimento das favelas, para então articular sobre a arquitetura da favela, a estética, as vivências, sua organização e desenvolvimento.

## **Capítulo 3 – Casos de Estudo**

O terceiro capítulo visa mostrar, a partir da análise crítica dos programas urbanização de assentamentos informais mais relevantes que ocorreram na cidade: Programa Favela-Bairro (1995-2005) e o Morar Carioca (2010 – Atual), a importância da atuação, aproximação, intervenção do arquiteto e urbanista na favela, que visam melhorar a realidade de quem habita esse território com a preocupação do respeito as vivências locais e das relações que as pessoas mantêm com o espaço que vivem.

O objetivo também é fazer uma crítica a promessa de transformações nesses territórios a partir da urbanização e a realidade de mudanças singulares.

## **Capítulo 4 – Relações entre a prática profissional da arquitetura e a favela**

O quarto capítulo busca sintetizar e concluir o pensamento desenvolvido na dissertação. Apresenta a arquitetura participativa e outras vertentes como uma boa prática nas intervenções urbanas. Além de questionar dogmas que limitam, até a contemporaneidade, a prática profissional do arquiteto e reiterar a importância de um ensino democrático e libertador que contribui para então uma prática consciente e empática.

Ressalta-se também a importância do engajamento do poder público para que realmente seja exercido por todos os cidadãos o direito à cidade.

## 2.A favela – em busca da conceituação

### 2.1 Surgimento das favelas no Rio de Janeiro

Favela, é tudo o que eu posso falar/Favela, oi, favela/Favela que trago no meu coração/Ao recordar com saudade/A minha felicidade/Favela dos sonhos de amor/E do samba-canção

Carlos Galhardo (1939)<sup>1</sup>

Para entender e definir o objeto de estudo dessa dissertação é preciso retornar ao século XIX e acompanhar os desdobramentos sócio-políticos que resultam no desenvolvimento desses territórios que conhecemos como *favelas*.

Parece retornar muito a história quando se aborda a colonização do território brasileiro pelos portugueses para destrinchar tal tema. Entretanto, não é possível comentar o surgimento das favelas sem abordar que a escravidão de milhões de indivíduos provenientes de territórios africanos, durante aproximadamente três séculos e a sujeição dessas populações à ausência de direitos básicos mesmo após a abolição da escravatura em 1888. Foi fundamental na construção das desigualdades que resultam na exclusão da população negra que acaba por ocupar às áreas marginais e vulneráveis das aglomerações urbanas.

Ou seja, é imprescindível comentar que os desdobramentos do contexto brasileiro pós-colonial é um fator incontornável, assim como o recorte étnico-racial – apesar de não ser o foco desse estudo, mas que seria incorreto não referir - quando se abordam as desigualdades sociais que resultam no desenvolvimento de territórios vulnerabilizados que muitas vezes sofrem com discriminação e ausência de suporte do Estado.

Sendo assim, o surgimento das favelas se situa na história no contexto pós-abolição, finais do século XIX: as pessoas antes escravizadas são libertas de seus antigos senhores sem qualquer possibilidade de sustento ou moradia. Era muito difícil encontrar empregadores desejando contratar ex-escravizados. “Assim, muitos desses sujeitos, sem dinheiro e (literalmente) sem espaço na sociedade, passaram a viver em agrupamentos informais” (Duarte & Gomes, 2020, p. 272).

Enquanto isso, milhares de europeus, apoiados por políticas brasileiras de imigração voltadas principalmente para a colonização agrícola, desembarcavam no país com a promessa de terras para cultivar. Políticas que claramente carregavam, dentre outras

---

<sup>1</sup> Canção nomeada “Favela”, estilo samba, composta por Roberto Martins e Waldemar Silva, interpretada por Carlos Galhardo e orquestra, gravada em 1939.

motivações, o viés eugenista de supressão da população negra, que precisou resistir sem qualquer apoio fora os de seus iguais.

O primeiro assentamento informal, que se tem registro, a denominar-se *favela*, é o atualmente nomeado Morro da Providência, na região central do município do Rio de Janeiro. Favela é originalmente uma pequena árvore do cerrado<sup>2</sup> brasileiro, conhecida por ser espinhosa e muito resistente à seca e intempéries, encontrada frequentemente no sertão do estado da Bahia, na região Nordeste do país. A denominação de Morro da Favela veio dos ex-combatentes da Guerra dos Canudos<sup>3</sup>, que teriam saído do Rio de Janeiro para a Bahia para lutar a favor do governo brasileiro, com a promessa de que ao retornar vitoriosos seriam recompensados com terra e moradia. Contudo, a promessa nunca se tornou realidade e essas pessoas acabaram por se instalar no alto do Morro da Providência, que carinhosamente chamaram de Morro da Favela, homônimo ao sítio que os combatentes se instalaram na Bahia, em homenagem a tal árvore que é tão resistente (Bueno, 2018).

Entretanto, vale ressaltar que não foram os primeiros construir seus barracos no tal morro. Esse já era ocupado por, acredita-se que, aproximadamente 100 barracos de pessoas que foram expulsas dos cortiços - que eram um conjunto de moradias comunitárias, que se assemelham aos bairros de lata encontrados nos grandes centros de Portugal, objetos de intervenções como a do Programa SAAL<sup>4</sup>. Os tais cortiços eram normalmente casarões de um único dono com inúmeros quartos arrendados pelas famílias que se amontoavam em pequenos cômodos, casas de banho e cozinhas eram comumente comunitárias. Os cortiços se espalhavam pela cidade, eram tão relevantes na dinâmica urbana que até se torna um romance de grande importância na literatura brasileira, *O Cortiço* (1890) de Aluísio de Azevedo, é um grande clássico naturalista que aborda as péssimas condições de vida dos moradores desses ambientes, onde a própria habitação é um personagem da trama que se desenvolve durante o enredo, como pode-se notar na citação a seguir:

---

<sup>2</sup> O Bioma Cerrado é o segundo maior da América do Sul, correspondente a mais de 22% do território brasileiro. A paisagem do bioma é predominantemente caracterizada por extensas formações savânicas, interceptadas por matas ciliares ao longo dos rios, nos fundos de vale. (IBF, 2020).

<sup>3</sup> A Guerra de Canudos (1893-1897) foi uma revolta de uma comunidade autônoma liderada por um líder religioso, Antônio Conselheiro, contra os governantes por conta da exploração e miséria da região do sertão baiano marcada por latifúndios improdutivos, secas cíclicas e desemprego crônico. A guerra se deu entre o exército brasileiro e os moradores da região e resultou na morte da maior parte dos habitantes do vilarejo de Canudos, cerca de 25 mil pessoas (Marasciulo, 2019).

<sup>4</sup> Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) foi um programa instituído em 31 de julho de 1974 pelo Ministro da Administração Interna, Costa Brás, e o Secretário de Estado da Habitação e do Urbanismo, Nuno Portas. O programa visava a melhoria em bairros vulneráveis por toda Portugal a partir de assistência técnica especializada e cooperativas dos próprios moradores (Alves, 2017).

O que aliás não impediu que as casinhas continuassem a surgir, uma após outra, e fossem logo se enchendo, a estenderem-se unidas por ali a fora, desde a venda até quase ao morro (...) E, naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer, um mundo, uma coisa viva uma geração, que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco. (pp. 14,15)

Como um clássico da literatura brasileira, O Cortiço já contou com dezenas de edições, inclusive edições especiais ilustradas, como é o caso da edição de 1948 que conta com gravuras exclusivas da artista Fayga Ostrower, como pode-se ver na Figura 1. O romance também foi adaptado para o cinema em 1978 (Figura 2).



Figura 1 Capa da edição especial do livro O Cortiço (Ostrower, 1948)

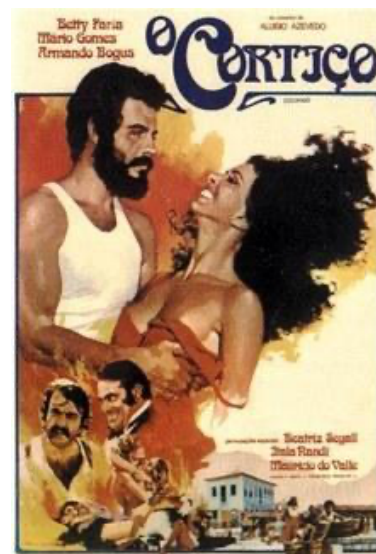


Figura 2 Reprodução do cartaz do filme inspirado em O Cortiço (1978)

Já não bastasse a vida longe de ser confortável nos cortiços, no final do século XIX e início do século XX, uma sucessão de prefeitos do Rio de Janeiro, incentivados pela elite republicana – Brasil deixa de ser Império com a Proclamação da República em 1889 – ordena a total destruição desses espaços em extensos projetos de urbanização da cidade com um viés totalmente apoiado em políticas higienistas que tinham como objetivo modernizar a cidade a partir de modelos europeus. Modelos que se ultrapassam ao desenho da cidade, mas sim visam uma nova sociedade, e nessa sociedade ideal para a elite brasileira não cabiam os negros ex-escravizados que ocupavam a cidades se amontoando em habitações insalubres (Zanaga, 2020).

Para elucidar o que seria essa abordagem higienista, segundo Zanaga (2020), a partir de interpretações de Foucault, o racismo que séculos anteriores convencia ao ser justificado por discursos religiosos e metafísicos, no séc. XIX se sustentava em crenças embasadas em discursos “científicos” e biológicos que afirmam a existência de uma raça superior (branca e europeia, obviamente). Todas essas ideias importadas pela elite brasileira da época resultam em políticas de branqueamento e eugenismo – a promoção das

imigrações europeias já citadas são um exemplo. As adaptações cabíveis a essas teorias raciais para o contexto brasileiro também incluem a higiene como fator importante na “evolução” do povo, é então que práticas e técnicas médico-sanitaristas, tal como vacinação obrigatória e a limpeza da cidade, são altamente difundidas (Zanaga, 2020).

### 2.1.1 Reforma Pereira Passos

Sendo assim, é impossível não citar as intervenções urbanas do início do século do prefeito Pereira Passos<sup>5</sup>, com o apoio do presidente Rodrigues Alves<sup>6</sup>. Tais intervenções são conhecidas como Reforma Urbana Pereira Passos ou então popularmente como “bota-abaixo”. Se resumem em duas abordagens, além da intervenção urbana espacial, também há as práticas médico-sanitaristas realizadas por Oswaldo Cruz<sup>7</sup>.

Um dos objetivos principais da Reforma era a ligação das partes mais distantes da cidade ao centro por amplas vias para automóveis, assim como saneamento básico e iluminação (Silva, 2019). No decorrer das vias há a construção de diversos edifícios imponentes como o Teatro Municipal, Escola Nacional de Belas Artes e Biblioteca Municipal (Figura 3).



Figura 3 Avenida Central. À esquerda o Theatro Municipal e à direita a Escola Nacional de Belas Artes. (Ferrez, 1909)



Figura 4. Demolição de cortiços no centro da cidade. (Malta, 1903).

<sup>5</sup> Francisco Pereira Passos (1836-1913) foi engenheiro e prefeito do Rio de Janeiro, entre 1902 e 1906 na época Distrito Federal, ou seja, capital do país. Nomeado pelo então presidente Rodrigues Alves.

<sup>6</sup> Francisco de Paula Rodrigues Alves (1848 -1919) quinto presidente da República do Brasil.

<sup>7</sup> Oswaldo Gonçalves Cruz (1872-1917) médico, bacteriologista, epidemiologista, figura importante na Diretoria Geral de Saúde Pública no início do séc. XX. Parte de seus estudos foram em Paris, França, onde estudou mais a fundo sobre microbiologia. Ao voltar ao Brasil trouxe ideias para combater as moléstias mais comuns na capital (Rio de Janeiro) como febre amarela e varíola, mas os métodos de combate às doenças muitas vezes eram repressores e violentos principalmente com a população mais pobre, que causou revoltas populares (Fiocruz, 2017).

O Rio de Janeiro deveria parecer as cidades como Paris e Londres, cidades modelo na perspectiva do prefeito e das elites cariocas<sup>8</sup>. Em uma abordagem de modernização conservadora e excludente era primordial a expulsão dos mais pobres que arrendavam quartos nos cortiços do centro para a então demolição total dessas habitações insalubres para a implantação das vias e novas construções (Figura 4). Os ex-moradores poderiam ter recebido indenizações ou qualquer apoio do governo para sua realocação, mas isso claramente não aconteceu e mais uma vez as pessoas são postas à margem da cidade e da sociedade (Santana & Soares, 2009).

Paris foi uma inspiração em muitos sentidos, no papel do Estado como idealizador, promotor e gestor da reforma; no modelo arquitetônico; nas obras feitas por meio de empréstimos particulares; e no valor dado à competência técnica de profissionais. (Silva, 2019, p. 6)

O “bota-abaixo” que durou entre 1902 e 1906 é tido, em diversas literaturas, como um dos principais fatores para o crescimento das favelas no Rio de Janeiro no início do século XX. As pessoas desabrigadas e expulsas do centro da cidade, visto que o planejamento e modernização da cidade formal não as cabia, foram ocupar as áreas e terrenos disponíveis para construir suas próprias moradias, no caso os morros que circundam o centro da cidade.

Os desdobramentos desses acontecimentos são de conhecimento do povo e parte da cultura popular, o processo já foi reproduzido em diversas músicas e até em novelas como *a Lado a Lado* (2012) - onde a protagonista vê o cortiço onde morava ser demolido (Figura 5) e vai junto a família construir seus barracos no Morro da Providência (Figura 6).



Figura 5 Demolição de cortiços. Freme retirado da novela. Reprodução: TV Globo (2012)



Figura 6 Realocação dos moradores dos cortiços no Morro da Providência. Freme retirado da novela. Reprodução: TV Globo (2012)

Como relata Rosane Bardanachvili (2012), historiadora que faz pesquisa e colaboração para novelas de época. A história da origem de ocupação desse local, apesar de

---

<sup>8</sup> Carioca é aquele nascido, ou o que é proveniente da cidade do Rio de Janeiro

dubitável, pode se relacionar diretamente com a ordem de demolição conduzida pelo prefeito Barata Ribeiro em 1893 do cortiço denominado Cabeça de Porco, segundo relatos de antigos moradores, as pessoas teriam se aproveitado dos restos de materiais da demolição, sobretudo a madeira, que foram reutilizados para reconstruir suas casas após se se assentarem no morro localizados nas proximidades, posteriormente nomeado como Morro da Providência.

Sendo assim é interessante perceber como o Brasil originou suas favelas, como os governantes junto das elites com o objetivo de extirpar a pobreza de suas vistas, retirar o que não era aprazível esteticamente da sua capital que urgia pela urbanização, pela modernização pautada na higienização e sanitário. A pobreza e problemas sociais que as próprias elites criaram com a escravidão e que, após a abolição não sabem, ou melhor, não tem interesse em resolver. O destino então das favelas do Brasil e mais especificamente do Rio de Janeiro por décadas foi a pura negligência e a busca pela liquidação. Enquanto isso, em cima dos morros impera a resistência, resiliência de edificar um lugar para viver.

## **2.2 Desenvolvimento da favela: classificações e a busca pela identidade**

Meu nome é favela/É do povo, do gueto a minha raiz/Becos e vielas/Eu encanto e canto uma história feliz/De humildade verdadeira/Gente simples de primeira

Arlindo Cruz (2011)<sup>9</sup>

Como dissertou-se brevemente sobre as origens da favela na cidade do Rio de Janeiro, vamos discutir um pouco mais sobre seu desenvolvimento no início do século XX e as relações entre as entidades oficiais e os assentamentos informais. Como descreve Pasternak (2006), a favela começa com a simplificação máxima do habitar, para então de forma dinâmica e vertiginosa atingir a complexidade que se percebe atualmente.

É um hábitat de sobrevivência, simplificado ao extremo, arquitetura sem arquitetos, que monta seu espaço como consegue, partindo da construção de um abrigo precário, expressão imediata de necessidade vital, para, posteriormente, vê-lo evoluir para uma complexidade espacial e simbólica crescente. (p. 178)

Já foi visto de onde veio a nomenclatura favela, segundo Abreu (1994) como cita Pasternak (2006), apenas na década de 1920 que a palavra começa a generalizar e ser usada pela sociedade para se referir a habitações irregulares e ilegais, geralmente assentadas nos

---

<sup>9</sup> Canção nomeada “Meu Nome é Favela”, estilo samba, composta por Rafael Delgado, interpretada por Arlindo Cruz, gravada em 2011.

morros cariocas. Após a Reforma Pereira Passos passa-se anos de completa negligência por parte do governo, nas primeiras décadas de XX não havia nenhuma infraestrutura nos morros que não fossem as que os próprios favelados tenham instalado. Visto como um problema crescente na cidade, na época havia duas alternativas para as favelas, sua destruição com a demolição de barracos, ou a simples omissão.

As favelas são reconhecidas oficialmente apenas em 1937, quando há a existência registrada no Código de Obras municipal – que permanece em vigor até os anos de 1970. Como os conjuntos de habitação já se espalhavam por muitos pontos pela cidade já se tornava mais difícil de ignorar (Pasternak, 2006).

Para ser oficialmente definida sua existência é preciso também entrar nas estatísticas e nos censos do país. É em 1941 durante o 1<sup>a</sup> Congresso Brasileiro de Urbanismo onde se propõe “um estudo completo das favelas através do qual possamos conhecer os aspectos gerais e particulares do problema” (Valladares, 2005, p. 55). Nos anos 1940 são feitas algumas pesquisas mais sistemáticas, o principal é o Censo das Favelas (1948) feito pela câmara municipal, mas é apenas com o Recenseamento Geral de 1950 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que as informações se centralizam. Classificar as favelas na realidade não foi e ainda não é nada simples, primeiramente seria necessário definir quais parâmetros seriam usados para caracterizar os aglomerados. Segundo Passos Guimarães (1953), o então diretor de recenseamento do IBGE, oficialmente as características que esses teriam para se denominar favela seriam:

- Proporções mínimas – agrupamentos prediais ou residenciais formados com número geralmente superior a cinquenta;
- Tipo de habitação – predominância de casebres ou barracões de aspecto rústico, construídos principalmente com folha de flandres, chapas zincadas ou materiais similares;
- Condição jurídica da ocupação – construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida;
- Melhoramentos públicos – ausência, no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada;
- Urbanização – área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento.

Como pode-se perceber, os critérios utilizados focam no aspecto físico e espacial das habitações e da sua implantação. No geral, as definições de órgãos oficiais normalmente voltados aos censos populacionais e econômicos do país quando precisam classificar os conjuntos habitacionais em assentamentos informais carregam vocábulos degradantes, colocando a cidade formal como o “normal” e as favelas como o “anormal”, o indesejável. Por exemplo o IBGE denomina “aglomerados de domicílios subnormais” os conjuntos que se encaixam nos critérios descritos, já a Política Nacional de Habitação (PNH) usa a expressão “assentamentos precários” para os conjuntos habitacionais *inadequados* ocupados por moradores de baixa renda, assim como o Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada (IPEA) que também se vale da mesma caracterização pela precariedade das condições de habitabilidade (Duarte & Gomes, 2020).

Afinal, nas primeiras classificações justificam-se o foco nos aspectos físicos das habitações pois é o que claramente diferenciava dos padrões antes estabelecidos pela arquitetura da cidade dita convencional. Porém é algo que também se transforma com o desenvolvimento da favela, pois assim como a desigualdade que assola a sociedade brasileira, as condições de vida dentro das favelas também se diferem muito, nem sempre uma casa na favela é precária. Sendo assim, o aspecto que melhor abrange de forma objetiva esses conjuntos seria a condição jurídica da habitação, ou seja, a questão legal do terreno, que no caso é de ocupação sem a devida compra do lote.

Segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro (em vigor desde 2011):

Entende-se por favela a área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação clandestina e de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e alinhamento irregular, ausência de parcelamento formal e vínculos de propriedade e construções não licenciadas, em desacordo com os padrões legais vigentes. (Lei Complementar nº 111 de 01/02/2011, art. 234, § 3º, do Município do Rio de Janeiro)

Apesar dos censos incluírem favelados nas pesquisas de 1950, é apenas anos depois, já em 1980, que realmente se nota uma preocupação em aferir de forma mais aproximada e organizar dados censitários sobre as favelas. Por conta disso, mesmo nos dias de hoje, a maior parte das informações que se tem estão longe de ser exatas (Pasternak, 2006).

Vale ressaltar que até hoje não há necessariamente um consenso para as classificações, mas há sim uma ideia que se une ao imaginário construído por grupos sociais dominantes que é carregada de preconceitos do que definiria favela.

Segundo Mário Simão (s.d.), colaborador do WikiFavelas<sup>10</sup>, o que mais se aproximaria atualmente da complexidade da abrangência das definições de favela condiz com essas abordagens de classificação:

1. A dimensão sociopolítica destes territórios: as favelas como um território onde a incompletude de políticas e ações do Estado se fazem historicamente recorrentes;
2. A dimensão socioeconômica destes territórios: como espaços onde as relações informais de geração de trabalho e renda predominam, com elevadas taxas de subemprego e desemprego na comparação com outros bairros da cidade. Onde

---

<sup>10</sup> Uma plataforma virtual de acesso aberto para a coleção e produção de conhecimentos sobre favelas e periferias. Busca a construção coletiva do conhecimento existente sobre as favelas e periferias de todo o Brasil, por meio da articulação de uma rede de parceiros, tanto nas academias quanto nas instituições produtoras de conhecimentos existentes nos próprios territórios. (Wikifavelas, 2019)

observa-se desigualdades históricas vivenciadas por seus moradores do ponto de vista de acesso a direitos;

3. A dimensão urbanística: como um território de edificações predominantemente caracterizadas pela autoconstrução, sob um ordenamento mais espontâneo e menos definido pela regulação jurídica oficial;
4. A dimensão sociocultural, isto é, as favelas como territórios de expressiva presença de negros e descendentes indígenas, mas também como espaço de identidades plurais no plano da existência material e simbólica.

Como pode-se notar, até os dias atuais não há um único conceito que abarque a definição de favela e sim características que ultrapassam os limites físicos e formais da urbe e incluem também as dimensões políticas, econômicas e culturais do território.

### **2.3 A estética e a cultura popular**

O meu castelo tem um quarto só/ E amianto pra cobrir minha cabeça/ Meu guarda-roupa é feito de uma só gaveta/ E mora lá, o passarinho verde da esperança

Renato da Rocinha (2021)<sup>11</sup>

Toma-se a liberdade de interromper brevemente a narrativa histórica para seguir em direção a abordagem estética, para melhor perceber que espaços estão sendo edificados e como. Para que posteriormente seja mais claro as motivações políticas e estéticas de intervenção que são afinal um desdobramento do embate entre cidade formal e favela.

As favelas se constituem através de um processo arquitetônico e urbanístico vernáculo singular, que não somente difere, ou é o próprio oposto, do dispositivo projetual tradicional da arquitetura e urbanismo eruditos, mas também compõe uma estética própria, que é completamente diferente da estética da cidade dita formal e possui características peculiares. (Jacques, 2001)

É desafiador encontrar investigações que buscam entender o espaço a partir de uma visão estética e arquitetônica, visto que realmente há diversos estudos sobre assentamentos urbanos informais, porém majoritariamente voltados ao um viés sociológicos, econômicos e políticos. Há diversas explicações para tal, mas uma das principais é o desinteresse por parte de arquitetos e urbanistas em entender a produção de espaços arquitetônicos feitos por não-arquitetos, uma arquitetura à margem da arquitetura, nomeada simplesmente de “construção” (Sant’Anna, 2013).

As relações entre os profissionais de arquitetura e a arquitetura popular serão mais bem aprofundados nos próximos capítulos, junto de todo o questionamento da noção

---

<sup>11</sup> Canção nomeada “Castelo de Um Quarto Só”, estilo samba, composta por Vini Santa Fé, interpretada por Renato da Rocinha, gravada em 2021.

hegemônica da arquitetura como um saber erudito. Para já, o foco é na construção dessa realidade estética que se baseia em técnicas e saberes empíricos.

Antes de mais, segue a definição do que se entende por “arquitetura popular”, que também pode ser chamada de “arquitetura vernacular ou tradicional” quando se caracteriza dessa forma: a maneira de ‘arquitetar’ é estabelecida por tipologias de construção local ou regional, nas quais são utilizados materiais e recursos do ambiente onde a edificação está localizada. São, portanto, arquiteturas diretamente ligadas ao contexto, influenciadas e atentas às características do meio – que inclui, entre outros condicionantes, o clima, vegetação e topografia – além de características culturais específicas de sua localização e, por essa razão, surgem de maneira única em diferentes partes do mundo, sendo também consideradas um meio de expressão de cultura e identidade (Ghisleni, 2020). Esse tipo de arquitetura também se denomina tradicional pelo fato do conhecimento do modo de fazer passar de geração para geração, como uma tradição, na maioria das vezes de forma oral. Dessa forma é comum que as pessoas criem uma conexão ou um vínculo relevante com a construção e sua envolvente, ainda mais quando se fala de moradia. Sendo assim, percebe-se que a estética da favela por si só não é um acaso e sim a construção de tipologias a partir do saber empírico contextualizado e ramificado.

A nível de comparação, a arquitetura que se entende por “erudita” ou “formal” abrange as formas de fazer ensinadas e reproduzidas em Escolas de Arquitetura. A definição é, querendo ou não, uma forma de hierarquizar o conhecimento, pois o ‘erudito’ é aquele que se opõe ao popular, é conceituado como conhecimento próprio dos cultos e intelectuais, o conhecimento obtido a partir da teoria primordialmente. Já aí parece haver uma dicotomia entre as práticas profissionais e populares, porém ver-se-á que existem mais conexões e similaridades entre as práticas do que à primeira vista.

Posto isso, é compreensível que as relações estéticas da favela são desafios de conceituação para quem não está inserido nesses espaços. Como mesmo afirma Paola Berenstein Jacques no livro *Estética da Ginga* (2001), no qual tenta perceber os fundamentos estéticos da arquitetura das favelas pela visão do artista Hélio Oiticica, que é um artista forasteiro que representa em suas obras vivências que teve no Morro da Mangueira. A discussão estética ao partir de parâmetros acadêmicos e de noções da arquitetura ensinada pelas Escolas estará muito mais voltada para um debate teórico que parte de uma construção de espaço que é alheia a realidade de construção urbana de assentamentos informais. Apesar de parecer redundante, conclui-se que para melhor entender a arquitetura popular é preciso basear-se nas ricas informações que há na cultura popular, na arte de rua, nas músicas, filmes, danças, vivências reais que dificilmente encontra-se nos livros.

Busca-se adaptar e criar caminhos, falas, conceitos que se aproximam da expressão desse lugar, assim como fizemos com tantos outros. É sobre entender como o indivíduo e a comunidade inseridos em determinados contextos vivem e constroem de maneira distinta dos parâmetros criados por outros em diferentes contextos de acesso, informação e privilégio. Apesar disso, o construir, habitar e viver parte da essência humana e assemelham-se de muitas formas e que apesar de toda negligência e projetos de exclusão, as pessoas ocupam, produzem, vivem e estão sempre e reinventar novos modo de se adaptar.

Estudar a estética popular é uma tentativa de adaptar os discursos, o formal e informal, para encontrar entendimento e quebrar fronteiras que são pautadas na hierarquização de saberes. Vale ressaltar também que muitas das interpretações da cultura popular por acadêmicos passam por algumas transformações como em qualquer *tradução*. Isso se dá porque ainda são poucos moradores de favela criadores da produção acadêmica escrita e difundida sobre a favela, ou seja, em sua maioria são pessoas estranhas ao lugar que percebem e racionalizam sobre o assunto e a partir de suas próprias experiências.

Em síntese para compreender sobre a estética da favela, é preciso beber tanto dos estudos feitos por arquitetos, urbanistas, sociólogos, filósofos e historiadores, quanto das mais diversas formas de expressão, com o uso da arte, das mídias, e da difusão das informações produzidas pelas pessoas que realmente vivem tal realidade. Abaixo observa-se fotografias de autoria de Salem, uma jovem nascida e criada na favela da Rocinha (Rio de Janeiro), que expressa em suas imagens o cotidiano dos habitantes.



Figura 7 e 8. Fotos de Salem, fotógrafa e moradora da Rocinha, que tem o costume de representar a favela sob suas lentes. Instagram@afotograncia(2022)

Visto tudo isso, dá-se continuidade ao discurso da estética que Jacques concebe com o que ela chama de figuras conceituais para sintetizar alguns conceitos e aproximar discursos da teoria estética. É importante ressaltar que a lógica racional de arquitetos e urbanistas sobre a construção da urbe se difere da organização que encontramos nas favelas e sendo assim, as figuras conceituais em escalas que vão do corpo ao território são úteis para melhor dissecar e perceber os desdobramentos da construção desses espaços. (Jacques, 2001).

- **Fragmento** (do corpo à arquitetura):

Vai, barracão/Pendurado no morro/E pedindo socorro/A cidade a seus pés/Vai,  
barracão/Tua voz, eu escuto/Não te esqueço um minuto/Porque sei quem tu  
és/Barracão de zinco/Tradição do meu país/Barracão de zinco/Pobretão, infeliz

Elizeth Cardoso (1953)<sup>12</sup>

O barraco é a unidade da habitação, a originária, que posteriormente evolui para a casa de alvenaria. Barracos definem-se por habitação simples, pequena, normalmente de madeira com cobertura de zinco ou amianto. Formalmente o barraco é fragmentado pois a construção se dá com materiais heterogêneos, sem padrão, tudo que pode se encontrar que seja de baixo custo, como pode-se observar na Figura 9. Já morfologicamente a casa de alvenaria – normalmente de tijolos cerâmicos e sem reboco é fragmentária pois sua construção é contínua, um projeto eternamente inacabado (Figura 10).



Figura 9. Barraco com desenhos infantis em Jardim Camacho, Duque de Caxias, periferia do Rio de Janeiro. Instagram @joycepineiro para o projeto Favelagrafia (2020)



Figura 10. Anjos e carnavais. Casa de alvenaria na favela do Fogueteiro, região central do Rio de Janeiro. Instagram @saulonicolai para o projeto Favelagrafia (2020)

<sup>12</sup> Canção nomeada “Barracão de Zinco”, estilo samba, composta por Luiz Antônio e Oldemar Magalhães, interpretada por Elizeth Cardoso, gravada em 1953.

Diferente do projeto findo, a habitação a partir da arquitetura sem projeto conta a história e cresce junto ao crescimento socioeconômico de seus habitantes, cada pavimento, puxadinho e cômodo a mais é sinônimo do desenvolvimento daquela família. A autoconstrução é muito marcante na geração de conexão e afinidade com o *lugar* (Jacques, 2001).

- **Labirinto** (da arquitetura ao urbano)

O conjunto das unidades de habitação formam então o processo urbano da construção do espaço. As noções de percurso do desenho urbano bem delimitados que vemos na cidade formal com referências espaciais claras nada se parecem com a experiência orgânica e espontânea da criação de caminhos na favela.

Os caminhos, assim com as habitações, estão em constante transformação, o espaço também não tem fronteiras tão definidas entre o público e privado, determinados pelo uso e função que frequentemente é plural, assim como a maioria dos parâmetros da favela.

Os percursos formam o labirinto complexo e quase que inacessível para visitantes sem um morador, ou um *cria*<sup>13</sup> para guiar pelos becos e vielas. Plantas e mapas estão constantemente desatualizados, são momentâneos e feitos posteriormente (Jacques, 2001).

- **Rizoma**<sup>14</sup> (do urbano ao território)

Nessa última figura conceitual, de escala mais abrangente, a escolha do Rizoma para síntese traz em si um contraponto com a utopia da cidade modernista ideal, onde os urbanistas modernistas referenciam a cidade formal como uma árvore e suas raízes, numa organização e hierarquia rígida– conceito já muito discutido e questionado ainda nos anos 1960. A Figura 11 demonstra as diferenças da constituição das raízes de uma árvore e de um Rizoma, enquanto a Figura 12 esquematiza a diferença de conexões existentes em uma cidade orgânica (não-planeada) e uma cidade planeada nos moldes modernistas. O esquema orgânico conta com mais ligações e possibilidades de conexões.

A autora relaciona então o crescimento das favelas e sua ocupação no território com as raízes rizomáticas que se conectam e se distribuem intensamente e de forma orgânica e, sendo assim, desorganizada. A territorialização está intricadamente ligado a noção de comunidade e partilha assim como o potencial de mudança que vimos também nas outras escalas de estudo (Jacques, 2001).

---

<sup>13</sup> Cria é a pessoa nascida e criada na favela, que conhece as pessoas e o lugar como ninguém outro, geralmente usado para se referir à crianças e jovens.

<sup>14</sup> [Botânica] Caule longo, horizontal e subterrâneo, geralmente em forma de raiz que, rico em nutrientes e reservas, emite novos ramos [Figurado] Fundamento que baseia ou legitima firmemente alguma coisa; raiz. (Dicio, s.d.)

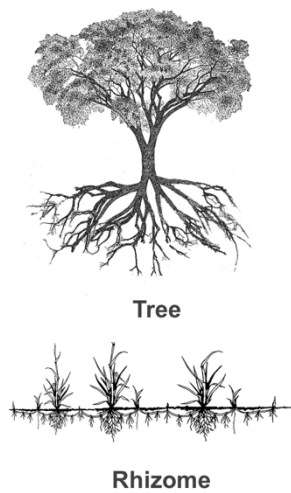


Figura 11 Ilustração comparando raízes da árvore e de rizomas. (Murray & Gloushenkova, 2013)

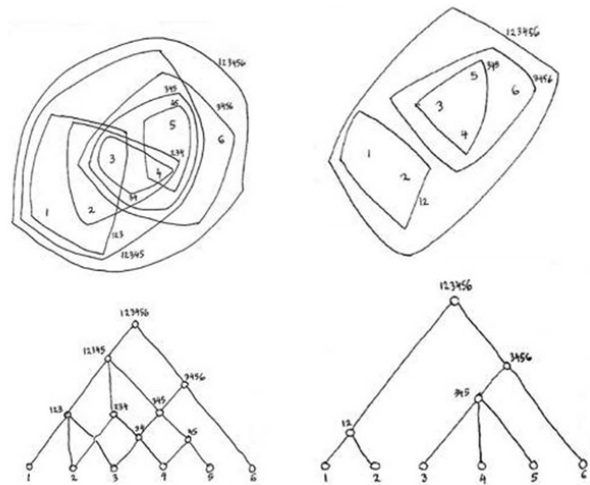


Figura 12 Esquema orgânico com mais conexões e possibilidades (esq.) Esquema em árvore, modernista, com poucas conexões, mais limitado (dir.) (Alexander, 1965)

A partir dos conceitos apresentados a conclusão que se tem sobre o processo urbano espacial das favelas conversa intimamente com o processo de construção do indivíduo dentro da comunidade e a comunidade dentro do território, sobre protagonismos e autorias, onde o espaço está sempre em movimento, assim como seus autores. Que a favela apesar de todas provações e adversidades está sempre buscando o desenvolvimento com criatividade e ação. O que difere muito de processos de projeto, espaços estáticos e fixos, que tem limites e fronteiras determinados. O objetivo não é hierarquizar os modos de fazer como sempre foi feito, elogiando um enquanto desmerece o outro, mas entender como a arquitetura popular, a arquitetura sem arquitetos, de autoria coletiva e anônima, tem sim seu valor estético e carrega consigo técnica, conhecimento e conceito.

## 2.4 Desdobramentos das favelas cariocas de 1930 a 1964

Conforme já foi demonstrado, as decisões governamentais são primordiais para os desdobramentos no desenvolvimento e reconhecimento das favelas. É com a Era Vargas<sup>15</sup> na década de 1930, que há uma significativa mudança de cenário em como o Estado lidaria com as favelas. Getúlio Vargas é uma figura muito controversa até os dias atuais, sua pessoa é normalmente atrelada ao autoritarismo populista e perseguição a opositores, mas se

<sup>15</sup> A Era Vargas (1930-1945) é o período histórico em que Getúlio Vargas esteve como líder no poder executivo brasileiro, muito característico por sua posição populista. De 1930 a 1934 foi líder da Revolução de 30, movimento político-militar insatisfeito com a política oligárquica e corrupção, que derruba o então presidente e assume o poder. De 1934 a 1937 é eleito presidente de um governo constitucional republicano. De 1937 a 1945 mantém-se no poder após um golpe de Estado e instaura o período ditatorial conhecido como Estado Novo (Valladares, 2005).

destaca também como o primeiro presidente a priorizar a classe trabalhadora com avanços em políticas públicas, assim fica conhecido como o “pai dos pobres” (Valladares, 2005).

Entre os anos de 1931 e 1936 Vargas nomeia para prefeito da cidade do Rio de Janeiro o médico Pedro Ernesto, a preocupação com a salubridade das moradias populares e a qualidade de vida dos trabalhadores no geral era questão prioritária. Ernesto se tornou cada vez mais próximo da população favelada e foi responsável pelas primeiras melhorias públicas nas favelas, mas ainda de forma muito pontual. Não havia projetos de urbanização pois ainda que a destruição já não fosse a prioridade, ainda queriam conter o avanço das favelas. O Código de Obras de 1937 é um marco importante na luta pela permanência dos habitantes das favelas, mas é apenas nos anos 1940 com os estudos mais a fundo sobre o território e ações de recenseamento que se vê propostas de intervenção germinando.

Vale ressaltar que apesar da preocupação demonstrada no 1<sup>a</sup> Congresso Nacional de Urbanismo, nota-se que entre os agentes públicos realmente ativos nesses territórios muito raramente encontravam arquitetos ou urbanistas, era comum ver médicos, assistentes sociais, e religiosos.

Não era mais aceitável nessa nova política expulsar os pobres para “limpar” a cidade como foi feito por Pereira Passos no início do século. Então a ideia seria construir parques proletários que serviriam de realojamento provisório de transição, com objetivo primário era tirar as pessoas da insalubridade e prover moradias que estavam de acordo com as leis sanitárias, para então prover assistência e condições, com foco na educação, para que essas pessoas pudessem progredir para uma moradia própria na cidade. Esses espaços contavam com escolas, creches, centros sociais, equipamentos de esporte e até posto policial (Valladares, 2005).

Os parques proletários construídos na época objetivavam de início realojar a maioria dos moradores das favelas da cidade, porém afinal se construíram apenas três desse modelo, que resultou na realocação de um número singelo de moradores em comparação com a população favelada da época. Entretanto destaca-se a importância dos parques como uma mudança na política pública em relação as favelas, como cita Valladares (2005):

Os três parques proletários construídos durante o período de 1941-1944 (Gávea, considerado modelo, Caju e Praia do Pinto) realojaram de 7 mil a 8 mil pessoas, efetivo modesto se considerarmos que as estimativas da época contavam com cerca de 250 mil a 300 mil os residentes nas favelas do Distrito Federal (...) Apesar da modéstia de realizações, esses pequenos parques representaram uma nova etapa na concepção de ação pública com respeito às favelas. (p. 61)

É interessante perceber tanto nos desenhos da época quanto nas fotos que os parques proletários aparentavam na materialidade de sua construção o caráter provisório,

com edificações geminadas em madeira (Figura 13 e 14), que abrigavam diversas famílias em seu interior.

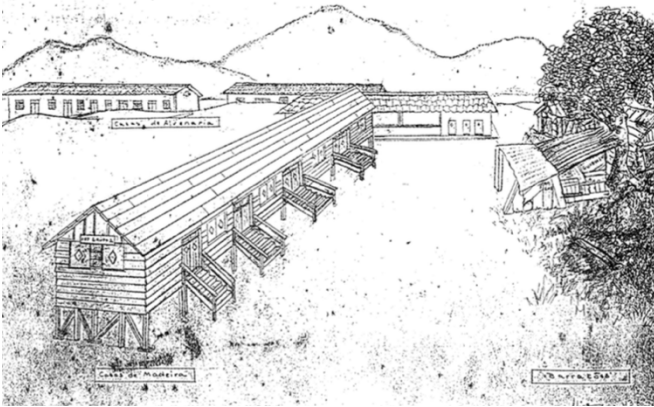


Figura 13 Esboço do modelo do Parque Proletário da Gávea (1942)



Figura 14 Parque Proletário da Gávea (1954)

Além disso, nota-se também uma organização ortogonal e bastante sistematizada no desenho de planeamento das instalações (Figura 15), na qual pode-se até conceber uma relação na organização de acampamentos militares. Essa aproximação com as práticas militares eram um reflexo do cenário político da época, que também se espelhava na rotina dos moradores, havia uma preocupação considerável por parte das autoridades com o controle e a disciplina de quem habitava os parques.

Uma observação que cabe ser colocada é que o órgão governamental relevante no financiamento dos parques proletários foram os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), ligados ao Ministério do Trabalho e financiaram entre 1937 e 1964 a tanto a construção dos parques quanto de outros de conjuntos habitacionais populares. Seria a primeira vez que habitações populares eram construídas em larga escala com financiamento estatal. Porém, com exceção dos parques proletários, dificilmente essas habitações eram disponibilizadas aos favelados, já que eram destinados principalmente para arrendamento aos associados aos IAPs que exigia comprovações de rendas mínimas e mais umas quantas burocracias que dificultavam o acesso aos moradores das favelas (Rodrigues, 2013).

Como dito anteriormente o governo de Getúlio Vargas contava com um caráter populista, era comum que em suas visitas às obras houvesse uma grande aglomeração de pessoas querendo vê-lo e ouvi-lo, como pode-se observar na Figura 16. Apesar das controvérsias, o então presidente era bem-quisto pela população, principalmente a de baixa renda.

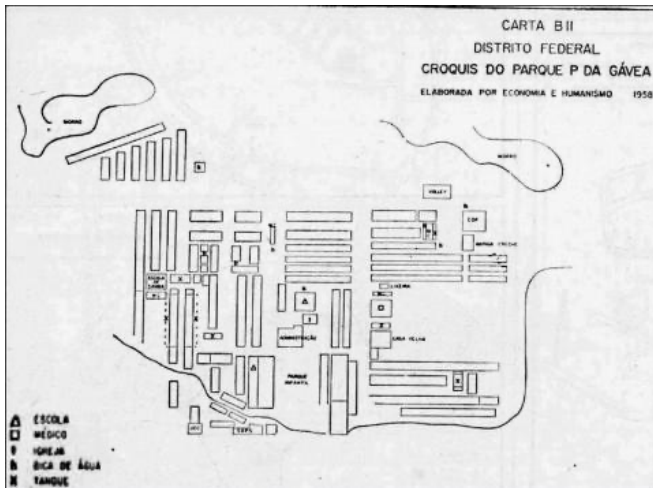


Figura 15 Croqui do Parque Proletário Provisório da Gávea. (SAGMACS, 1960)

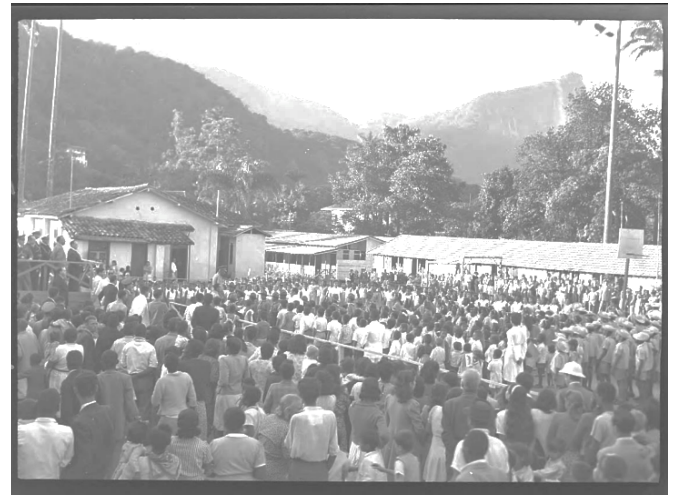


Figura 16 Visita do presidente Getúlio Vargas ao Parque Proletário da Gávea (1943)

Com o fim da Era Vargas em 1945 o projeto que previa a construção de mais parques proletários se extingue. E a futura remoção e desmonte dos parques proletários acontece na década de 1960, de acordo com os novos planos de realocação de moradores para conjuntos habitacionais de baixa renda.

Em 1946 é criado o Departamento de Habitação Popular (DHP) e condizente com o contexto da época, era regido a partir de ideologias modernistas, focados na habitação modelar e ideais utópicas de cidade. Como ressalta Magaly Pullhez, “Não havia um diálogo possível – e tampouco disposição para sequer imaginá-lo – entre arquitetura moderna e favela” (Pulhez, 2007, p. 14). Nota-se o motivo de a presença de ações administradas por arquitetos ou urbanistas antes dos anos 1950 nas favelas realmente ser inexistente, ou pelo menos não há registros destas.

Sendo assim, uma entidade muito importante nas intervenções em favelas na época era a Igreja Católica. Tanto que há a criação de um instrumento público em 1947 nomeado Fundação Leão XIII que é uma associação entre a câmara municipal do Rio de Janeiro e a Igreja e busca intervencionar nos assentamentos populares a partir de assistência “moral e material” e se concentravam em centros de ação social dentro das comunidades (Pulhez, 2007).

Um detalhe é que, assim como praticamente tudo no Brasil, essas ações não eram puramente altruístas e havia sim uma motivação por trás: a luta contra o comunismo. Principalmente após o fim da Segunda Guerra, acreditava-se que os aglomerados populares poderiam ser foco de levantes comunistas e as ações bem próximas da Igreja nesses territórios também seria parte do plano de vigia e controle da população.

Realmente nos anos 1950 se percebia uma movimentação e elucidação política nas favelas que se já organizavam em associações de moradores e se identificavam com partidos

de esquerda. As ideologias eram levadas por militantes do Partido Comunista, influentes na criação, por exemplo, da União dos Trabalhadores Favelados em 1954, que contava com adeptos em mais de 12 favelas. Tal associação é responsável pela mobilização de moradores contra proprietários de terrenos e senhorios que abusavam nos preços de rendas. (Valladares, 2005).

Os anos 1950 no Brasil são marcados por uma virada de chave que aponta para o desenvolvimentismo. Por isso mesmo, a Fundação Leão XIII com o apoio do governo mais conservador, se encontrava bastante ativa e foi responsável por ações em aproximadamente 34 favelas com a implantação de serviços básicos como sistemas de água e esgoto, eletricidade e redes viárias. Em 1952 o município cria o Serviço de Recuperação das Favelas, e na altura o presidente do órgão Guilherme Romano divide com a imprensa as ações prioritárias:

Entregar aos respectivos órgãos de previdência, assistência etc., os problemas que formos levantando relativos aos respectivos contribuintes e associados; garantir água, luz, esgoto, ordem e higiene dentro das condições de vida dos trabalhadores favelados; expurgar os elementos indesejáveis, inclusive os exploradores das favelas (...); não vamos destruir as favelas sem antes construirmos coisa melhor que as substitua. A pior das favelas é melhor do que nada. Trataremos de assegurar aos favelados, o melhor possível, moradia em zona próxima ao seu local de trabalho. Diário de Notícias, 04/03/1952 (Rodrigues, 2013, p. 20)

O Serviço de Recuperação das Favelas, já na metade da década de 1950, conta com mais uma colaboração com a Igreja Católica, que na altura conseguia se aproximar muito melhor dos favelados e promover ações frutíferas do que as entidades governamentais, principalmente por conta do histórico de violência e repressão dessas. O ano de 1955 é marcado pela fundação da Cruzada de São Sebastião pela Arquidiocese do Rio de Janeiro. Em cinco anos intervém em 12 favelas com ações como as da Leão XIII, além de urbanizar totalmente uma favela e parcialmente outra (Pulhez, 2007). Outro marco importante é a criação em 1956 do Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERFHA).

O SERFHA propunha-se, a criar ‘centros de acolhida’ na periferia do Distrito Federal para o ‘controle e orientação das populações migrantes’, assim como ‘estudo e acordos para a criação de colônias agrícolas na região geoeconômica em que se situa o Distrito Federal’. Além disso, o SERFHA orientava-se ‘no sentido de assegurar às favelas condições mínimas de urbanização e assistência médico-social e policial permanente’. (Rodrigues, 2013, p. 22)

Ou seja, as ações da SERFHA, junto da Fundação Leão XIII e a Cruzada de São Sebastião se dividiram entre a urbanização das favelas e a criação de novos assentamentos nas periferias da cidade. Também havia a construção de Conjuntos Habitacionais

Provisórios (CHP) que seguiam basicamente a mesma premissa dos parques proletários (Rodrigues, 2013).

O final da década de 1950 possuiu um marco na produção de conhecimento sobre a favela, as ciências sociais estavam cada vez mais interessadas em entender os comportamentos humanos dentro das diferentes comunidades e condições sociais. Uma das pesquisas mais completas feita até os dias atuais é o relatório da Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), fundada em 1940 em São Paulo. A pesquisa “Aspectos humanos da favela carioca” durou de 1957 a 1959 era comandada pelo Padre Labret e ligada ao movimento Economia e Humanismo.

A tarefa que nos propusemos era conhecer a vida nas favelas, penetrar, quanto possível, na intimidade do favelado, descobrir suas atitudes fundamentais, suas reações e sentimentos, sua concepção da vida, de si mesmo e da cidade em que habita. (Sagmacs, 1960, p.3)

O estudo realmente mudou a forma como as pesquisas eram feitas em territórios vulneráveis, para uma forma muito mais voltada para real vivência e a subjetividade das relações comunitárias. O viés metodológico não era passivo e a partir das experiências germinam estratégias de mudança e ações ‘pedagógicas’ para formação de lideranças e militâncias dentro das comunidades como mais um passo na busca pela melhoria desses espaços.

Em longas e sistemáticas visitas de campo e trabalhos de cunho etnográfico, os modos de organização dos favelados, seus códigos, sua cultura passam à pauta justamente no que têm de revelador a respeito das camadas populares – as redes de solidariedade, o lazer, a família, a educação, a medicina popular, a delinquência, a religião, a política e a própria casa (Pulhez, 2007, p. 68).

Em 1956 é promulgada a “Lei das Favelas” (Lei no 2.875). Na qual havia a proibição de medidas de despejo durante dois anos e a preservação de suas moradias até que pudessem ser beneficiados pelos projetos de edificação de habitações de interesse social. Assim como a lei também previu subsídios públicos para a execução desses projetos (Gonçalves, 2016).

O início dos anos 1960 passava por várias transformações, a mudança de pensamento se percebia na organização e planejamento interno das favelas que também refletia em como as entidades governamentais interviam nesses espaços. Mas uma das principais mudanças na cidade do Rio de Janeiro com certeza é a construção de Brasília e com isso a transferência do Distrito Federal – a capital do país – para essa nova cidade no centro do Brasil. Uma das principais motivações é que a cidade do Rio de Janeiro fisicamente já não comportava a organização dos poderes e que a segurança da capital estaria mais bem garantida no centro do país.

É então que o 21º presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek (JK), conhecido pelo seu slogan “50 anos em 5” – que se concretiza na busca pelo o desenvolvimento do país a partir, principalmente, da indústria . Encomenda o conhecido projeto do Plano Piloto para o novo Distrito Federal do urbanista Lúcio Costa e arquiteto Oscar Niemeyer e paisagismo de Burle Marx. O Plano Piloto é, até os dias atuais, um dos projetos mais icônicos do modernismo brasileiro e é considerado um marco no planejamento urbano, o desenho de sua planta baixa pode ser verificado na Figura 17.

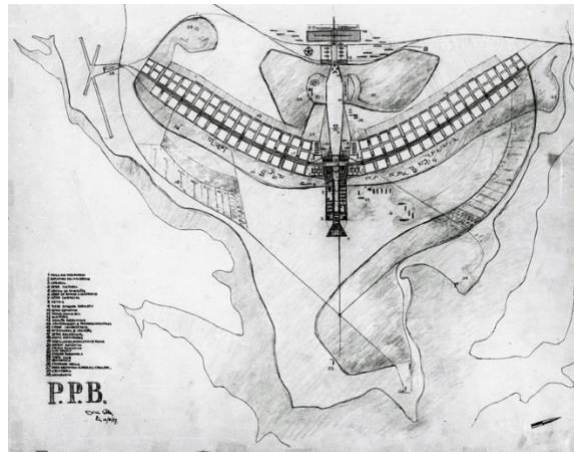


Figura 17 Plano Piloto de Brasília por Lúcio Costa (Costa, 1956)

Em 1956 começa a construção e em 1960 é inaugurada a capital, integralmente planejada, com obras arquitetônicas icônicas espalhadas por todo seu território, uma das obras de mais destaque tanto pela sua função, quanto pelo seu desenho – de autoria de Niemeyer - é o Congresso Nacional (Figura 18). Brasília se torna a promessa de um futuro promissor para o país, mas se mostra mais uma vez reflexo da sociedade brasileira desigual. Enquanto os ricos representantes dos governos e suas famílias se instalavam na nova cidade, à quem a construiu, aos milhares de trabalhadores que ergueram a cidade em 4 anos com a esperança após sua inauguração terem um lugar para morar, resta se instalarem nas nomeadas ‘cidades satélites’ nas periferias de Brasília. Um dos primeiros assentamentos informais que se tem registro na região foi o denominado “Cidade Livre”, onde os operários



Figura 18 Congresso Nacional, projeto de Oscar Niemeyer. (Farkas, 1960)



Figura 19 Cidade Livre, primeiro dos assentamentos para operários (1959)

da cidade se instalaram com suas famílias (Figura 19). Então a nova capital estava completa, com suas novas favelas também.

Tudo parecia se encaminhar para uma progressão no desenvolvimento das favelas do Rio de Janeiro, até o dia 31 de março de 1964 com o golpe militar que depôs o presidente e instaurou o regime militar que vai até 1985. Uma nova época de repressão, violência e censura se estabelece no país e mais uma vez é a população mais pobre que sofre as mais duras consequências.

## **2.5 Consequências da ditadura militar (1964-1985) para as favelas**

Hoje você é quem manda/ Falou, tá falado/ Não tem discussão, não/ A minha gente hoje anda/ Falando de lado/ E olhando pro chão, viu  
Você que inventou esse estado/ E inventou de inventar/ Toda a escuridão/Você que inventou o pecado/Esqueceu-se de inventar o perdão

Chico Buarque (1970)<sup>16</sup>

O Golpe de 1964 teve consequências nas mais diversas parcelas da sociedade, com os militares chegando ao poder executivo com diretrizes bem conservadoras e com objetivos claros de privilegiar a parcela mais abastada da sociedade sem aberturas para qualquer oposição, não seria nenhuma surpresa concluir que foram anos bem complicados para moradores das favelas.

No Rio de Janeiro dos anos 1960 havia uma pressão popular, que obviamente não inclui os favelados, para a remoção mais rápida o possível das favelas, principalmente na Zona Sul, um dos metros quadrados mais caros da cidade onde a especulação imobiliária ansiava por novos investimentos (Brum, 2012). Desde as primeiras décadas do séc. XX, até os dias atuais, a Zona Sul é particularmente uma das regiões onde mais claramente consegue se perceber a segregação do espaço urbano e a desigualdade social (Figura 20).

No ponto em que chegamos, não há no Rio qualquer outro problema que apresente tanta urgência em ser resolvido quanto as favelas (...). A extinção das favelas justifica a paralisação de todos os programas de embelezamento urbanístico da cidade (Jornal do Brasil, 1966, citado em Brum, 2012, p. 359)

---

<sup>16</sup> Canção nomeada “Apesar de Você”, estilo MPB, composta e interpretada por Chico Buarque, gravada em 1970.



Figura 20 Proximidades da desigualdade  
(Pinto,1969)

Então a partir de 1964 há um impulso no investimento na construção de habitações populares. Com a centralização do poder percebe-se a maior disponibilidade de recursos financeiros e técnicos. O investimento na construção de grandes conjuntos habitacionais agradava bastante a iniciativa privada que com isso aquecia e impulsionava a economia do país. Então há a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) nesse mesmo ano como órgão responsável pelo financiamento e gestão dos programas de habitação popular (Brum, 2012). Especificamente no Rio de Janeiro a instituição que atuava nas obras financiadas pelo BNH era a Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB – RJ). Não há muitas informações sobre autorias de arquitetos e engenheiros dos projetos do BNH, mas as propostas se resumem em uma reprodução à exaustão de um modelo modernista pasteurizado e com pouca identidade.

A política remocionista, ou seja, que defendia a remoção integral das favelas da cidade era uma prioridade para o governo nesses anos iniciais da ditadura. Apesar de vários indicativos que a urbanização era socialmente e financeiramente mais viável<sup>17</sup> e até uma certa pressão internacional contra a remoção forçada dos moradores, visto que era bem na época que as comissões internacionais de arquitetura e urbanismo acordavam para as consequências da crise habitacional e faziam duras críticas aos modelos modernistas de resolução (Gonçalves & Amoroso, 2014). Como exemplo, pode-se citar a passagem do

---

<sup>17</sup> A USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) calculou na época que o custo aproximado da reabilitação de cada habitação seria de quinhentos dólares, enquanto das habitações construídas de raiz em outro local estaria estimado em mil dólares (Gonçalves & Amoroso, 2014).

urbanista americano John Turner durante uma palestra em 1968, organizada pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERPHAU) na qual ele condena veementemente a remoção, afirmando que os favelados não suportariam as despesas ocasionadas pela nova moradia na periferia – tanto o financiamento da moradia em si, quanto as despesas com as contas básicas de água, luz, etc. e o deslocamento para o centro (Brum, 2012).

Porém, obviamente as políticas de habitação e planejamento urbano que estavam sendo propostas em países desenvolvidos estavam longe de responder a magnitude das problemáticas sofridas nos países subdesenvolvidos e emergentes, como é o caso brasileiro. No caso do Brasil, temos dois vieses de atuação de arquitetos nessa altura: o primeiro infelizmente acaba por ser coerente com os núcleos sociais nos quais a prática da arquitetura mais estava presente e partia em defesa da “extinção” das favelas. Principalmente na década de 1960 a arquitetura era sinônimo do desenvolvimentismo, e reitera a ideologia de um Estado planejador e sobretudo conservador (Pulhez, 2007). Uma outra parte dos arquitetos, mais próximos dos movimentos sociais populares partiam em defesa da urbanização. Esses profissionais se encontravam frequentemente dentro das universidades federais e, a partir da consciência da urgência em melhorar as precárias condições das favelas, havia a tentativa junto aos movimentos sociais e associações de moradores de resistir às remoções, mesmo com a forte repressão e violência policial.

No caso de moradores e principalmente líderes de associações nas favelas, não era incomum os desaparecimentos suspeitos para frear a resistência, a maioria nunca volta a ser vista. E no caso dos intelectuais, há uma perseguição dentro das universidades públicas por qualquer um que se mostrasse minimamente contra o regime. O professor e arquiteto Vilanova Artigas, membro ativo do Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi preso ainda no ano de 1964, dentro do prédio da FAU<sup>18</sup> junto a outros professores e alunos tanto de arquitetura como de outros cursos. Vilanova é logo solto, mas anos depois, em 1969, é compulsoriamente aposentado, assim como outros nomes da arquitetura nacional que também lecionavam na universidade como Paulo Mendes da Rocha e Abelardo Riedy de Souza (Markun, 2014). Em 1970, os professores Rodrigo Brotero Lefèvre e Sérgio Ferro, defensores da “Arquitetura Nova”<sup>19</sup> são denunciados por uma comissão composta por representantes do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e presos em 1970. Ferro se exila na França em 1972, onde mora até hoje, e Lefèvre até volta a lecionar na FAU em 1973. Esses

---

<sup>18</sup> Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

<sup>19</sup> No último capítulo se abordará um pouco mais profundamente sobre os fundamentos da Arquitetura Nova, mas rapidamente define-se como à valorização e à racionalização de um novo conteúdo formal com soluções construtivas populares, utilizar-se do saber popular para o projeto e assim a prática de arquitetura ser colaborativa, defende a prática dos mutirões autogeridos.

são alguns dos exemplos de como era difícil ir contra as ideologias e decisões do regime militar (Arantes, 2006).

### **2.5.1 Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana (CHISAM)**

A política de remoção das favelas no Rio de Janeiro é mais intensa principalmente entre os anos de 1968 e 1973 com a atuação da CHISAM, autarquia do governo federal criada para gerir as remoções no Estado da Guanabara<sup>20</sup>. Sendo assim, era cada vez mais recorrente as remoções forçadas dos favelados e seu deslocamento para os projetos de habitação com interesse social do BNH, que particularmente seguiam o modelo pasteurizado e já obsoleto do modernismo. O governo pretendia fazer moradia para os favelados comprarem e a ideia inicial do programa era construir as novas moradias perto das antigas favelas, próximo de onde as pessoas trabalhavam, mas a cidade já não contava com imensos terrenos disponível no centro. Até tinham terrenos, mas devido especulação imobiliária o interesse era de construir edifícios de luxo na área mais privilegiada e deslocar os favelados para as periferias.

Tabela 1 Remoções de moradores entre 1962 e 1974 (Gonçalves & Amoroso, 2014)

<b>PERÍODO (mantados da prefeitura)</b>	<b>NÚMERO DE PESSOAS REMOVIDAS</b>
<b>1962-1965</b>	41.958
<b>1966-1970</b>	70.595
<b>1970-1974</b>	26.665
<b>TOTAL</b>	139.218

Uma questão de extrema relevância é que as famílias retiradas do seu local de origem eram obrigadas a comprar uma nova moradia, e a própria autarquia tinha a noção que isso não era financeiramente viável para a maioria. O trecho retirado do texto que o CHISAM publica demonstra como a entidade tinha consciência que não era sustentável para as pessoas a compra de novas moradias: “Sabe-se, também, que muitas famílias não têm condições econômicas que permitam a compra de uma habitação, por mais modesta que seja” (Brum, 2012, p. 369), mesmo assim, continua-se com os objetivos do plano. Quanto ao real número de moradores removidos, as fontes divergem devido a falta de registros da época, segundo o historiador Mário Brum, de 1963 a 1975, aproximadamente 175 mil

---

<sup>20</sup> Com a transferência da capital para Brasília, o antigo Distrito Federal foi transformado no Estado da Guanabara em 1960. Em 1975, o Estado da Guanabara foi incorporado ao Estado do Rio de Janeiro através da fusão dessas duas unidades federativas.

moradores foram efetivamente removidos de 62 favelas e sua transferência para 36 mil unidades habitacionais. O resultado é quase que catastrófico, pois poucos anos depois se torna comum ações de despejo por inadimplência do financiamento dessas novas moradias, o que faz as pessoas voltarem para outras favelas, como afirma Brum (2012) a seguir:

Os removidos sofreram muitos problemas: precariedade das novas habitações; o choque dos transferidos com a vida num local onde foram obrigados a criar novas relações de vizinhança; a distância dos postos de trabalho ocupados pelos moradores na época da remoção; a inadimplência por parte dos removidos, que tiveram um aumento brusco nas suas despesas mensais (visto existirem custos extras, como contas de condomínio, luz, água e transporte, que muitas vezes inexistiam na moradia anterior) e tendo muitos perdido o emprego, já que o mesmo se localizava próximo à favela de origem. (p. 373)

As ações de remoção finalmente perdem força após a extinção do CHISAM em 1973 por conta de críticas da ineficiência em resolver o “problema-favela”.

### 2.5.2 Experiências da urbanização da favela Brás da Pina

Uma importante exceção que vale ser comentada é a urbanização da favela Brás da Pina. Após a falha da remoção por conta da mobilização popular, em 1969, a Companhia de Desenvolvimento de Comunidade (CODESCO) - um órgão estatal responsável por gerir projetos e obras em andamento nas favelas – fez parceria com o grupo QUADRA, integrado por arquitetos recém-formados, nomeadamente Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Silvia Wanderley e Rogério Aroeira.

Como pode-se perceber na Figura 21, a situação das moradias era bastante precária antes da urbanização, os barracos eram compostos por restos de madeira e não existiam infraestruturas básicas, como saneamento ou energia elétrica. Também era de difícil acesso visto que as casas estavam instaladas em cima de palafitas em um terreno sem tratamento. Após a intervenção nota-se as casas com uma tipologia tradicionalmente encontradas em bairros urbanizados, assim como vias automóveis asfaltadas (Figura 22).



Figura 21. Barracos em Brás da Pina antes da urbanização. (Santos,1981)



Figura 22. Moradias após a urbanização. (Santos, 1981)

A urbanização de Brás da Pina é significativa pois é uma das primeiras experiências em que os moradores assumem o protagonismo nas propostas de projeto, contrapondo tanto as tendências autoritárias da época, quanto a política corrente de erradicação das favelas. A urbanização condizia na instalação de infraestruturas básicas, água, luz e esgoto além do desmonte dos barracos e construção de moradias *in loco*. Os resultados após a execução das obras foram bem satisfatórios.

A intervenção no bairro é um dos primeiros projetos que se tem registro na cidade que contou com o processo participativo de urbanização em espaços informais e executado pela parceria entre moradores, gestores estatais e arquitetos urbanistas. Foi uma experiência na qual os moradores foram ouvidos pelos profissionais e tinham voz ativa no processo de projeto, além das suas vivências e conhecimentos serem valorizados na concretização do plano.

Como dito, a participação foi um fator bem importante em todo o processo, na parte inicial de projeto, por exemplo, há registros de desenhos de autoria dos moradores que expressavam de maneira clara as intenções e demandas de suas futuras moradias. Os desenhos eram apenas adaptados pelos arquitetos, mas a essência se mantinha, como se nota na Figura 23. Tais registros são encontrados em sua maioria no documento *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro (1981)* publicado pelo arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos, que participou ativamente desse e de outros processos de urbanização de favelas.

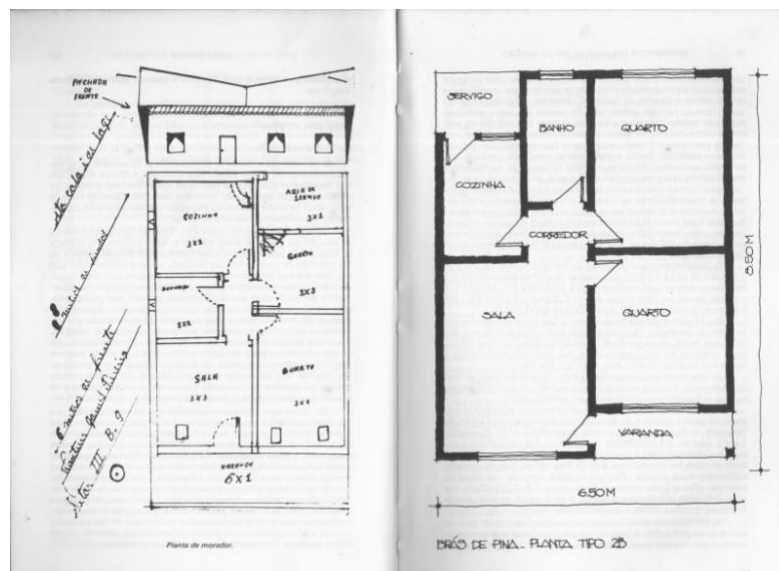


Figura 23 À esq. croqui de um morador e à dir. planta baixa adaptada pela CODESCO (Santos, 1981).

### 2.5.3 Os limites do BNH

As ações do BNH continuam até o fim da ditadura, se extinguindo um ano após a queda do regime, em 1986. Porém, como dito anteriormente a taxa de inadimplência era alta, sendo assim o BNH não era rentável ou lucrativo, fazer moradias para pessoas de baixa renda era um investimento sem retorno financeiro. Então o foco da iniciativa privada, que querendo ou não, era fator decisivo dentro do BNH, passou a ser condomínios fechados destinados para outro público-alvo: para a classe média baixa emergente. Por um tempo ainda se manteve a fachada de moradia com interesse social, mas isso não vendia muito para a população que não queria ser vista como “popular” e assim a justificativa do BNH não se sustentava mais. Apesar disso, o BNH foi uma das iniciativas mais relevantes e geradora de resultados do país no séc. XX no âmbito da moradia social, e inspiração para programas posteriores como o Minha Casa e Minha Vida que será abordado posteriormente.



Figura 24 Conjunto Residencial Cardeal Dom Jaime de Câmara, construído em 1969 na Zona Oeste, conta com 7000 habitações (Chelsea, 2010).

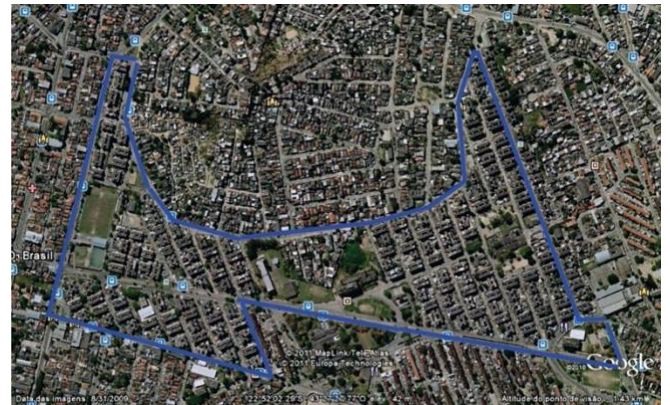


Figura 25 Imagem aérea do conjunto habitacional, um dos maiores da América Latina (Oliveira, 2011).

Um dos projetos de destaque do BNH é o Conjunto Residencial Cardeal Dom Jaime de Câmara, que fazia parte do “Programa CHISAM 7 de setembro”. Sua construção começou no fim da década de 1960 e o resultado foi um dos maiores conjuntos habitacionais da América Latina. O conjunto conta com aproximadamente 7000 unidades habitacionais distribuídos em 180 prédios de apartamentos (Oliveira, 2011). Infelizmente com o passar dos anos o conjunto foi sofrendo com o sucateamento e aumento da criminalidade, algo que não é incomum em projetos desse porte, visto que muitos dos moradores foram realocados de assentamentos informais, e apesar de conseguirem a moradia, ainda sofriam com problemas para geração de renda. Sendo assim um dos mais expressivos conjuntos habitacionais patrocinados pelo BNH é marcante tanto pelo seu tamanho e quanto por simbolizar os sucessos e fracassos desse modelo de projeto.

Como pôde-se perceber, os anos da ditadura militar no Brasil são ainda um período muito nebuloso da história, poucas são as informações que realmente conseguem ser averiguadas, mesmo assim não há dúvidas que, principalmente, para o povo da favela

significou um aumento drástico da repressão, censura e violência. Se antes os objetivos do governo caminhavam para projetos de urbanização e melhoria das favelas, apesar de efetivamente pouco se fazer, nessa época se mostrou claro que o desejo da remoção e extinção nunca saiu de pauta. Enfim, a conclusão é que mais uma vez a existência das favelas se manteve a partir da resistência de quem ali vive.

## 2.6 A favela carioca da redemocratização: o fim do séc. XX

Pessoas inocentes que não tem nada a ver/Estão perdendo hoje o seu direito de viver/Nunca vi cartão postal que se destaque uma favela/Só vejo paisagem muito linda e muito bela

Mc Cidinho & Doca (1995)<sup>21</sup>

O momento sociopolítico dos anos 1980 é favorável às mudanças que viriam a acontecer na política habitacional devido a reanimação dos movimentos sociais que reivindicavam interesses populares e os direitos sociais no que compete a habitação. Uma amostra de como movimentos populares são essenciais nas transformações políticas e sociais do país - principalmente nesse trecho da história - é possível citar o conhecido Diretas Já<sup>22</sup> (Figura 26), que fora parcialmente responsável pela queda do Regime Militar em 1985 e assim a volta de um governo democrático.



Figura 26 Protesto do movimento "Diretas Já". (Carlos, 1984)

---

<sup>21</sup> Canção nomeada "Rap da Felicidade", estilo funk, composta e interpretada pelos MCs Cidinho e Doca, gravada em 1995

<sup>22</sup> O propósito principal do movimento consistia em exercer pressão pela realização de eleições presidenciais diretas, permitindo que os habitantes brasileiros tivessem o poder de votar diretamente para escolher o líder do país. O movimento obteve uma crescente força e adesão popular, mobilizando uma vasta variedade de setores da sociedade, tais como políticos, artistas, intelectuais, estudantes e sindicatos. Grandiosas manifestações e comícios foram promovidos em muitas cidades do território nacional. Tal movimento é considerado como um evento histórico de suma importância para o país, representando a luta em prol da democratização e participação popular na política.

Será abordado como que a participação popular junto da conquista de espaço de arquitetos e engenheiros nas gestões municipais responsáveis pelos projetos para as favelas, foi essencial na mudança de abordagem do governo frente a problemática habitacional. Como afirma Arantes (2002), citado por Pulhez (2007):

No caso particular dos movimentos de moradia, o processo de luta e ocupações de terras que se inicia nos anos de 1980 torna público o problema da reforma urbana e da falta de habitação adequada para todos. Se até então os trabalhadores resolviam a questão da habitação na clandestinidade e no anonimato, construindo na periferia com poupança e trabalho próprios, as ocupações, passeatas e manifestações, noticiadas nos jornais e televisões, rompiam o ‘círculo de ferro’ que isolava a classe trabalhadora: sua reprodução social precisava ser debatida publicamente e não podia mais ser escondida. (p.84)

A pressão popular lança ao governo a necessidade de tratar a problema da moradia com atenção honesta, algo que a federalização do problema impedia, visto que não é difícil perceber que com a enorme extensão e diversidade do território brasileiro é impraticável uma política unificada e centralizada. Sendo assim, o Estado vê como positivo – principalmente financeiramente - a delegação aos municípios da responsabilidade de políticas públicas voltadas para a melhoria da moradia com a priorização da participação popular (Pulhez, 2007).

Com mais intensidade que nos anos anteriores, arquitetos e principalmente professores e estudantes de arquitetura fortaleciam os movimentos sociais nessa luta, visto que possuíam muito mais proximidade e diálogo nas universidades e com as ‘novas gerações’ do que de Concelho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e do IAB. Essas instituições por muitas vezes são lideradas por homens antigos e conservadores – vide a experiência do IAB no seu apoio indireto ao regime militar com denúncias de alunos e professores contrários ao regime.

O mais importante é que diante desse cenário, muitos profissionais saem dos debates teóricos dentro das corporações e salas de aulas e partem para a prática em campo, subindo os morros e tendo contato direto com as demandas e problemas e serem enfrentados.

Essa ‘conjuntura’ permitiu, naquele momento, que os arquitetos e urbanistas se inserissem como atores importantes nos debates sobre a democracia, associando-os à possibilidade de desenvolvimento de novas formas de produção de moradia popular, nas quais se evidenciava o estreitamento dos laços entre os ‘especialistas’ e a população (Pulhez, 2007, p. 90).

Como já citado anteriormente, a nível internacional, o debate sobre as intervenções e urbanização de aglomerados informais estava avançado dentro do âmbito da arquitetura e urbanismo. Algo que no Brasil demorou mais na assistência social, mas que agora nos anos 1980 e 1990 via-se como a abordagem e ação dos profissionais de arquitetura se

tornava cada vez mais contínua nesses espaços. Inclusive nas ações de levantamento e regulamentação das favelas nos grandes centros urbanos.

Infelizmente apesar do Rio de Janeiro apresentar as primeiras favelas que se tem registro, não foi pioneiro na legislação de regularização fundiária das favelas. Os autores geralmente explicitam o pioneirismo das cidades de Diadema (São Paulo), e as capitais dos estados de Pernambuco e Minas Gerais, Recife e Belo Horizonte respectivamente, que quase duas décadas antes do Estatuto da Cidade<sup>23</sup> estabelecem a partir da legislação uma estrutura jurídica para lidar especialmente com a problemática da legalização do direito de propriedade da área habitada pelos moradores de favelas (Gonçalves, 2016). Isso feito através de padrões urbanísticos diferentes dos que se aplicavam na ‘cidade formal’, visto que realmente são situações completamente distintas.

Apesar disso, há a partir dos anos 1980 tentativas de colocar a urbanização das favelas como prioridade. Em 1982 a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), cria o projeto Multirão (1982-1988) inspirado também nas experiências de assessorias técnicas e projetos auto gerenciados que estavam acontecendo em outras cidades do país e contavam com o envolvimento latente de arquitetos e engenheiros. Era realmente uma evolução na abordagem, porém era também uma forma da prefeitura economizar recursos, visto que a mão de obra era dos próprios moradores e só começa a ser remunerada nos anos 1985. O projeto atingiu 26% das favelas do Rio de Janeiro com melhorias na infraestrutura em geral. Segundo Marcelo Burgos, antes do projeto, apenas 1% das 364 favelas registradas estava ligada a rede de esgoto e 6% a rede de água corrente e só 13% usufruíam de recolha regular de lixo (Gonçalves, 2016).

É interessante ressaltar que, segundo Rafael Gonçalves (2016) a prefeitura de Brizola (1983 -1987) - herdeiro das políticas e ideologias de Getúlio Vargas – é um dos principais fatores nessa época por trazer ideias mais progressistas sobre o assunto e articular uma abordagem que possuía três eixos de ação:

1. Fim das operações policiais nas favelas
2. Instalação de serviços públicos
3. Regularização fundiária por meio da oferta de títulos de propriedade – não ocorreu bem pelo caráter muito burocrático e por conta da escala de abrangência.

Sobre a questão da regularização fundiária o governo por muitas vezes alega que sua falta de intervenções para melhoria das favelas e se dava por uma questão legal, ou seja, a

---

<sup>23</sup> Lei nº 10.257, de 10 de julho 2001. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Disponível para acesso no site do Planalto.

ilegalidade da ocupação dos territórios. Um tanto quanto paradoxal, visto que ao afirmar que são áreas pertencentes à União, se houvesse mesmo o interesse, nada impediria que a prefeitura executasse obras públicas no local, assim como se a regularização dos imóveis fosse prioridade seria lógico não impor aos moradores tantos empecilhos burocráticos, jurídicos e financeiros.

### 2.6.1 Constituição “Cidadã” de 1988

Com a efetivação da redemocratização brasileira se via necessário redigir uma nova constituição que estabeleceria os direitos fundamentais dos brasileiros condizentes com a época.

A Constituição de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã” devido seu caráter inclusivo, marca um avanço significativo ao estabelecer claramente o direito à moradia como um direito social e fundamental, visto que esse direito não era reconhecido de forma explícita anteriormente, o que reforçou a importância da adoção de políticas públicas e medidas eficazes para garantir o acesso à moradia adequada a todos os cidadãos brasileiros. Isso claramente influenciava nas políticas de urbanização das favelas.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)

Também se fez necessário estabelecer na lei os novos parâmetros da política urbana, que são abordados nos artigos 182 e 183 da Constituição de 1988<sup>24</sup>. Segue a síntese dos artigos mencionados:

- **O Artigo 182:** define as orientações gerais para a política urbana, com o propósito de organizar o desenvolvimento completo das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar dos seus moradores. O texto determina que a gestão municipal execute a política de desenvolvimento urbano, de acordo com o Plano Diretor Urbano. E estabelece a função social da propriedade urbana, assim como a participação da população e de associações representativas na formulação, execução e fiscalização das políticas urbanas, por meio de conselhos municipais.
- **O Artigo 183:** trata da legalização de terras urbanas ocupadas por pessoas de baixa renda, especialmente em áreas ocupadas de forma irregular. O artigo estabelece que o poder público municipal é responsável por incentivar a legalização de terras

---

<sup>24</sup> A Constituição Federal de 1988 está disponível para acesso digital em diversas plataformas oficiais do governo federal do Brasil.

ocupadas por pessoas de baixa renda. Esse processo também deve levar em conta a função social da propriedade e o interesse público. A lei não explicita que o ponto de interesse seriam os moradores das favelas, mas é o que se revela na prática.

### **2.6.2 Programas de urbanização das favelas**

Eu só quero é ser feliz/Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é/E poder me orgulhar/E ter a consciência que o pobre tem seu lugar

Mc Cidinho & Doca (1995)

Com isso a entrada nos anos 1990 pareciam promissores principalmente para a população mais vulnerável. As políticas públicas estavam cada vez mais voltadas para a melhoria da qualidade de vida nos espaços por décadas ignorados. No caso do Rio de Janeiro, após a criação da SMDS a ação mais relevante foi a criação do Programa Favela-Bairro – um dos casos de estudo dessa investigação, ou seja, será detalhado nos próximos capítulos. A seguir, tem-se a apresentação do projeto.

O nome oficial era Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro (PROAP-Rio) e também incluía o “Morar Legal”, que focava na regularização dos imóveis. A primeira fase do programa Favela-Bairro durou de 1994 a 2000 e seu principal foco seria integrar as favelas à cidade formal, já que até então a favela era vista como a “não-cidade”. Como afirma a IPLANRIO e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (PMRJ), as instituições responsáveis pela implementação e gestão do programa, esses seriam os principais objetivos:

Implantação de melhorias físico-ambientais que integrem as favelas aos bairros onde se localizam, preservando suas especificidades, através da complementação da estrutura urbana em cada uma das favelas (...) Introdução de valores urbanísticos presentes no restante da cidade, tais como condições básicas de acesso e circulação viárias, infraestrutura urbanística essencial, equipamentos urbanos, contando com a adesão e a participação da população residente durante o processo de implantação das melhorias físico-ambientais. (IPLANRIO/PMRJ, 1994, citado por Brasileiro & Duarte, 2015, p.82)

O IAB foi bastante relevante no início e progresso do programa, visto que logo de início foi organizado um “Concurso público para seleção de propostas metodológicas e físico-espaciais relativas à urbanização de favelas no município do Rio de Janeiro” que selecionou as 15 equipes multidisciplinares coordenadas por arquitetos que atuariam nas primeiras favelas selecionadas pela prefeitura (Brasileiro & Duarte, 2015).

A primeira fase do programa Favela-Bairro foi executada nesses 6 anos iniciais, na qual incluía as obras de infraestrutura e saneamento enquanto a segunda fase durou de 2000 a 2009 e abrangia intervenções urbanas integradas às ações sociais. Em 2010 o programa sofreria uma remodelação e passa a ser nomeado de Morar Carioca, possuía um

objetivo ousado que seria urbanizar todas as favelas da cidade até 2020, porém o programa foi descontinuado em 2017 pela nova gestão da prefeitura. O Morar Carioca conseguiu beneficiar cerca de 500 mil moradores, mas estava bem longe ainda do seu objetivo inicial. Apesar da diferença de nomenclatura, o Morar Carioca é considerado como uma terceira fase do PROAP já que o programa original é continuado em 2017, no que seria sua quarta fase, até ser novamente descontinuado em 2020 devido a pandemia de Covid-19.

Infelizmente, como já explicitado anteriormente, geralmente a prática foge bastante da teoria e do projeto, apesar de ser um dos programas de urbanização mais relevantes e abrangentes até hoje na cidade, é necessário ressaltar que o discurso sobre participação popular ativa e tudo mais não foi tão bem-sucedido quanto se esperava, principalmente por questões de gestão e de política. Tudo isso será melhor detalhado brevemente.

## **2.7 Desdobramentos da contemporaneidade: os últimos 20 anos**

Sim, mas eu sou favela/Posso falar de cadeira/Minha gente é trabalhadeira/E nunca teve assistência social/Ela só vive lá/Porque para o pobre não tem outro jeito/Apenas só tem o direito/A um salário de fome e uma vida normal/A favela é um problema social

Bezerra da Silva (1992)<sup>25</sup>

O começo do século XXI possui marcos importantes no planejamento urbano das cidades brasileiras. Primeiramente com a criação do Estatuto das Cidades em 2001, um documento extenso que tem como objetivo principal regulamentar e destrinchar o capítulo da Constituição Federal que trata da política urbana (Artigos 182 e 183, mencionados anteriormente). Ele estabelece as diretrizes para o crescimento urbano sustentável, a regularização fundiária, a promoção da função social da cidade e da propriedade urbana, bem como a participação popular na criação e implementação de planos e projetos urbanísticos. Em busca de um crescimento urbano mais equitativo, sustentável e voltado para o interesse coletivo.

Por segundo, com a criação do Ministério das Cidades em 2003 no governo do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com a lei de 2003 os objetivos do Ministério seria de enfrentar as desigualdades sociais na urbe a partir da transformação das cidades em espaços mais humanizados com a ampliação de acesso à moradia, saneamento e transporte, principalmente pela população de baixa renda.

---

<sup>25</sup> Canção nomeada “Eu Sou Favela”, estilo samba, composta e interpretada por Bezerra da Silva, gravada em 1992.

Basicamente o Ministério seria, entre outras obrigações, responsável por gerir a execução das diretrizes do Estatuto das Cidades. No texto de apresentação do Ministério<sup>26</sup> de 2003 cita-se as favelas como uma das consequências do crescimento desenfreado das cidades e da desigualdade social evidente. Como esclarece Dila Reis (2010), a partir de excertos do texto original disponível no site do Ministério das Cidades:

As cidades brasileiras abrigavam, há menos de um século, 10% da população nacional. Atualmente são 82%. Incharam, num processo perverso de exclusão e de desigualdade. Como resultado, 6,6 milhões de famílias não possuem moradia, 11% dos domicílios urbanos não têm acesso ao sistema de abastecimento de água potável e quase 50% não estão ligados às redes coletoras de esgotamento sanitário. Em municípios de todos os portes, multiplicam-se favelas (p. 1).

Atualmente o Ministério das cidades possui as seguintes competências:

De acordo com o Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023, o Ministério das Cidades (MCID) tem como áreas de competência os seguintes assuntos:

- I - Política de desenvolvimento urbano e ordenamento do território urbano;
- II - Políticas setoriais de habitação e de saneamento ambiental, incluídas as políticas para os pequenos Municípios e a zona rural;
- III - política setorial de mobilidade e trânsito urbano;
- IV - Promoção de ações e programas de habitação e de saneamento básico e ambiental, incluída a zona rural;
- V - Promoção de ações e programas de urbanização, de desenvolvimento urbano, de transporte urbano e de trânsito;
- VI - Política de financiamento e subsídio ao desenvolvimento urbano, à habitação popular, ao saneamento e à mobilidade urbana;
- VII - planejamento, regulação, normatização e gestão da aplicação de recursos em políticas de urbanização, habitação e saneamento básico e ambiental, incluída a zona rural;
- VIII - planejamento, regulação, normatização e gestão da aplicação de recursos em políticas de desenvolvimento urbano e de mobilidade e trânsito urbanos; e
- IX - Participação na formulação das diretrizes gerais para conservação dos sistemas urbanos de água e para adoção de bacias hidrográficas como unidades básicas do planejamento e da gestão do saneamento.

Conclui-se que é imprescindível na relação construída entre moradores de favela e a cidade formal a institucionalização das suas reivindicações quanto cidadãos, visto que os executores da lei geralmente estavam muito mais ao lado do capital e da especulação imobiliária, do que dos direitos fundamentais da população. Com a política - na teoria - cada vez mais voltada para a melhoria de vida e bem-estar dos favelados o sentimento é de esperança nos anos 2000.

---

<sup>26</sup> O texto original na íntegra não está disponível visto que o primeiro site do Ministério das Cidades foi extinto e hoje as informações sobre se encontram na plataforma digital do governo. Os trechos aqui citados foram retirados de Cronologia do Urbanismo, uma iniciativa da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que compila a história do urbanismo no Brasil desde o séc. XIX.

### 2.7.1 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi um programa de cunho nacional criado em 2007 pelo governo de Lula da Silva e que durou até meados de 2016, sendo que a partir de 2014 há uma diminuição considerável de investimento. O PAC tem como objetivo impactar a economia de forma rápida e positiva com investimentos em áreas fundamentais para o desenvolvimento econômico e social. Os investimentos foram divididos em infraestruturas de mobilidade e logística: rodovias, ferrovias, portos, aeroportos; infraestruturas para geração de energias: energias renováveis, petróleo e gás; e a infraestrutura social e urbana: mobilidade urbana, urbanização de favelas, habitação, saneamento (Cardoso & Denaldi, 2018).

O Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), um banco com fundos públicos foi responsável por aproximadamente metade dos financiamentos, enquanto a outra parte é da iniciativa privada.

O BNDES desempenha papel fundamental como agente financeiro dos projetos de investimento no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Lançado em janeiro de 2007, o PAC tem como objetivos acelerar o crescimento econômico, aumentar o emprego e melhorar as condições de vida da população brasileira. O programa consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infraestrutura e remover obstáculos – burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos – ao crescimento. (BNDES, 2011, p. 1)

O PAC está entre os programas com maior investimento financeiro voltado para a melhoria de territórios vulneráveis. Entre os anos de 2007 e 2016 têm-se uma média anual de investimento de 2,9 bilhões de reais (550 milhões de euros)<sup>27</sup> entre iniciativa pública e privada exclusivamente para a urbanização de assentamentos precários do país. Segundo o estudo dos professores Adauto Cardoso e Rosana Denaldi, que origina o livro *Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC*, os modelos de intervenção variam em cada região metropolitana, sendo uns com resultados mais positivos que outros, mas que no geral o PAC foi de muita importância ao disponibilizar tantos recursos para a urbanização das favelas de todo país, mas principalmente na região sudeste, onde se encontra o eixo Rio - São Paulo.

Um maior investimento nessa região é consequência de uma abordagem do poder público que reflete a desigualdade de práticas dependendo da região do país. As regiões sul e sudeste do Brasil são as que possuem os maiores índices de IDH e tem mais expressividade na economia, ou seja, são regiões mais ricas. Entretanto são as regiões que usualmente

---

<sup>27</sup> Cotação do euro de julho de 2023. 1€ = R\$5,25

recebem mais investimentos federais. Pode-se perceber isso no mapa abaixo (Figura 27), o qual sintetiza quanto de capital que foi empregado em cada município pelo PAC.

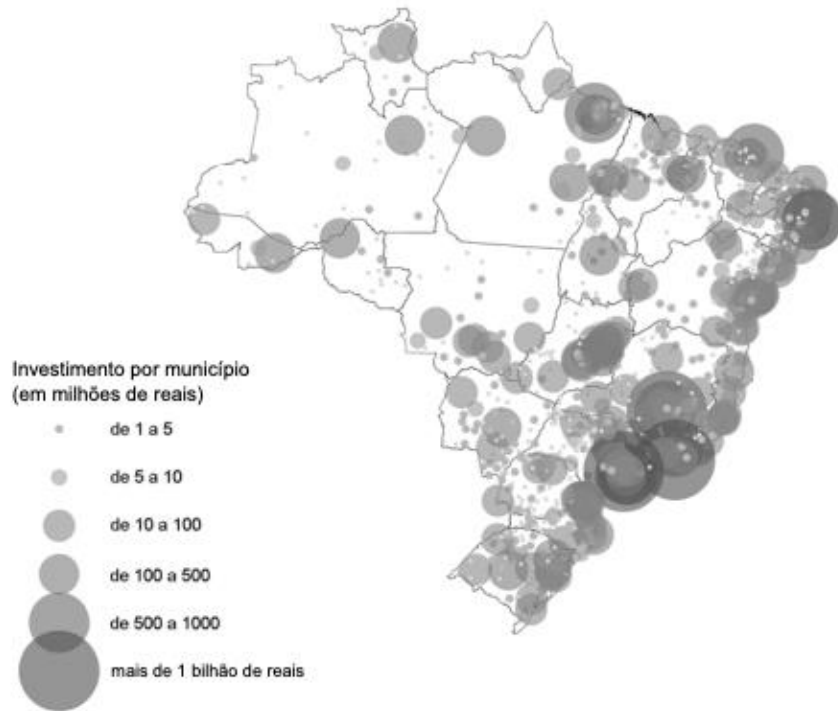


Figura 27 Distribuição dos investimentos do PAC em urbanização de favelas (Cardoso & Denaldi, 2018)

Ainda segundo Cardoso e Denaldi os principais programas e ações do PAC voltados para a urbanização de favelas foram:

Projetos Prioritários de Investimentos (PPI); Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários; Programa Moradia Digna; Saneamento Básico (Ação Orçamentária 2068); Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público (Pró-Moradia); e Programa Saneamento Para Todos. (Cardoso & Denaldi, 2018)

Uma das questões recorrentes é se realmente após tanto investimento, as obras de urbanização nas favelas do Rio se concretizaram. Muitas obras de saneamento e infraestrutura públicas começaram, mas não terminaram. Obras de urbanização nesses territórios possuem características e nuances que outros lugares não têm, já que é um espaço complexo e em constante mudança e visto que muitas vezes é preciso fazer a relocação de moradores e utentes dos espaços. Sendo assim, é comum perceber um padrão das empreiteiras que estão sempre em busca do maior lucro possível em cima dos contratos e licitações, que é de realizar de pronto as obras que permitam retirar o lucro e logo depois abandonar as mesmas (Osborn, 2015; Cardoso & Denaldi, 2018).

Já as obras finalizadas esbarram numa problemática que são os custos de manutenção, como é o caso do Teleférico do Complexo do Alemão (Figura 28). Inaugurado

em 2011, foi responsável por melhorar a mobilidade dos moradores e incentivar o turismo no local, porém está desde 2016 sem funcionamento após falta de pagamentos do governo para a concessionária responsável pela operação e necessidade de recursos para obras de manutenção. Há a promessa que volte a funcionar no segundo semestre de 2023, mas ainda não é certo.



Figura 28 Teleférico do Complexo do Alemão (Moura, 2020)

Mais uma vez concluiu-se que o programa teve muita relevância e trouxe inúmeras melhorias, visto que até hoje é o que mais garantiu recursos para urbanização das favelas, e assim é referência para intervenções futuras, apesar de não ter sido completamente bem-sucedido quando se faz uma análise mais cuidadosa de cada caso. É possível aplicar em outros projetos o conhecimento garantido a partir das experiências obtidas a partir da adaptação e resposta as diversas dificuldades que intervenções complexas e distintas em cada região. Mais uma vez ressalta-se que “favela” não é uma unidade, é uma conjuntura de contextos diversos que possuem suas particularidades e que para ter sucesso na urbanização deve-se levar em consideração as individualidades, trabalhando sempre próximo a comunidade. Por último destaca-se a importância de manter a urgência da pauta do desenvolvimento das favelas de todo o país.

### **2.7.2 O legado dos megaeventos**

Até agora tudo parece se encaminhar para uma nova abordagem, com urbanistas presentes em projetos nas favelas, grandes investimentos públicos junto a uma preocupação social. Até o Brasil ser sede da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas em 2016. Com o advento dos megaeventos muito do investimento em obras públicas da cidade, que em parte favorecia as favelas, acaba por ser destinado para cobrir os custos das novas edificações destinadas aos eventos. Apesar da tentativa de demonstrar um certo apreço pela estética e cultura das favelas para o resto do mundo, contanto até com representações nos cenários da abertura das Olimpíadas (Figura 29), a realidade acaba por ser outra, mais uma vez as comunidades mais pobres sofrem ao serem preteridas.

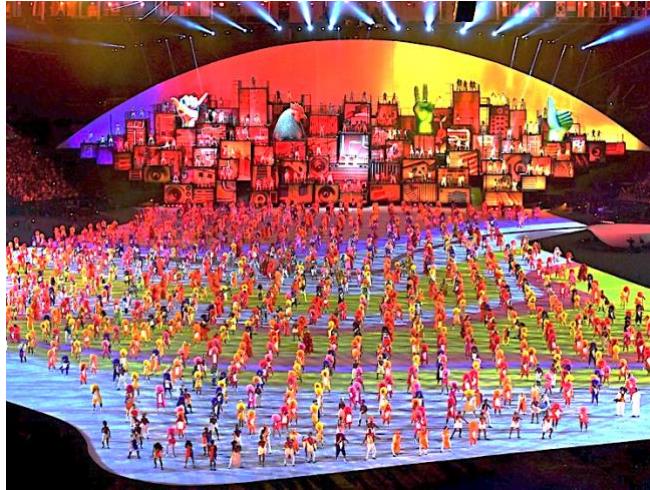


Figura 29 Cerimônia de abertura das Olimpíadas Rio 2016, dançarinos em destaque e no fundo a cenografia representando uma visão lúdica da favela (Smith, 2016)

O Rio de Janeiro a partir de 2011 se tornou canteiro de obras, com inúmeros projetos de revitalização, melhoria na mobilidade urbana, obras arquitetônicas icônicas como é o caso do Museu do Amanhã, de Santiago Calatrava. A cidade estava investindo de bilhões de reais para ser vitrine para o mundo todo e é então que começa o problema para o povo favelado, mais uma vez. Muitas remoções forçadas aconteceram para que as obras dos eventos se concretizassem e o reassentamento em “habitações sociais”, condomínios construídos às pressas com pouco valor arquitetônico nos projetos – desde apartamentos apertados, à baixa qualidade de materiais e pouca ou nenhuma área de lazer. Obviamente essas novas moradias estão instaladas na periferia da cidade, prejudicando muito a mobilidade dos moradores, muitos até perderam seus empregos por morar longe e ter deslocamentos insustentáveis de casa para o trabalho (Osborn, 2015).

Acredita-se que mais de 20 mil famílias, cerca de 80 mil pessoas perderam suas casas devido as obras dos megaeventos. Muitas delas segregadas do convívio e da estabilidade da comunidade que viviam passam a ter dificuldades em criar laços, o sentimento é de isolamento dentro de uma reprodução de baixa qualidade das construções de 50 anos atrás. Os megaeventos parecem ser apenas mais uma justificativa para tirar as pessoas pobres de terrenos valiosos para a especulação imobiliária, e as instalarem em habitações que apesar da qualidade duvidosa são ótimas para aquecer o mercado da construção civil (Osborn, 2015).

Já quem continuou nas favelas sofreu com repressão e violência. O Estado buscava solucionar os problemas decorrentes do aumento da criminalidade nas comunidades após décadas de negligência, almejando alcançar resultados em poucos meses por meio de uma abordagem policial mais agressiva. Não necessariamente para melhorar a vida das pessoas que ali vivem, mas sim para passar uma imagem melhor internacionalmente.

Segue o relato de Daiane Mendes, moradora do Complexo do Alemão, para o jornal *The Guardian*, como estava a situação em 2016:

Meu sentimento é o Alemão estava melhor no passado, quando estava abandonado. [Agora acredito que o Estado] olha para nós com olhos de assassino. Uma fala muito comum entre o nosso grupo de militantes no Alemão é que pedimos por saúde, o governo envia polícia. Pedimos por cultura, o governo entende polícia. Pedimos por educação, o governo entende polícia. Pedimos por mobilidade e oportunidade de acesso à outras partes da cidade, mas o governo entende polícia. Pedimos por paz, mas só recebemos guerra. Espero que os jogos olímpicos acabem logo. Porque de legado, eu só vejo repressão, militarização e guerra. Está na hora de acabar. (Mendes D. , 2016)

Além disso, com o objetivo de camuflar as favelas foi construído o conhecido como “Muro da Vergonha” pelos moradores do Complexo da Maré, que separa e esconde a favela na estrada que liga o aeroporto com o centro do Rio (Figura 30 e 31).

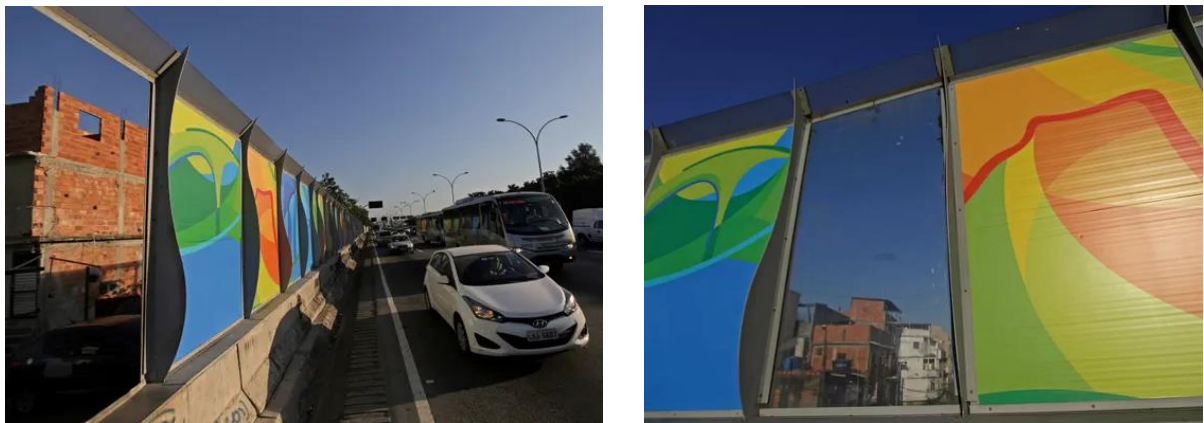


Figura 30 e 31. Muro com anúncios dos Jogos Olímpicos Rio 2016 esconde Complexo da Maré (Moraes, 2016)

Vale ressaltar que as problemáticas apontadas não são um caso isolado, é comum notar tais questões em outras cidade sede dos jogos olímpicos. As remoções forçadas principalmente da população de baixa renda é recorrente em cidades sede, como aconteceu em Londres 4 anos antes, onde foram emitidas ordens de expropriação por parte das autoridades que forçou os residentes a deixarem as áreas designadas como distritos olímpicos. Mas isso não é de hoje, nos Jogos de 1988 em Seul, cerca de 15% da população da cidade sofreu com desalojamentos forçados; nas olimpíadas seguintes sediadas em Barcelona foram 200 famílias a deixarem suas casas para abrir espaço para a construção de novos anéis viários antes dos Jogos de 1992; os caso de Pequim, cidade-sede em 2008, é o mais expressivo já que os projetos de novas instalações para o evento cobriam uma área de mais de 1 milhão de metros quadrados e obrigou ao reassentamento em massa dos moradores, calcula-se que mais de 1,5 milhão de pessoas foram obrigadas a se deslocar, além de haver diversas denúncias do uso da violência para o despejo dessas populações (Rolnik, 2016).

Além das remoções diretas ocasionadas por esses eventos é comum também o deslocamento de populações de baixa renda por conta da gentrificação. No caso de Seul, em 1988 os preços dos apartamentos e da terra tiveram o maior aumento em 10 anos, chegando a 27%, obrigando as pessoas a se deslocarem para áreas mais periféricas. Cidades como Barcelona, e Sydney também sofreram com grande aumento dos preços das moradias, em comparação com o resto do país, nos anos que antecederam os jogos e logo depois. Há também o exemplo de Atlanta, onde cerca de 15 mil moradores de baixa renda tiveram que deixar a cidade após um aumento considerável nos arrendamentos no ano dos Jogos de 1996 (Rolnik, 2016).

Visto isso, é fundamental ter a preocupação de considerar cuidadosamente os impactos socioeconômicos e o bem-estar das comunidades locais ao decidir sediar esses megaeventos. É importante que as autoridades locais e os organizadores dos jogos implementem medidas para mitigar esses impactos negativos, como políticas de reassentamento justo, controle de preços de moradia e investimentos em infraestrutura que beneficiem a população local. Ou seja, é fundamental que haja a preocupação de proteger os direitos e o padrão de vida das pessoas mais vulneráveis da comunidade, garantindo que os benefícios do evento não sejam obtidos às custas da população mais pobre.

### **2.7.3 Minha Casa Minha Vida (MCMV)**

Apesar do programa Minha Casa Minha Vida não ser diretamente voltado para moradores das favelas, é importante citá-lo nesse estudo, visto que atingiu de diversas maneiras a forma de morar de populações de baixa renda. O programa foi lançado pelo governo federal em 2009 e apesar das críticas desde o começo é mantido com basicamente os mesmos moldes até os dias atuais.

A premissa é a mesma que foi aplicada na década de 60 com o BNH, com modelos de projetos já prontos sendo executados à exaustão em periferias da cidade, com estudo e análise de contexto e território feito às pressas na maioria das vezes. Essa é uma das principais críticas, já que o programa sempre priorizou terrenos amplos e baratos, o que resulta em grandes conjuntos habitacionais em áreas distantes da cidade. Esses territórios frequentemente apresentam mobilidade urbana deficiente e pouco ou nenhum equipamento coletivo fundamental que responda a nova demanda de tantos moradores, como escolas, postos de saúde e áreas de lazer – apesar de o lazer supostamente estar incluso dentro do projeto dos condomínios, mas que na prática muitas vezes são áreas ínfimas em proporção aos número de moradores e de baixa qualidade, tanto de materiais quanto da proposta de uso. Até a falta de comércio é um apontamento das pessoas que vivem em habitações da MCMV. Claramente questões que refletem a falta de um estudo de impacto urbano.

Outra crítica muito recorrente é sobre a qualidade da construção, visto que é recorrente o uso de materiais baratos que podem comprometer a estrutura e a segurança dos moradores. Já que a fiscalização também não é muito eficiente. Tudo isso representa mais uma vez a desvalorização da vida de pessoas pobres. Um exemplo dessa realidade é o Bairro Carioca (Figura 32), complexo de apartamentos localizado na zona norte do Rio planejado para 11 mil pessoas. A ideia era ser um 'bairro-modelo' do MCMV, entretendo sofre com diversos problemas como: enchentes, problemas estruturais e ação de traficantes.



Figura 32 Bairro Carioca, projeto MCMV, na zona norte do Rio de Janeiro (Globo, 2015)

O MCMV é mais uma repetição de um modelo falido de habitação social, mas que gera muito lucro para iniciativa privada, visto que aquece o mercado da construção civil e gera lucro para as grandes construtoras e empreiteiras.

Há uma modalidade do programa que não sofre tantas críticas, que é o Minha casa Minha Vida – Entidades que tem uma premissa diferente, já que trabalha com a ideia de autogestão e cogestão. Na realidade é bem elogiado no meio da arquitetura e urbanismo, e tem tido bons resultados e feedback dos envolvidos. De acordo com Santos (2023) a “Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA) vê no MCMV Entidades um braço essencial para fomentar o diálogo democrático sobre a moradia popular”. Segue a descrição do programa:

O MCMV – Entidades permite o envolvimento direto das famílias e o protagonismo das comunidades organizadas no processo de implementação, discussão e construção das unidades habitacionais. Originalmente, 3% dos recursos eram destinados ao Entidades, que exige a presença de uma instituição organizadora, como cooperativas e associações, para receber o capital. Dentro do modelo, são aplicados dois métodos de trabalho: a autogestão, quando se realizam mutirões construtivos e a própria entidade contrata mão de obra e organiza os processos, e de cogestão, quando se contrata uma construtora para comandar as obras conforme o que foi desenvolvido coletivamente. ( p. 1)

Nas imagens abaixo (Figura 33 e 34) pode-se observar um pouco do trabalho do Grupo Esperança, que se localiza na Zona Oeste do Rio. Se trata de uma das cooperativas subsidiadas pelo MCMV – Entidades, e esta é responsável por gerir a construção de habitação popular de forma participativa em todo o processo.



Figura 33 Reunião da Cooperativa Esperança, com o apoio de arquitetos constroem suas próprias casas.  
Catalytic Communities (2014)



Figura 34 Em primeiro plano a bandeira da União Nacional por Moradia Popular que trabalha em conjunto da Cooperativa, ao fundo as casas construídas pelos moradores.  
Catalytic Communities (2014)

Infelizmente, como é citado, o Entidades tem uma representação muito pequena comparado com o resto do programa. Mas apesar do destaque às críticas e resultados negativos do MCMV é importante ressaltar que milhões de pessoas foram beneficiadas pelo programa para finalmente ter sua casa própria<sup>28</sup>, já que há bastante auxílio e subsídios públicos para a compra de um imóvel do MCMV, e é um dos programas que mais combateu o déficit habitacional do país.

O déficit habitacional é calculado a partir da necessidade de residências para indivíduos que habitam em habitações inadequadas, aqueles que coabitam com múltiplas famílias em uma mesma residência, famílias que possuem uma renda de até três salários-mínimos e destinam mais de 30% de sua renda ao pagamento de aluguel, e residências com mais de três indivíduos por cômodo. Ou seja, muitos moradores de favelas se encaixam nessa classificação (Habitat, 2020).

Apesar de a primeira resposta ao déficit habitacional no Brasil ser sempre a construção de novas moradias, talvez não seja a única solução, ou mesmo a mais viável, visto que há um número imenso de edifícios e moradias desocupados ou mesmo devolutas nos centros das cidades que poderiam ser uma resposta ao problema da falta de habitação. Porém se mantém assim por serem consequências da especulação imobiliária e de um mercado que praticamente não permite a diminuição do valor do aluguel em áreas centrais da cidade.

---

<sup>28</sup> Em 10 anos do MCMV foram construídos mais de 4 milhões de habitações e havia pelo menos 1,5 milhões no processo de construção (Lis, 2019).

É como a máxima muito conhecida e replicada “tanta casa sem gente e tanta gente sem casa”. Claramente não é um problema fácil de resolver simplesmente realocando as pessoas para todos os locais devolutos já que isso implica em todo um mercado e políticas complexas. Mas é uma alternativa para se pensar moradia de qualidade para pessoas de baixa renda que não seja a repetição desse modelo modernista que não responde justamente as demandas da população.

#### **2.7.4 A urbanização enfrenta novos desafios: o crime organizado**

Um ponto importante de citar nessa pesquisa, apesar desse assunto ter sido deliberadamente evitado até agora para não fomentar mais preconceito, é evidentemente uma questão que atualmente implica diretamente nas intervenções urbanas em favelas do Rio de Janeiro. Seria o crescimento exponencial do narcotráfico e o comando de facções e organizações criminosas nos morros da cidade, esse crescimento se dá principalmente no fim dos anos 1980 e início dos 1990. Nos anos 2000 as organizações paralelas ao governo já estavam muito bem estabilizadas nas favelas do Rio de Janeiro e hoje em dia o maior problema são as milícias<sup>29</sup>. E isso com certeza tem consequências até mesmo no acesso das entidades governamentais a esses territórios para obras de urbanização e melhoria, pois como citado antes, esse contato nunca foi muito pacífico e normalmente está rodeado de muita violência.

Por que é relevante citar esses dados? Hoje em dia para falar de urbanização das favelas do Rio de Janeiro é impossível ignorar o fato que a milícia e o tráfico juntos estão em domínio de mais de 70% do território do município e de cerca de 57% da população (3,76 dos 6,75 milhões de habitantes). Principalmente os milicianos dominam a maior parte dos serviços e atividade comercial, desde botijas de gás, serviços de internet até à construção civil. Pessoas nesses territórios só podem construir com os materiais que eles vendem e nos locais que eles permitem (Satriano, 2020). Até grandes construtoras são obrigadas a pagamentos mensais de milhares de reais para milícias para que as obras possam continuar sem a interferência violenta de milicianos (Cruz, 2022). O contexto favorece a crescimento dessas organizações, como afirma Daniel Hirata, coordenador do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos, da Universidade Federal Fluminense (GENI-UFF), em entrevista ao jornalista Eduardo Miranda (2022).

---

<sup>29</sup> Milícia é definida como um poder paralelo composta por policiais militares, paramilitares e civis armados, utilizam da violência e força para extorquir e controlar a população. Surgiram inicialmente com o discurso que iriam controlar o narcotráfico e atualmente controlam mais território que as outras organizações criminosas e também praticam o tráfico de drogas e armas, entre outros crimes.

Este é um cenário favorável, sobretudo para as milícias que, por terem em seus quadros muitos agentes públicos e ex-agentes públicos, aproveitam o medo da população e a baixa capacidade de fiscalização do poder público, para avançar sobre a região metropolitana, expandindo suas atividades econômicas e de controle territorial para cada vez mais espaços. (p.1)

Vale ressaltar que há programas ainda em execução de pacificação das favelas do Rio de Janeiro, como as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) de 2008, que seriam unidades de policiamento dentro das comunidades que em teoria conseguiriam ter uma conversa mais próxima com os moradores e uma abordagem menos violenta. Assim como a maioria das iniciativas aqui já relatadas, no começo deu certo, diminuiu a criminalidade, mas após 10 anos já era considerado um fracasso após conflitos armados voltarem a acontecer com frequência, escândalos de corrupção dentro da corporação e a população também não se sentir confortável em manter diálogo com os policiais que supostamente receberiam treinamento para abordagens menos truculentas e mais humanas, mas que não é a realidade (Betim, 2018).

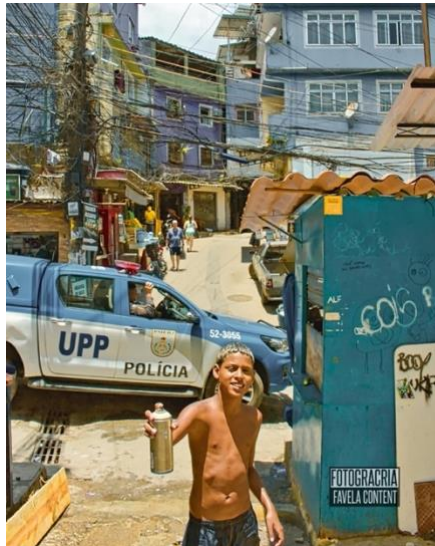


Figura 35 Menino posando no primeiro plano e a viatura da UPP ao fundo (Fotogratria, 2022)

Hoje em dia é bastante comum encontrar construções irregulares financiadas pelas milícias, grandes empreendimentos de prédios habitacionais têm se multiplicado nas favelas e bairros mais afastados do Rio de Janeiro. As obras são feitas rapidamente, em menos de um ano pode-se encontrar prédios de 10 andares feitos de raiz praticamente prontos para morar. Além da maioria das construções estarem avançando em áreas de risco como encostas de morro, ou áreas de proteção ambiental, o risco de desabamento é uma realidade visto que as obras não são fiscalizadas e é recorrente o uso de materiais de baixa qualidade para diminuir custos (Tchao, 2021).

É mais difícil combater as milícias do que outras organizações criminosas no Rio visto que os envolvidos possuem relações muito próximas tanto com a polícia militar quanto

com políticos. A potência do poder que exercem está intimamente ligada com as conexões que possuem com agentes do Estado, até o ex-presidente Jair Bolsonaro, que foi deputado pelo Rio de Janeiro por mais de duas décadas e exerceu o mandato da presidência entre 2018 e 2022, é acusado de manter relações com milicianos.

O mapa abaixo (Figura 37) foi elaborado pelas entidades Fogo Cruzado, GENI-UFF, Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) e Pista News, nota-se a expressividade da área dominada pela milícia (em azul), além de outros territórios que sofrem com a ação de facções criminosas, a mais relevante na cidade é o Comando Vermelho (em vermelho).

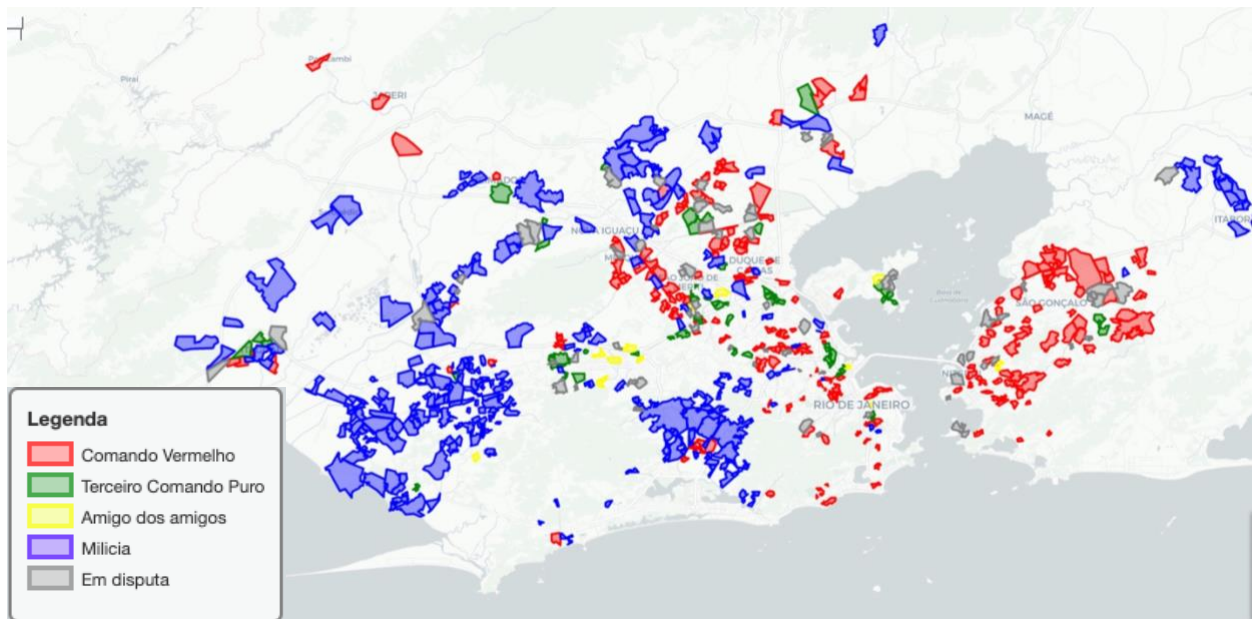


Figura 36 Mapa das áreas sob domínio das milícias e facções criminosas. (GENI-UFF, 2019)

Esse novo contexto prejudica muito a ação de arquitetos e urbanistas nesses territórios, visto que é perigoso ir contra qualquer decisão de quem domina a área. Esses que estão obviamente muito mais preocupados com dinheiro e poder do que com o bem-estar da população.

### 2.7.5 A favela hoje

Diferente do imaginário popular do que seria favela, apenas com barracos, precariedade, pobreza e criminalidade, hoje em dia a maioria das favelas da cidade contam com casas de alvenaria, pavimentação nas ruas, comércio ativo, assim como equipamentos públicos como escolas, creches e postos de saúde. Claro que não se pode ignorar o fato que ainda são territórios negligenciados pelos poderes públicos, dotado de muitos problemas por tantos anos de descaso e que há muito ainda que melhorar.



Rocinha é atualmente uma das maiores favelas da América Latina, segundo o Censo das Favelas de 2022 a Rocinha conta com cerca de 34 mil domicílios e 70 mil habitantes, só que de acordo com os próprios moradores o número real pode chegar à 100 mil habitantes. Está localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro, sendo assim está em uma área privilegiada da cidade e contou com o passar dos anos por urbanizações mais frequentes que favelas mais periféricas, assim como pacificação, sendo pouco recorrente casos de violência no local.

Nos dias de hoje há diversos criadores de conteúdo que mostram o cotidiano das favelas nas redes sociais. Muitos deles tem como objetivo tirar o estigma negativo que ainda permanece na sociedade sobre a favela. Sendo assim, foram usados como base na pesquisa diversos vídeos desses criadores que podem ser encontrados nas plataformas digitais.

Busca-se ressaltar a importância de mostrar um pouco da realidade na visão dos moradores, principalmente dos mais jovens que não possuem mais tanto receio ou constrangimento em retratar o cotidiano de onde moram. A seguir, apresenta-se algumas visões da Rocinha sob os olhares de Bruno Thierry, conhecido nas redes sociais como Rock Cria, que possui mais de 1 milhão de seguidores, Ruan Juliet, com aproximadamente 900 mil seguidores e Salem, conhecida como Fotogracia, fotógrafa profissional e ‘cria’ da Rocinha, que já teve seus trabalhos expostos em museus, conta com cerca de 500 mil seguidores das redes sociais<sup>30</sup>.

Esses criadores fazem realmente um serviço social ao mostrar os diversos aspectos desse território. Mostra, por exemplo, como funcionam a arquitetura da favela, a ‘magia’ que os construtores fazem para que as estruturas se mantenham, com pilares assentados em rochas ou até em árvores, sistemas hidráulicos junto à sistemas elétricos – sim, fios elétricos lado a lado com canos de água ou esgoto – e tudo se mantém estável a partir dos conhecimentos empíricos passados por gerações de pedreiros. Apesar da pouca segurança estrutural, aparentemente, não são comuns casos de desmoronamentos ou ruptura de casas na região, a não ser de moradias próximo a encostas de morro em épocas de chuva. A arquitetura que se encontra na favela é realmente única e é crível que estudantes e arquitetos podem aprender muito como construir com pouquíssimo espaço e recursos.

O criador de conteúdo Ruan Juliet faz uma brincadeira afirmando que “Oscar Niemeyer é menino perto dos pedreiro (sic) aqui da Rocinha” (Figura 38), exaltando a qualidade e conhecimento dos construtores informais. Já na Figura 39 o destaque é para a fundação do prédio feita diretamente na rocha.

---

<sup>30</sup> Vale ressaltar que explicitar o número de seguidores nas redes sociais é relevante para entender a magnitude e voz que essas pessoas possuem para mostrar as qualidades da favela para pessoas de fora além de denunciar as negligências do poder público.



Figura 38. "o Oscar Niemeyer ele é menino perto dos pedreiro (sic) aqui da Rocinha"  
Ruan Juliet (2023)



Figura 39 Fundação da casa feita diretamente na pedra.  
Rock Cria (2023)

Outro ponto abordado nos vídeos é o saneamento básico, a água chega aos moradores nas partes mais altas por bombas improvisadas e a maior parte das ligações de esgoto são feitas pelos próprios (Figura 40), o esgoto desemboca em valas à céu aberto que passam às vezes até nos becos e escadarias usados para a locomoção (Figura 41), as valas desembocam em valões e esses vão para o mar.

Sim, a parte da estrutura feita pela prefeitura de tratamento para o esgoto – que idealmente seria a ligação dos valões às estações de tratamento – é na realidade uma ligação diretamente com a água do mar (Figura 42), exceto quando não é diretamente para o mar, passa por tubulações precárias que sofrem com constantes vazamentos para chegar até a estação de tratamento de água.

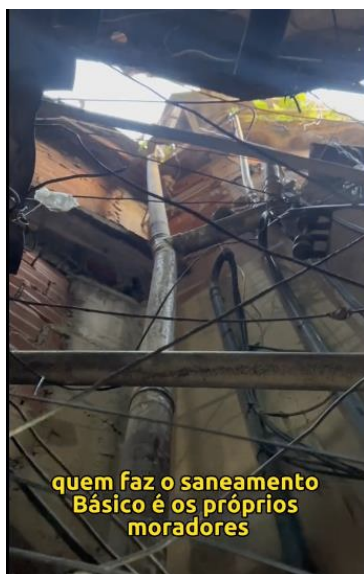


Figura 40 Instalações de esgoto e água feita pelos moradores.  
Ruan Juliet (2023)



Figura 41 "a vala já vem debaixo das casa" (sic). O esgoto das moradias fica exposto próximo aos passeios. Rock Cria (2023)

Os moradores da Rocinha claramente não concordam com essa alternativa da prefeitura e reivindicam um tratamento descente para o esgoto, visto que costumam usar a praia (poluída) para o lazer, já que é gratuito (Figura 43).



Figura 42 Destino final das valas de esgoto é a praia de São Conrado. Ruan Juliet (2023)



Figura 43 A praia de São Conrado é muito frequentada pelos moradores da Rocinha. Ruan Juliet (2023)

Outro ponto abordado são os equipamentos públicos. A Rocinha conta com 5 escolas municipais que vão desde o ensino básico ao médio e pelo menos 2 creches municipais, além de muitas outras particulares. Conta também com 2 postos de saúde – Unidades de Pronto Atendimento (UPA), com funcionamento 24h para emergências - além do Centro de Cidadania, no qual além oferecer de vacinação, também possuiu cursos profissionalizantes, e cuidados direcionados à terceira idade e a portadores de deficiência física. A Rocinha também é uma das poucas favelas da cidade que possui um Complexo Desportivo (Figura 44), que oferece diversas atividades principalmente para crianças e adolescentes (Figura 45). Tudo isso foi adquirido pela população com muita luta junto à associação de moradores, entretanto ainda há muitas necessidades não realizadas, até porque os serviços disponibilizados não são o suficiente para a demanda da população que é muito numerosa<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> Segundo o Data Rio de 2022, desenvolvido pelo Instituto Pereira Passos, a densidade demográfica da cidade do Rio de Janeiro é de 5.556 hab./Km<sup>2</sup>, enquanto na Rocinha é de 48.258 hab./Km<sup>2</sup>.



Figura 44 Centro desportivo da Rocinha. Ruan Juliet (2023)



Figura 45 Ruan Juliet destaca a importância do centro desportivo e as inúmeras atividades que acontecem (2023)

Um último ponto relevante para ser abordado, recorrente pauta nos vídeos, é a especulação imobiliária dentro da Rocinha. Assim como todo o lado, há também desigualdade social dentro da favela. Na parte baixa é onde se encontram as moradias mais caras, já que é mais perto dos transportes, comércio e existe uma infraestrutura melhor. Uma moradia nessa área com três quartos pode chegar a custar 300 mil reais (57 mil euros), como se pode observar na Figura 46, na qual o Ruan Juliet destaca que na Rocinha é possível encontrar casas de até esse valor. Enquanto na parte mais alta da favela, onde só é possível chegar a pé, a mesma tipologia é cerca de 50 mil (9,5 mil euros).

Além disso é interessante perceber como que a venda de terrenos funciona, sendo que não há lotes disponíveis para construção e a densidade construída é a máxima possível, há então a venda de lajes, ou seja, a pessoa constrói sua casa e ao invés de fazer uma cobertura, deixa uma laje preparada para receber outra construção e assim vende aquele espaço, e a pessoa que constrói em cima pode fazer o mesmo, existindo assim edifícios de até 4 ou 5 andares com apartamentos totalmente individuais sem comunicação interna entre eles. Essas lajes se bem localizadas podem chegar ao valor de 150 mil reais (28,5 mil euros), como afirma Rock Cria no trecho retirado de um vídeo que o criador de conteúdo compartilhou (Figura 47).



Figura 46 "Aqui na Rocinha também tem casa de 300 mil reais"  
Ruan Juliet (2023)



Figura 47 "Vendas de laje: como funciona, qual preço? Até 150 mil reais". Rock Cria (2023)

Volta-se mais uma vez a ressaltar que a Rocinha é uma das favelas privilegiadas por se localizar na Zona Sul e, apesar de não parecer, têm mais atenção do poder público do que outras favelas mais distantes. Sendo assim, de acordo com o que foi exposto, pode-se perceber que há desenvolvimento nas favelas com o passar dos anos, porém que a realidade é que na maioria das vezes são os próprios habitantes que elaboram e põem em prática as melhorias pois até os dias atuais a vida na favela ainda é um reflexo da negligência de órgãos públicos. Além disso, na própria favela pode-se encontrar discrepâncias e desigualdade, visto que não passa de um retrato da sociedade brasileira (Figura 48).

Por último destaca-se, mais uma vez a importância da criação e compartilhamento de conteúdos por parte dos moradores de favelas, como uma maneira de diminuir preconceitos e estigmas e trazer mais informação sobre as situações cotidianas desses territórios (Figura 49).



Figura 48 "Existe muita diferença de desigualdade na Rocinha".  
Ruan Juliet (2023)



Figura 49 (Como é viver) em uma das maiores favelas da América Latina". Fotograçria (2022)

## **2.8 Considerações finais do capítulo**

Nesse capítulo, foi explorada a evolução das favelas do Rio de Janeiro ao longo do séc. XX até a contemporaneidade, analisando os complexos fatores sociais, econômicos e políticos que moldaram essas comunidades únicas. À medida que concluí-se esta análise, algumas conclusões e reflexões merecem destaque.

É evidente que as favelas do Rio de Janeiro são uma parte intrínseca da história e da identidade do município, apesar de ser comum a tentativa de apagamento desses territórios como parte relevante da cidade. Seu surgimento no início do século XX, em meio a uma explosão de migração urbana e falta de moradia acessível, demonstra a resiliência da população carioca de baixa renda em busca de melhores condições de vida. Essas comunidades não apenas enfrentaram desafios significativos, mas também geraram uma rica cultura e identidade que contribuíram para a diversidade da cidade.

A evolução das favelas não ocorreu de maneira homogênea. Relatou-se sobre a expansão geográfica das favelas, à urbanização de algumas delas, gentrificação e remoção de outras. A intervenção do governo e as políticas públicas desempenharam papéis cruciais nessa evolução, embora nem sempre de forma consistente. Nota-se que apenas nas décadas finais do século XX que houve mudanças significativas de conceito e ação por parte do poder público e da própria sociedade civil sobre as favelas. Assim, as iniciativas de urbanização e programas habitacionais foram implementados com o objetivo de melhorar as condições de vida dos moradores, mas muitas vezes encontraram obstáculos significativos.

Verificou-se também que a ação de arquitetos e urbanistas se deu de maneira tímida até a época em que começaram as intervenções por parte do poder público a fim de trazer a urbanização das favelas. Apesar de já haver debates e interesse por parte de alguns arquitetos especificamente nessa questão, houve uma certa morosidade para que as mudanças evoluíssem do discurso para a prática.

Os desafios enfrentados pelas favelas continuam sendo uma preocupação importante. A falta de infraestrutura básica, saneamento precário e acesso limitado a serviços públicos ainda são realidades persistentes. Além disso, a violência e a segurança continuam sendo questões críticas que afetam o cotidiano dos moradores. Percebe-se que até os dias atuais há uma defasagem enorme em qualidade de vida em comparação com o restante da cidade.

Compreender melhor a história das favelas do Rio de Janeiro não apenas fornece uma compreensão mais profunda da cidade e de suas complexidades, mas também oferece perspectivas cruciais para que profissionais de arquitetura e urbanismo possam abordar as questões urbanas e sociais de maneira cada vez mais abrangente, justa e inclusiva.

### 3. Estudo de Caso: PROAP

Salve a favela/Respeita a nossa correria/E a nossa arma é a nossa sabedoria/E a nossa meta é acabar com essa covardia

Bielzin, Borges, MC Cabelinho e MC Poze do Rodo (2023)<sup>32</sup>

O objetivo do estudo do Programa Favela-Bairro e do Morar Carioca é entender como se deu a evolução na identidade das intervenções urbanas em favelas no Rio de Janeiro, quais foram as mudanças e consequências tanto em nível técnico e executivo quanto conceitualmente no âmbito das propostas de interferência nesses territórios.

Visto que até hoje a metodologia de intervenção do PROAP é tida por arquitetos e urbanistas como referência na transformação da política de ação nas favelas e na renovação da ótica imagética desses territórios. Ver-se-á que em teoria realmente há inovação na elaboração de propostas que buscam a integração da favela com a cidade formal que envolve a edificação da cidadania das populações alcançadas pelo Programa a partir das melhorias físicas do local com respeito a cultura e identidades locais. Entretanto busca-se perceber até que ponto essa premissa se concretizou, a premissa que intervenções conscientes que objetivam o desenvolvimento socioeconômico local a partir de modificações do ambiente físico – modificações essas que partem de agentes externo - resultam realmente no progresso da favela, ou pelo menos se resultam na “promessa” de integração. Até que ponto essa integração extrapolaria uma imposição da adequação aos parâmetros do que entendemos por cidade em um território que possui uma operação diferente da mesma.

O Programa Favela-Bairro foi idealizado pelo arquiteto Luiz Paulo Conde<sup>33</sup>, quando era Secretário Municipal de Urbanismo. O programa contaria com a coordenação da Secretaria Municipal de Habitação, criada logo após a elaboração do Plano Diretor Urbano (PDU) de 1992. O projeto, diferentemente de abordagens de anos antes como as intervenções da CODESCO na década de 1960, procurava priorizar a requalificação dos espaços públicos e não o foco nas residências individuais (Brasileiro & Duarte, 2015).

---

<sup>32</sup> Canção nomeada “Salve a Favela”, estilo rap, composta e interpretada por MC Poze do Rodo, Bielzin, Borges e MC Cabelinho, gravada em 2023

<sup>33</sup> Luiz Paulo Fernández Conde (Rio de Janeiro, 1934-2015) graduou-se na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil (atual UFRJ), e trabalhou como colaborador de Affonso Eduardo Reidy no desenvolvimento do projeto do Museu de Arte Moderna (MAM), foi professor e diretor da UFRJ e duas vezes presidente do IAB, foi ganhador de inúmeros prêmios de arquitetura e urbanismo. Foi Secretário Municipal de Urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro (1993-1997) e prefeito (1997-2001), responsável por priorizar muitas pautas importantes no planejamento urbano do Rio.



Mapa de Intervenções do Programa Favela-Bairro

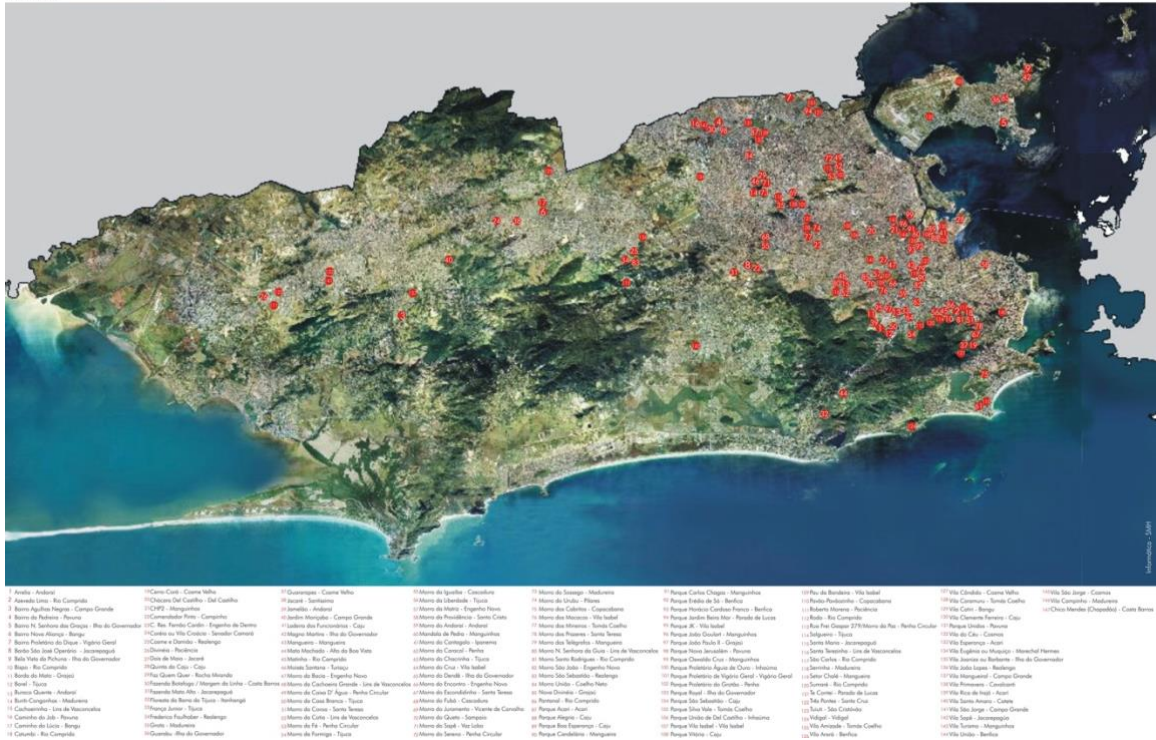


Figura 50 Mapa das Intervenções do Programa Favela-Bairro. Prefeitura do Rio de Janeiro (1995)

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foi responsável por mais da metade do financiamento nas duas primeiras fases do programa, cerca de 180 milhões de dólares emprestados no contrato de 1995 e a mesma quantia no de 2000. Juntamente a esse investimento o Governo do Estado também disponibilizaria 120 milhões de dólares para cada fase (Cavalcante, 2016).

A primeira atitude do governo foi organizar o recenseamento das favelas, as organizando por tamanho. As comunidades com menos de 500 lares seriam “pequenas”, entre 500 e 2.500 “médias” e mais de 2.500 “grandes”. Para as primeiras intervenções do programa foram escolhidas favelas médias, que representava 40% da população favelada, justificaram essa escolha devido aos custos muito altos que as intervenções nas “grandes” acarretariam e na dissolução das ações nas de pequeno porte. Posteriormente foram lançados programas específicos para tais territórios nomeadamente o Grandes Favelas e o Bairrinho (Brasileiro & Duarte, 2015).

A seleção das primeiras que receberiam as intervenções foi feita a partir de uma classificação da dificuldade de urbanização do local. Primeiramente selecionou-se os 40 locais mais viáveis, e dentre esses, os primeiros projetos seriam executados nas 15 favelas escolhidas pelo prefeito. Como já mencionado, foi partir do concurso lançado pelo IAB para escritórios de arquitetura dentro da iniciativa privada que as primeiras 15 equipes multidisciplinares foram selecionadas para executar os projetos nas áreas escolhidas.

O Favela-Bairro é característico por ter diretrizes norteadoras, que seriam resumidos como os objetivos do projeto, e a partir das demandas de cada local existiriam as adaptações e execução das alternativas propostas. Uma das finalidades seria contar com a participação ativa da população nas decisões e aplicações, assim como respeitar as pré-existências e evitar ao máximo as remoções e reassentamentos. O programa visava, dentro das devidas adaptações, além de incluir a infraestrutura básica, de saneamento, eletricidade entre outros, trazer qualidade no desenho urbano, com ruas e calçadas asfaltadas, áreas de lazer como quadras poliesportivas, locais de encontro e permanência como praças e equipamentos coletivos: escolas, creches, postos de saúde, além de comércio e serviços. Outro ponto importante é conectar a favela com a cidade a partir da malha viária e uma mobilidade urbana acessível (Cavallieri, 2007).

Como cada local tem suas particularidades e demandas não há um projeto base a ser replicado, até porque esse conceito iria contra o que foi dito anteriormente de respeitar o contexto local. Segundo Fernando Cavallieri (2007), gerente de pesquisas no Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos do Rio de Janeiro, os seguintes tópicos sintetizam os objetivos as propostas de intervenção:

- I. Dotar as favelas de infraestrutura de saneamento básico de boa qualidade, de funcionamento adequado e com manutenção oficial pelos órgãos públicos.
- II. Promover uma reorganização espacial das favelas, através de integração viária com a malha urbana circundante e da implantação de espaços de uso coletivo;
- III. Prestar serviços sociais dirigidos a atender aos vários segmentos etários da população de baixa renda e aos chamados grupos de risco;
- IV. Regularizar, do ponto de vista administrativo, urbanístico, legal as propriedades privadas e os espaços públicos.
- V. Manter e conservar serviços e equipamentos e controlar o uso e ocupação do solo no pós-obra.

Já o Programa Morar carioca é lançado em 2010 e tem como referência o seu precursor. Fez parte do plano de obras para sediar a Copa do Mundo e as Olimpíadas, e tinha uma promessa ousada “promover a inclusão social, por meio da integração urbana e social completa e definitiva de todas as favelas do Rio até o ano de 2020”, ou seja, urbanizar todas as favelas da cidade em 10 anos. De acordo com os objetivos, o programa atingiria 815 favelas e teria um orçamento de 8 bilhões de reais (1,5 bilhões de euros) – o investimento seria parte da prefeitura e do governo federal e parte do BID, assim como as outras fases do Favela-Bairro. O Morar Carioca foi dividido em 3 etapas e assim como a segunda fase do programa, o plano seria incluir mais do que apenas a melhoria na infraestrutura urbanística.

Além das obras de urbanização e infraestrutura, um conjunto de ações sociais integradas à urbanização, institucionalizando a participação da população no Programa, regularização urbana e fundiária, incluindo a previsão de um sistema de controle de ocupação e uso do solo, e sistema de manutenção e conservação das obras. (Caderno Resumo PROAP III, 2019, p. 9)

### **3.1 Etapas do PROAP**

O programa se divide em 3 fases, as duas primeiras nomeadas Favela-Bairro e a última com a alcunha de Morar Carioca. A primeira fase do programa (1995-2000) foca nas obras de infraestrutura e saneamento básico, enquanto a segunda fase coloca em prática as ações sociais integradas às intervenções urbanísticas. Já a terceira fase atrela a urbanização das favelas como um dos Legados Sociais das Olimpíadas.

Nos 5 anos da primeira fase foram beneficiadas 70 favelas, já na segunda fase apenas entre os anos de 2000 e 2005 foram urbanizadas 62 favelas e 24 loteamentos irregulares (Osborn, 2013). A segunda fase entra em vigor em 2000, sob a gestão da prefeitura de Luiz Paulo Conde, e vai até 2008. Conta com a expansão das ações de intervenção pois possui dois componentes além do urbanístico, que seriam o social e o institucional. Há a articulação de projetos socioeducativos juntamente das ações urbanísticas que incluem tanto incentivos para geração de trabalho e renda principalmente para o público jovem, quanto assessorias técnicas na construção. Até o fim de 2008 a segunda fase do programa beneficiou 88 favelas, no total, desde o lançamento o programa foi responsável por atingir 158 favelas (Duren & Osório, 2020).

Assim como no começo do Favela-Bairro, em 2011 a gestão do Morar Carioca – fase 3 do PROAP - juntou-se ao IAB-RJ para lançar um concurso, no qual participaram 89 empresas de arquitetura e urbanismo do mundo todo e foram selecionadas as 40 melhores. A cada uma dessas empresas foram atribuídas um agrupamento de favelas para ser estudado e assim criar projetos específicos para aplicar em cada uma delas de acordo com a demanda e especificidades do território (Osborn, 2013).

Para fazer o diagnóstico social das comunidades que seriam atingidas pelo programa foi feita a contratação por parte da Secretaria Municipal de Habitação (SMH) da ONG iBase. O estudo incluía a documentação e levantamento das demandas mais essenciais dos moradores (Osborn, 2013).

Na prática, segundo dados da prefeitura, o Morar Carioca recebeu 2,72 bilhões de reais (520 milhões de euros) em investimentos e durou efetivamente entre 2012 e 2016, apesar da própria prefeitura considerar que seu início se deu a partir de 2010. Mais de 500 mil pessoas foram beneficiadas pelo programa, número expressivo, porém muito aquém do que foi prometido.

A partir de 2016, ou seja, após a execução dos megaprojetos que ocorreram na cidade, o Programa Morar Carioca foi sendo descontinuado, com cada vez menos investimento. Há uma nota no site da prefeitura que afirma que em 2017 o programa seria retomado, com o plano de beneficiar 16 comunidades, totalizando mais de 40 mil pessoas atingidas até 2019, e contaria com um investimento de 300 milhões de reais (57 milhões de euros). Porém quando se buscam mais informações sobre a execução dessas obras, não se encontram dados claros e confiáveis de que realmente houve a concretização desses projetos.

Com o avanço da pandemia do Covid-19 no começo de 2020 as poucas obras ainda ativas nas comunidades foram paralisadas no geral. Sobre o PROAP em si, em 2021 foi feito novamente um acordo com o BID para um estudo de viabilidade de uma 4ª fase do programa, que foi efetivamente retomado em abril de 2022 ainda sobre a alcinha de Morar Carioca, apenas com investimentos do município, sem o apoio do BID.

O estudo aqui dirigido trabalhará em cima principalmente dos dados das duas primeiras fases do Favela-Bairro e da primeira fase do Morar Carioca, visto que é possível analisar os resultados e consequências das intervenções com o passar dos anos. Sobre o desempenho atual do programa ainda é cedo para tirar conclusões, mas pretende-se fazer apontamentos sobre o que se projeta dessa nova fase.

### **3.2 Plano Diretor Urbano do Rio de Janeiro**

A elaboração do programa Favela-Bairro pode ser entendida como uma consequência direta das premissas do Plano Diretor Urbano do município do Rio de Janeiro, que entra em vigor em 1992. É uma das primeiras vezes que realmente a favela é vista como parte pertencente a cidade e é colocada como um elemento distinto que precisa ser reconhecido no planejamento urbano dessa.

No documento, a primeira vez que a favela é citada é no art. 44 Regulamentação do Uso e Ocupação do Solo, no qual explicita que um dos objetivos é a não remoção das favelas, claramente refletindo uma mudança de pensamento e abordagem.

Do Uso e Ocupação do Solo  
Capítulo I  
Dos Princípios e Objetivos

**Art. 44** - O uso e ocupação do solo urbano respeitarão os seguintes princípios e objetivos:

(...)

III - não remoção das favelas;

IV - inserção das favelas e loteamentos irregulares no planejamento da Cidade com vista à sua transformação em bairros ou integração com os bairros em que se situam;

Há a observação no parágrafo único § 1º desse artigo: que a remoção apenas aconteceria em situação de risco, seja em áreas de risco tanto para a segurança dos utentes,

individual ou coletiva, ou em áreas de proteção e conservação ambiental. Também se admite a remoção quando há a inviabilidade da implantação de serviços urbanos básicos.

A partir daí também se estabelece - na teoria - a regularização fundiária dos territórios irregulares, algo que seria uma das pautas mais recorrentes da época, a importância de tirar da ilegalidade milhares de imóveis. Algo que infelizmente ficou muito mais da teoria, apesar de tentativas não muito bem-sucedidas de programas específicos na regulamentação jurídica desses imóveis. As dificuldades estão tanto da questão da escala de abrangência, quanto nos pormenores legais muito burocráticos, lentos e complexos, que é mais uma maneira de excluir a parte da população que teve pouca oportunidade de acesso a estudo de qualidade e por consequência têm dificuldade de ultrapassar os obstáculos burocráticos.

**Art. 58** - Serão objeto de estruturação e regularização as áreas ocupadas por favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais de baixa renda, assim como as respectivas vizinhanças.

§ 1º - As ações previstas neste artigo compreendem:

I - regularização fundiária;

II - realocização de moradias, nos casos mencionados no art. 44, § 1º;

III - urbanização e integração na malha urbana;

IV - recuperação das condições ambientais, abrangendo a vizinhança.

Nesse plano também são criadas as Áreas de Especial Interesse, que incluem territórios com situações distintas onde são necessárias medidas específicas e respostas às pautas mais urgentes, no caso, as favelas são incluídas nas Área de Especial Interesse Social (AEIS) no qual é explicitado a necessidade da implantação de programas habitacionais de baixa renda e programas de urbanização e regularização fundiária.

Quando se trata da política habitacional, há um capítulo no documento que exclusivamente trata dos programas prioritários na política habitacional do município, que incluem majoritariamente áreas que se encaixam nas AEIS. Um pormenor interessante de ser mencionado é que além de estabelecer a construção de habitações de baixa renda e a regularização, como já mencionado anteriormente, há um parágrafo no Art. 146 que deixa claro a intenção de prever um financiamento para aquisição de materiais de construção e assistência técnica de arquitetos e engenheiros a cooperativas e/ou mutirões autogestionados. O que demonstra a noção que o Estado sobre a importância de uma assistência técnica em áreas onde a autoconstrução é a forma de construir predominante, estando presente em quase todas as habitações.

Sobre o projeto de planejamento para a favela, os artigos 147 ao 155 tratam especificamente do nomeado Programa de Urbanização e Regularização Fundiária das Favelas, que evolui eventualmente para a elaboração e execução do Programa Favela-Bairro. Foi decidido incluir na íntegra o trecho do documento para entender como, em teoria, se incluiria a favela ao planejamento urbano da cidade.

**Art. 147** - Para fins de aplicação do Plano Diretor Decenal, favela é a área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infra-estrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregular e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais.

**Art. 148** - A urbanização e a regularização urbanística e fundiária serão realizadas mediante intervenções graduais e progressivas em cada favela, para maximizar a aplicação dos recursos públicos e disseminar os benefícios entre o maior número de habitantes.

**Art. 149** - As favelas integrarão o processo de planejamento da Cidade, constando nos mapas, cadastros, planos, projetos e legislação relativos ao controle do uso e ocupação do solo, e da programação de atividades de manutenção dos serviços e conservação dos equipamentos públicos nelas instalados.

**Art. 150** - O programa garantirá a permanência dos moradores na favela beneficiada, pela imposição de restrições ao uso e ocupação do solo e de outros instrumentos adequados.

**Art. 151** - A determinação do grau de prioridade da favela, para o efeito de sua integração ao programa, considerará os seguintes critérios:

- I - participação da comunidade no programa;
- II - viabilidade técnica, considerada a relação custo-benefício social, das intervenções do poder público;
- III - existência de áreas de risco;
- IV - proximidade de unidade de conservação ambiental.

**Art. 152** - As ações previstas nesta Seção serão orientadas pelo estudo da situação fundiária e pela elaboração de projeto urbanístico, que observará estas diretrizes:

- I - integração da favela do bairro e ao aglomerado de favelas onde está situada;
- II - preservação da tipicidade da ocupação local;
- (...)

§ 2º - A urbanização será executada, com base no projeto urbanístico através da implantação prioritária de abastecimento de água, esgotamento sanitário, remoção dos resíduos sólidos e eliminação dos fatores de risco.

§ 3º - Complementarão a urbanização o tratamento das vias, a execução da drenagem pluvial e da iluminação pública, a implantação dos projetos de alinhamento e o reflorestamento, quando couber.

§ 4º - Os equipamentos urbanos complementares relativos a saúde, educação, lazer e outros serão implantados obedecendo a escala urbana da área e sua localização.

§ 5º - Os projetos de urbanização de favelas contemplarão, quando possível tecnicamente, soluções que eliminem os fatores de risco para os moradores.

§ 6º - Serão instalados escritórios técnicos locais para conduzir a execução do programa, fazer cumprir a legislação urbanística e prestar assistência técnica e social aos moradores.

**Art. 153** - A regularização fundiária e a titulação das áreas faveladas, dependendo da situação da propriedade da terra, poderão ser promovidas diretamente pelo Poder Público, pelo proprietário ou pelos ocupantes, inclusive através do instituto

do usucapião, hipótese em que o Município prestará assistência técnica aos interessados.

**Art.** 154 e 155 pormenorizam a execução pelo Estado das premissas que o art. 153 explicita.

O Plano Diretor Urbano Decenal do município do Rio de Janeiro de 1992 foi realmente uma abertura para uma nova política que envolvia incluir finalmente a favela na pauta de planejamento urbano da cidade de forma a preservar a identidade local. É perceptível que, sem dúvidas, há uma evolução na elaboração das políticas públicas para pessoas que habitam estes territórios, porém ainda com uma execução limitada.

A partir da elaboração do PDU para uma melhor organização de sua execução, é desenvolvido o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (1995). O Programa Favela-Bairro então se insere como uma das estratégias que objetivam a integração da cidade. Como o nome mesmo esclarece o Programa faz parte da estratégia “Rio Integrado”, que objetiva “normalizar a situação urbanística” com a incorporação das favelas no tecido urbano a partir do desenvolvimento de condições ambientais que aproximem a identificação de favela como bairro.

### **3.3 Programa Favela-Bairro Fase I e II (1995-2008)**

O Programa FB foi lançado em 1994, com início no ano seguinte e ambas as fases seguiram as mesmas diretrizes, metodologias e objetivos a serem descritos a seguir. Contaram também com basicamente o mesmo financiamento do BID e do Governo Federal, juntas totalizaram um investimento de 600 milhões de dólares. A primeira etapa do Favela-Bairro beneficiou 70 favelas, enquanto a segunda, que ocorreu entre 2000 e 2008, favoreceu 88 favelas da cidade. As melhorias incluem a infraestrutura básica: tratamento de águas e esgoto, iluminação pública, pavimentação de ruas e passeios, assim como reflorestamento, tratamento de encostas, coleta de lixo e instalação de equipamentos públicos como escolas, creches, postos de saúde, praças e equipamentos culturais (Duren & Osório, 2020).

Em relação ao financiamento há melhor disponibilidade de dados sobre segunda fase. Em *Favela-Bairro: Dez anos depois (2020)* os autores destrincham em síntese como se organizou o orçamento:

Dos US \$ 300 milhões investidos no FB II, US \$ 250 milhões foram destinados a custos diretos do programa. A melhoria da infraestrutura custou US \$ 211 milhões (ou 70% de todo o orçamento do FB II). O financiamento para ajudar crianças e adolescentes foi de US \$ 25,5 milhões. O financiamento para treinamento profissional e geração de renda foi de US \$ 9 milhões. Outro componente foi o fortalecimento institucional, com um orçamento de US \$ 4,5 milhões para

monitoramento e avaliação. Os custos indiretos incluíram juros, taxas de crédito, inspeção, supervisão, administração e apoio à gestão, que, somados, representaram o restante (US \$ 50 milhões) do orçamento. (p. 15)

É interessante avaliar a organização orçamentária para perceber melhor as prioridades do governo em relação as ações propostas nos projetos.

Em relação aos projetos, como dito anteriormente para a elaboração dos projetos de intervenção do Programa foi lançado um concurso público organizado pelo IAB em 1994, no qual foram selecionadas 15 equipes com as melhores propostas metodológicas e físico-espaciais de urbanização que guiariam o desenvolvimento de projetos até o fim do programa. Claro que com a evolução da iniciativa e ampliação das áreas de intervenção, mais equipes se juntaram ao programa. A participação de escritórios particulares de arquitetura e urbanismo é bastante relevante e uma inovação em comparação com experiências passadas quando os projetos de intervenção em favelas partiam unicamente de setores públicos. Nessa alternativa é inserido um fator interessante que resulta em diferentes perspectivas e na diversidade de projetos, que é a competição entre propostas.

Para a seleção das melhores propostas era importante que essas respeitassem as seguintes exigências: integração da favela com o entorno, ou seja com os bairros tangentes; levar em consideração a história do local que envolve o processo de ocupação da área e o desenvolvimento da identidade cultural que representa em si a especificidade de cada favela; buscar alternativas diversas que respondam as demandas de diferentes situações e grupos sociais autóctones; a manutenção das pré-existências, ou seja, evitar ao máximo remoções, exceto em situações de áreas de risco, nesses casos reassentamento deve ser feito na própria favela, evitando assim grandes deslocamentos das famílias; deve-se também explicitar prazos para formulação dos projetos e execução das obras, no caso a gestão dessas é feita pelo poder público do município e por último seguir as diretrizes do PDU, assim como qualquer projeto de intervenção urbana (Mendes I. C., 2006).

### **3.3.1 Objetivos do Programa**

O PROAP tem alguns objetivos principais que fundamentam as propostas e que são responsáveis por auxiliar a definir quais serão os elementos a serem implantados na intervenção. Como, já citado anteriormente, Cavallieri (2007) organiza esses objetivos em 5 pilares que envolvem: infraestruturas básicas, reorganização espacial, prestação de serviços sociais, regularização fundiária, controle do uso e ocupação do solo. Para clarificar, serão destrinchados cada um dos pontos em tópicos.

- **Infraestruturas básicas:** nesse caso as obras têm o foco de implementar infraestruturas de saneamento básico, que incluem o abastecimento de água e tratamento de esgoto, assim como a drenagem pluvial. Além da coleta de lixo e

manutenção da salubridade com a limpeza pública recorrente. Também inclui iluminação pública e possibilidade de melhoria na rede de energia elétrica nas moradias.

- **Reorganização espacial:** esse tópico é abrangente já que combina vários aspectos do desenho urbano. O primeiro ponto é o da integração espacial da favela com a cidade, a primeira abordagem consiste na ligação da malha viária do entorno com a circulação interna, geralmente através de uma via principal para carros, que se liga a afluentes que normalmente só é possível de serem utilizados por pedestres. Visto que há dificuldades espaciais para adaptar as vias do modelo formal da cidade, devido principalmente a densidade de construção, é importante que desenho urbano se adapte as demandas e melhore a mobilidade e acessibilidade com foco na qualidade de circulação dos pedestres, com a melhoria dos passeios, escadarias, implementação de rampas, guarda-corpos.

A reorganização espacial também inclui a preocupação na implantação de equipamentos urbanos que incrementem a qualidade de vida dos habitantes, com a edificação de espaços de uso coletivo de passagem e de permanência, como praças e parques. Os espaços de lazer são extremamente importantes para a ocupação e uso do local, para além do conforto e prazer, são positivos para o aumento da autoestima dos habitantes e a incrementação da segurança.

- **Equipamentos e prestação de serviços sociais:** a intervenção urbana espacial na favela não tem tanta força na melhoria de vida dos moradores se não estiver atrelada a políticas sociais. O Programa Favela- Bairro então trabalha não apenas com a construção física dos espaços como creches, escolas, equipamentos culturais, centros desportivos, mas também a edificação de oportunidades de desenvolvimento social dessas comunidades. Sendo assim, as políticas públicas devem abranger a maior parte dos grupos sociais, da criança e juventude à terceira idade. A partir da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) a prefeitura consegue prestar atendimento especializado para populações em situação de vulnerabilidade social. É sabido que a pobreza é responsável por déficits no acesso ao que seria direito de todo cidadão como educação, saúde, cultura, lazer e moradia e que por consequência é causa da manutenção da pobreza e vulnerabilidade. A integração da favela não é apenas espacial, mas sim de inclusão social.

Além da assistência social, o Programa conta com a Orientação para Integração Econômica, que teria o propósito de intensificar a empregabilidade dos moradores, com programas profissionalizantes e oportunidades no mercado de trabalho, além de incentivar de modo instrutivo e financeiro cooperativas e microempreendedores.

- **Regularização fundiária:** esse é um ponto delicado e de grande importância nas reivindicações de moradores da favela, pois na favela você pode até ser proprietário da sua moradia, a partir da compra e venda de imóveis e terrenos – ou como já vimos, lajes, porém não se possui uma morada, um endereço, assim não se consegue nem ao menos receber correspondências. A regularização urbanística da favela é uma demanda e uma promessa desde as primeiras intervenções urbanas, e é algo que cabe apenas ao poder público, diferente dos outros tópicos como infraestruturas básicas e equipamentos coletivos, que com as devidas adaptações, os moradores conseguem – muitas vezes de maneira precária, mas que resulta – construir e utilizar.

Já na questão jurídica e legal, apenas o poder público tem a autoridade de regulamentar a propriedade de terra, no caso das favelas a propriedade do terreno caso se verifique ser da União, ou seja, público é concedido ao morador um título denominado “concessão de direito real de uso”, no qual o terreno continua em posse legal da União, mas o morador tem plenos poderes de utilização. No caso de se verificar a propriedade original de um particular, o morador pode usufruir do usucapião, que está previsto na Constituição, caso se encaixe nos requisitos - posse ininterrupta, sem oposição, por pelo menos 5 anos de único terreno até 250 m<sup>2</sup> – a prefeitura seria responsável por auxiliar os moradores na questão jurídica e burocrática na busca por seus direitos.

- **Controle de uso e ocupação do solo:** enquanto a regularização fundiária prevê a regulamentação de terrenos e moradias individualmente, o uso e ocupação do solo também precisa ser regulamentado de acordo com as diretrizes do PDU. O Plano de 1992 decreta que os territórios favelados se encaixam nas AEIS. Com essa caracterização há o respeito pelo carácter formal diverso dos territórios que conta com os próprios padrões urbanísticos, e assim busca-se a integração no sistema legal de regularização urbana da cidade.

Para tal a prefeitura estabelece os Projetos de Alinhamento, nos quais é demarcado em plantas os limites entre os espaços públicos e os espaços privado, onde se determina quais os locais que estão disponíveis para os projetos urbanos de equipamentos de uso coletivo. Essas plantas não são feitas uma única vez visto que o desenho urbano das favelas está em constante mudança.

Para demarcar os limites entre terrenos particulares há os Projetos de Alinhamento e Loteamento, os quais há o parcelamento da área de estudo, estabelecendo formalmente em desenho os limites já existentes entre os terrenos particulares, algo que é complicado já que muitas vezes não há limites claros entre as moradias e quando há é bastante irregular e não condiz com as formas e áreas mínimas

normalmente aceitas nas normas urbanísticas. É interessante perceber como as plantas de planeamento urbano da favela são feitas sempre a posteriori, ou seja, depois da ocupação, diferentemente do que arquitetos e urbanistas estão habituados, na lógica de projeto de estudo do terreno, projeto e então execução.

Por último, após sintetizar os objetivos principais do Programa, é importante destacar um dos pontos que distingue esse de outras intervenções anteriores – em teoria. Que é o processo de participação dos moradores. É completamente imprudente propor projetos de intervenção urbana nesses territórios sem um processo participativo, já foi comprovado em outras oportunidades que a imposição de ações não resulta em conclusões positivas, em seu texto Cavallieri (2007) também sintetiza como se deu esse processo de participação.

O Programa contou então com assessoria que seria responsável pela gestão de pessoas e relacionamentos, fazendo a conexão entre técnicos e representantes do Programa, com os moradores. Se tratando também de um intermediário entre os moradores e órgãos públicos a ideia seria de proporcionar mais voz e amplitude para as demandas locais, assim propiciar uma conversa de mais proximidade entre os envolvidos.

Para a organização metodológica dessa participação foi esquematizado cronogramas de atuação e de encontros entre a comunidade e os representantes do Programa. A primeira ação após a contratação do escritório de arquitetura e urbanismo que seria responsável pelo projeto urbano é de realizar uma grande assembleia com os moradores do local a ser trabalhado, onde se apresenta os objetivos do Programa e a equipe de técnicos e projetistas, além da assessoria social. É também nesse primeiro encontro que os moradores têm a oportunidade de apresentar suas demandas principais e organiza-se a agenda para próximos encontros.

A ação seguinte é a elaboração de workshops elaborados pela assessoria social, e envolve toda a equipe de técnicos e representantes da prefeitura junto aos moradores, para trabalhar em cima de mais temas específicos dentro das propostas de atuação, trazendo assim demandas mais localizadas e assim podendo concretizar o Plano de Intervenção, elaborado pelo escritório responsável.

Por fim os encontros vão acontecendo conforme a evolução do projeto, possuem o objetivo de pormenorizar as ações e serviços a serem realizados, ou seja, os encontros são mais específicos e tratam exclusivamente das demandas formalizadas no Plano de Intervenção, busca-se entender se existem obstáculos para execução e há a tentativa de aproximar ao máximo as necessidades da comunidade com as possibilidades financeiras, técnicas e conceituais do Programa.

Outra inovação do Programa foram os Postos de Orientação Urbanística e Social (POUSO) que a partir de 1996 foram instalados nas favelas onde já havia ocorrido as

intervenções urbanas, o objetivo desses postos seria de auxiliar a transição entre a informalidade e a integração da favela como bairro da cidade. Contava então com apoio técnico arquitetos e urbanistas, engenheiros e assistentes sociais que orientavam os moradores sobre o uso e ocupação do solo, além de aplicar os regulamentos urbanos no local – com as devidas adaptações, além disso os profissionais também eram responsáveis por formalizar informações sobre a área, a partir de análises espaciais e pesquisas sociais. A iniciativa tinha caráter temporário, supostamente estariam presentes apenas até as favelas atingirem os padrões formais da cidade, ou próximo disso. Até o ano de 2003 POUSO era gerido pela SMH, quando passou para a Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), que pela primeira vez desde sua concepção adentrou em uma favela. De acordo com a SMH o seguinte decreto sintetiza os objetivos do projeto:

Instituído pelo Decreto nº 15.259, em 14/11/1996, o POUSO tinha como atribuições: preservar o espaço público, livrando-o de invasões; manter o alinhamento das ruas, servidões e escadarias; evitar que se construa em áreas de risco; controlar o crescimento da comunidade (tanto horizontal quanto verticalmente) para que os equipamentos implantados não se tornassem insuficientes; articular-se com outros órgãos, visando uma mudança na percepção dessas áreas como bairros da cidade, nos quais os serviços urbanos deveriam entrar; elaborar legislação urbanística e edilícia para cada área, em conjunto com a SMU. (Monitoramento Programas de Urbanização em Áreas de Baixa Renda , 2009)

Entre essas designações, o POUSO também seria responsável pela inspeção e manutenção dos novos equipamentos urbanos, além de gerir e auxiliar os moradores na regularização dos seus imóveis, contando com a participação de “arquitetos sociais” para o levantamento e projetos de legalização dos edifícios (Cavallieri, 2007). Segundo dados de 1998 a 2008, as comunidades que contavam com as instalações do POUSO tiveram o crescimento horizontal muito mais controlado, chegando a crescer seis vezes menos que as comunidades sem POUSO. Enquanto isso as favelas que foram urbanizadas pelo Favela-Bairro, porém que não tinham o acompanhamento do projeto, chegaram ao dobro de sua área inicial, amplificando irregularidades urbanas e sobrecarregando os equipamentos coletivos instalados. Ou seja, realmente o projeto tinha êxito em alguns de seus objetivos, porém ainda era muito limitado no ponto de vista financeiro, contava com pouquíssimos recursos e foi sendo sucateado com o passar dos anos. Apesar de extremamente importante o acompanhamento de arquitetos de perto nessas comunidades e os resultados positivos dessa iniciativa, o projeto foi desmantelado em 2008 junto com fim do Programa Favela-Bairro. No ápice o POUSO se localizava em 61 favelas, chegando a atender 250 mil habitantes, número expressivo, porém ainda parco dentro da totalidade de favelas beneficiadas pelo Favela-Bairro (Dixon, 2014).

Os próximos subcapítulos irão se aprofundar primeiramente como se estabeleceu a metodologia de projeto e então em como que a teoria foi aplicada na realidade, se realmente

o processo participativo se deu como descrito, quais os desafios e afinal o que funcionou e o que não, além de que quais foram os efeitos e resultados das intervenções anos depois para percebermos o quão proveitoso pode ser é a intervenção urbana na favela nos moldes descritos e se também as promessas são executadas.

### **3.3.2 Metodologia de projeto**

Ao fazer a análise do que norteia cada projeto dos que foram selecionados, lembrando que nessa primeira fase foram 15 projetos, é interessante perceber a identidade que as propostas tentem a seguir de acordo com o que os arquitetos consideram prioridade na intervenção do espaço público e a visão que têm das favelas. A arquiteta Izabel Mendes organizou esses objetivos em algumas categorias “melhorias ambientais, planejamento integrado, integração, transformação e mobilização social da população atendida, intervenções físicas, tratamento da imagem e valorização/criação da identidade local” (Mendes I. C., 2006, p. 120).

Em síntese as melhorias ambientais partiam da preocupação com as características ambientais do sítio, ou seja, buscavam um equilíbrio ecológico entre morro e favela, já que boa parte das favelas na cidade desenvolveram-se a partir do desmatamento das encostas de morro. Lembrando que é preciso uma metodologia flexível e compreensiva, que equilibra a melhoria da qualidade de vida dos moradores com a recuperação do meio ambiente.

As propostas que objetivam o planejamento integrado são interessantes, já que priorizam as demandas da população favelada e respeitam a identidade local, visam tirar partido das mais valias do contexto e partem para uma utilização racional dos recursos, que são restritos. Para tal, a participação dos moradores no desenvolvimento das propostas seria imprescindível. As propostas norteadas pela integração envolviam além da melhoria física com infraestruturas, como também a ligação com a malha viária urbana e regularização fundiária.

A transformação e mobilização social da população é um dos fatores mais recorrentes nas propostas, indica a preocupação por parte dos profissionais em não apenas melhorar as condições de moradia e infraestrutura de espaços públicos, que realmente são os pontos mais urgentes na favela, mas trazer oportunidades a partir das melhorias urbanas na promoção da qualidade de vida de forma abrangente, que inclui a saúde, educação e segurança além geração de empregos. Ao trazer condições para que a economia gire dentro da favela, ou seja, com áreas de comércio, de convívio comunitário, esporte, cultura e lazer, a população que já sobrevive com poucos recursos e ínfima atenção de órgãos públicos e se tornar cada vez mais independente para viver (Mendes I. C., 2006).

Praças e centros desportivos e culturais e equipamentos coletivos polifuncionais, são edificadas a partir das devidas adaptações visto que a densidade de ocupação do solo nas

favelas é altíssima, sendo assim boa parte dos equipamentos que demandam uma área considerável para construção foram implantados nos limites entre “favela” e “bairro”, ou entre “morro” e “asfalto”<sup>34</sup>, sendo também mais uma forma de integração.

Tais propostas de geração de empregos e incentivo na economia local refletem os conceitos de urbanismo estratégico, que apesar de ser uma abstração mais contemporânea, na realidade se trata de uma abordagem de reabilitação econômica que não é necessariamente inovadora visto que é recorrente desde o início das intervenções em favelas em meados do séc. XX.

Sobre o tratamento da imagem e valorização da identidade local temos duas perspectivas de análise. É positivo que dentro dos projetos há propostas que visam abraçar a estética própria das favelas e valorizar tanto os elementos físicos - como espacialidade característica do local, quanto os elementos que constroem a memória coletiva - como acervos culturais onde a mudança dessa imagem não é algo imposto pelos padrões externos, mas que reflete a identidade dos habitantes e qual imagem eles querem transmitir, ou seja, de dentro para fora (Mendes I. C., 2006).

Já o outro ponto é que o anseio pela mudança da imagem da favela também é reflexo da necessidade da sociedade de encaixar a favela nos padrões estéticos da cidade. Já que o desenvolvimento das grandes cidades também é atrelado a imagem que transmitem globalmente e, como a maioria dos grandes centros urbanos de países emergentes, o Rio de Janeiro é composto por imagens que espelham a desigualdade, sendo assim, os governantes desejam transformar essa visão. Visto que remover ou modificar totalmente a estrutura das favelas saiu de pauta, existe então a necessidade de transformar a ideia, o conceito, vender dentro de um projeto midiático, para a sociedade, que a favela precisa ser valorizada da forma que é.

Assim, com o passar dos anos, há investimento no turismo dentro das favelas para estrangeiros interessados em conhecer a cultura, que é de certa forma benéfico para a economia local, mas que têm seus contrapontos já que a promoção midiática externa ainda é carregado de estereótipos. Segue a descrição de um tour guiado pela favela da Rocinha, que pode ser facilmente encontrado em sites que reservam tours para turistas (Figura 53).

Conduzida por guias locais fluentes em inglês e moradores da própria favela, a excursão a pé é feita de forma respeitosa e não intrusiva. Assunto do filme "Cidade de Deus", as favelas cariocas foram vítimas de estereótipos infelizes. Para corrigir isso, apresentando a você o verdadeiro Rio de Janeiro, a excursão pela favela permite que você tenha uma ideia de como é a vida cotidiana do local, bem diferente das manchetes sensacionalistas. Enquanto outras excursões tratam a favela quase como

---

<sup>34</sup> Asfalto ou pista não é utilizado simplesmente para definir os locais que efetivamente são asfaltados, mas sim o espaço urbanizado como o todo, ou seja, a cidade formal, o que não é o “morro” o que não é “favela”.

um "zoológico", percorrendo a área a bordo de um jipe, esta atividade é operada em um pequeno grupo e você terá a oportunidade de conhecer moradores locais e conversar com eles. Saiba mais sobre a história da favela, bem como sobre os desafios econômicos e sociais da cidade. O custo da excursão ainda inclui uma contribuição que é revertida para a comunidade da favela. (Rio de Janeiro: Excursão a Pé de Meio Dia na Rocinha, disponível em Get Your Guide, 2023)



Figura 51 Tour Guiado a pé na favela da Rocinha. Get Your Guide (2023)

Assim como é dito na descrição, há uma parte do turismo que beneficia os locais e que tenta ser próximo da realidade e ajuda a mudar estereótipos se aproximando dos moradores e tudo mais. Já por outro lado há excursões muito impessoais, como num safari, os turistas só passeiam em seus jipes e observam, esses não colaboram para a imagem estigmatizada de pobreza que as pessoas de fora já carregam.

Sobre as propostas dessa primeira fase, apesar de existirem outros concursos também coordenados pelo IAB nas outras fases, essas 15 primeiras propostas foram essenciais na edificação de uma metodologia e do norte estratégico que guia os projetos em todas as etapas posteriores do Programa. Cria-se uma certa unidade conceitual de linguagem de desenho urbano e arquitetônico nas intervenções, claro que considerando as particularidades e complexidades de cada local (Mendes I. C., 2006). Isso é importante porque apesar de termos registros anteriores aos anos 90 de programas e investimentos em projetos urbanos nas favelas, se fazia muito de maneira específica e isolada, privilegiando alguns locais que outros. O PROAP como elemento centralizador estrutura e organiza o método da intervenção.

### 3.3.3 Desafios da intervenção

E se eu disser que, na verdade, o sistema é mó covarde/Vê o povo passar fome e não ajuda ninguém? /Favelado tem que juntar com favelado pra fazer acontecer/ Porque eles nunca vai fechar com nós.

MC Poze do Rodo (2022)<sup>35</sup>

Vale ressaltar outro ponto importante sobre os percalços da intervenção técnica em favelas, que até os dias de hoje há, com razão, uma incredulidade por parte dos moradores na efetivação das promessas de melhoria e obras públicas, já que muitas vezes não há a concretização efetiva do plano. Com isso, os técnicos também precisam estar preparados e entender a possibilidade de resistência por parte dos moradores na participação no desenvolvimento dos projetos, e tentar sempre ter uma abordagem horizontalizada com o cuidado de se aproximar da linguagem dos moradores para que a comunicação seja mais efetiva.

Visto que em teoria o discurso é bastante favorável e otimista, mas na prática há diferenças substanciais nas obras de execução. A maior parte dessas obras são feitas por empreiteiras com pouca experiência infraestrutura em favelas, além dessa dificuldade, há também decisões que visam primeiramente o lucro, como o uso de materiais mais baratos que se deterioram com mais facilidade, além de apenas focar em infraestruturas básicas e abandonar a execução projetos que tem como função primordial social e lazer. Algo que não muda muito com o passar dos anos, as mesmas condutas já foram relatadas diversas vezes desde a década de 1960.

Por parte dos arquitetos e urbanistas é interessante perceber que o discurso valoriza a arquitetura popular, a criatividade de adaptação e a construção com recursos limitados. Além de destacar os aprendizados que os profissionais adquirem observando as “gambiarras”<sup>36</sup> dos locais.

Um dos pontos ressaltados na pesquisa de Izabel Mendes é a carga conceitual que os arquitetos tendem a imprimir nos elementos físicos e ações de intervenção, os quais ganham funções abstratas que extrapolam o simples uso: “costumam atribuir às intervenções físicas funções subjetivas de transformação da imagem das comunidades e de sua condição sócio- econômica e cultural” (Mendes I. C., 2006, p. 127). Sendo assim, as melhorias espaciais estruturais carregariam em si uma carga simbólica de transformação social. O que é realmente muito comum nos projetos de arquitetura, atribuir conceitos

---

<sup>35</sup> Canção nomeada “Talvez”, estilo rap, composta por MC Poze do Rodo, Oliveira e Mandark, interpretada por MC Poze do Rodo, gravada em 2023

<sup>36</sup> Gambiarra é uma palavra bastante utilizada no Brasil para uma solução improvisada na resolução de um problema

abstratos em elementos físicos, porém no caso de ações em territórios vulneráveis é preciso questionar até onde esse discurso consegue atingir aos objetivos que se propõe e até onde não passa de um brio acadêmico que ainda não compreende integralmente as nuances entre a prática popular e a institucionalizada.

### **3.3.4 Resultados do Programa Favela-Bairro**

Tanto na primeira fase (1995-2000), quanto na segunda (2000-2008), foi feita uma pesquisa conduzida pelo BID após 10 anos das intervenções para avaliar como essas melhorias conservaram-se com o tempo e quais foram os principais desafios e problemáticas enfrentados nesse período. Como as pesquisas demonstram resultados parecidos, usa-se como referência nesse trabalho o estudo de 2018, no qual especialistas em desenvolvimento urbano, engenheiros e arquitetos estruturam paralelamente “um estudo qualitativo baseado em grupos focais para capturar a percepção dos beneficiários diretos sobre as melhorias” e “uma avaliação padronizada do estado de manutenção da infraestrutura nas 88 favelas melhoradas pelo FB II” (Duren & Osório, 2020, p. 8).

A estrutura metodológica da pesquisa de baseia em incluir parâmetros de controle com base em pesquisas de avaliação feitas em favelas que não foram beneficiadas pelo FB, mas que se encaixam nos critérios para a intervenção. Objetiva-se assim perceber se realmente as obras executadas cumpriram os objetivos de melhoria do bem-estar social e desenvolvimento da região em comparação com territórios que não contaram com as intervenções urbanas.

Os autores de “Favela-Bairro: 10 anos depois”, nomeadamente as arquiteta Nora Duren e o engenheiro e economista Rene Osório, ambos da Divisão de Desenvolvimento Urbano e Habitação do BID, introduzem sua pesquisa com um apontamento relevante que dá pistas das problemáticas mais recorrentes encontradas no que condiz a manutenção das construções executadas. Seriam os cinco pilares que contribuiriam para a sustentabilidade de intervenções urbanas em territórios vulneráveis:

Primeiro, projete para resistência, escolhendo materiais e layouts que requerem manutenção mínima e incorporando regularmente um item de despesa recorrente para reparo e manutenção, com recursos extras alocados para áreas dos morros e densamente povoadas. Segundo, envolva e instrua os moradores sobre a preservação da infraestrutura de seus bairros. Terceiro, reconheça que os projetos de melhoria provavelmente atrairão mais pessoas e, portanto, a demanda pela infraestrutura construída apenas aumentará. Quarto, entenda que intervenções construídas não são sustentáveis em bairros que enfrentam violência local endêmica. Quinto, observe que a sustentabilidade a longo prazo exige ação constante de todas as partes interessadas envolvidas (Duren & Osório, 2020, p. 9)

No decorrer da pesquisa revela-se que uma das maiores falhas do programa realmente foi garantir sua sustentabilidade, ou seja, garantir que após as melhorias urbanas

houvesse uma manutenção espacial, além também das adaptações em resposta ao aumento da demanda. O controle do crescimento das favelas é pauta importante e uma preocupação a se ter após as ações, visto que após as melhorias nesses territórios, houve um deslocamento significativo de pessoas para as favelas urbanizadas. Uma comparação feita entre os censos do IBGE de 2000 e de 2010 revela que a população favelada aumentou 27% enquanto a população do resto da cidade apenas 3,4% (Duren & Osório, 2020).

Nesse caso não se relaciona diretamente a melhoria urbana com o aumento da população nas favelas, visto que são inúmeras causas econômicas e sociais a nível nacional que interferem no aumento de pessoas habitando territórios informais. Porém o que se faz é a reflexão que é recorrente o aumento populacional e a densificação em favelas em que a infraestrutura básica é melhor em comparação com outras mais precárias. Ou seja, isso deve ser considerado pós-projeto já que a demanda pelos equipamentos públicos aumenta e em muitos casos se torna ineficiente.

Todavia, as primeiras avaliações do FB foram bastante positivas. A mudança de paradigmas sobre como lidar com assentamentos informais foi relevante para influenciar outros projetos nacional e internacionalmente, principalmente na América Latina. Como afirmado já diversas vezes nesse documento, as abordagens anteriores mais recorrentes - não só no Brasil - para lidar com esses territórios eram voltados para a completa erradicação. Diversos especialistas em desenvolvimento urbano pelo mundo apreciaram as iniciativas do FB, com destaque à sua metodologia participativa.

Dando continuidade, as primeiras avaliações socioeconômicas indicaram uma evolução no bem-estar social e desenvolvimento econômico das regiões. Principalmente após a segunda fase do programa, que além de executar obras de melhorias em infraestruturas, colocou em prática a urbanização integrada. Sendo assim, o desenvolvimento humano da região é proporcionado concomitantemente a partir de serviços e equipamentos de assistência social, com foco na progressão de geração de renda dos moradores e cuidado com as crianças e adolescentes com a criação de centros que proporcionam atividades de acordo com a faixa etária que incluem ocupações esportivas, culturais e cursos profissionalizantes.

Já as avaliações e pesquisas posteriores mostram outros resultados, que a urbanização nas favelas não obtém resultados tão favoráveis se, após a entrega das obras, as áreas voltarem a ser negligenciadas pelo poder público.

De acordo com os resultados da pesquisa comandada por Duren e Osório (2020) as favelas atingidas pelo programa após 10 anos possuíam condições muito parecidas com as favelas do grupo de controle (as não favorecidas por nenhum programa de urbanização). Além disso, dentre as favelas beneficiadas alguns serviços se encontravam precários, como por exemplo: 30% possuíam a pavimentação de ruas e passeios em más condições, 60%

contavam com uma iluminação pública inadequada e saneamento básico ineficiente, com canais de esgoto que transbordam principalmente em épocas chuvosas. Apesar da pesquisa não focar nas causas da deterioração das infraestruturas, ela apresenta alguns fatores que podem propiciar a esse resultado: “A falta de manutenção, o vandalismo catalisado pela violência de gangues, o intenso crescimento populacional e a topografia íngreme são prováveis causas da rápida deterioração da infraestrutura construída” (Duren & Osório, 2020, p. 16).

A metodologia da pesquisa foi bastante rigorosa para selecionar as 10 favelas do grupo de controle, pois buscava as que mais se assemelhavam com as 88 favelas do grupo de tratamento (as favelas beneficiadas pela segunda fase do Favela-Bairro) nos parâmetros físicos, geográficos e socioeconômicos.

A seguir faz-se um paralelo entre os cinco principais objetivos e as conclusões da pesquisa empírica de como se conservaram as estruturas e se algum dos objetivos teve uma resolução satisfatória.

- **Infraestruturas básicas:** Um dos tópicos prioritários no programa, destacado inclusive dentro do orçamento devido à sua significativa porcentagem de investimento, revelou-se surpreendentemente como aquele que apresentou o pior desempenho. Os destaques negativos estão no sistema de tratamento de esgoto, iluminação pública e coleta de lixo. As avaliações iniciais destacaram uma boa cobertura na rede de esgoto, porém 10 anos depois essa estrutura já se encontrava precária, com pouca manutenção recorrente, além de ser insuficiente, ou seja, não acompanhou o crescimento da população. Sobre a iluminação pública, além de sofrer com o vandalismo recorrente por parte de grupos criminosos para dificultar a visibilidade, não há manutenção por parte da prefeitura, então são os próprios moradores que normalmente fazem reparos necessários, algo recorrente também nas pavimentações das ruas. Isso também ocorre com a rede elétrica no geral, que se tornou insatisfatória com o aumento populacional e é comum para os moradores ter que resolver os problemas nas instalações. Sobre a coleta de lixo, 4 em cada 10 residências das favelas urbanizadas não contavam com coleta de lixo doméstico na sua morada ou próximo dela.

Importante ressaltar que todas essas infraestruturas apresentavam condições muito parecidas com as das favelas que nunca foram urbanizadas, em alguns casos, como a rede de abastecimento de água e energia, as favelas de controle apresentavam indicadores até melhores que as favelas tratadas (Figura 52).

De acordo com relatos, a conclusão dos moradores é que apesar do Favela-Bairro ter melhorado suas vidas logo no início, com o tempo a negligência do poder público fez

com que as infraestruturas, equipamentos e serviços sofressem bastante sucateamento.

- **Reorganização espacial:** Quanto a esse tópico, a reorganização espacial contaria um investimento alto de acordo com os projetos de (re)desenho urbano que incluiriam além de remodelação de espaços dentro da favelas, obras de ligação da malha viária das comunidades com o resto da cidade. De início já se percebeu que a execução de projetos de grande porte, como a aberturas de vias para carros não se concretizaria como planejado visto que acarretaria custos altos além de mais remoções e reassentamentos de moradores. Apesar disso a mobilidade e acessibilidade foram melhoradas com a construção de escadarias, rampas e instalação de guarda-corpos. Os indicadores de mobilidade urbana e transporte público se mostraram positivos em comparação com o resto, porém com pouca ou nenhuma vantagem em relação as comunidades que não se beneficiaram de obras de urbanização do programa. Em outras palavras, houve sim melhorias com o Favela-Bairro nesse quesito, porém ao comparar com o grupo das favelas de controle, as instalações se mostraram em condições muito similares.

Quanto ao lazer, a reclamação é a mesma em ambos os grupos, não há equipamentos suficientes voltados para o bem-estar da população, como praças, quadras poliesportivas e áreas para crianças e adolescentes.

- **Equipamentos e prestação de serviços sociais:** Um dos pontos de reclamação mais recorrente por parte dos moradores estava na escassez de equipamentos coletivos, não havendo vagas o suficiente em escolas e creches, além das mesmas se encontrarem em situação deteriorada. Isso também se verifica nos serviços de saúde, os quais frequentemente não atendem adequadamente à demanda, sendo comum a indisponibilidade de postos de saúde devido à carência de médicos ou medicamentos.

Os serviços sociais, principalmente de apoio às famílias e de grupos mais vulneráveis como as crianças, adolescentes e idosos, inicialmente tiveram resultados positivos, demonstrando que o acompanhamento de especialistas é benéfico e essencial no auxílio às populações em situação de vulnerabilidade social. Porém, com a descontinuidade do programa, muitos dos locais destinados a esses objetivos foram desativados e os profissionais deslocados por falta de financiamento, como foi o caso do POUOSs.

- **Regularização fundiária:** No ponto da regularização, o programa pode proporcionar mais licenças de ocupação e documentos de posse do que antes visto na história da cidade. Com isso, conseqüentemente percebe que as pessoas cuidam mais de suas moradias, pois o medo do despejo ou remoção diminuem e assim a

manutenção e investimento em suas residências e arredores é mais recorrente. Entretanto como já mencionado, as favelas em que o programa esteve presente atraíram mais moradores e o aumento de moradias informais. Sendo assim, apesar de haver um aumento das propriedades regularizadas, com o passar do tempo, o número de pessoas vivendo na informalidade continua crescendo.

- **Controle de uso e ocupação do solo:** Assim como o tópico anterior, houve sim uma evolução na questão de mapeamento e organização de ocupação do solo, porém pode-se considerar a favela como um organismo vivo, que se transforma muito mais rapidamente que a cidade formal. Então se não houver um acompanhamento da área, logo as demarcações e plantas formalizadas se tornam obsoletas, e o controle do uso do solo não é efetivado podendo ocasionar ocupações particulares em áreas públicas e mais densificação do território. Assim mais uma vez a tentativa se aproximar às diretrizes do PDU se perdem com o crescimento descontrolado de ocupação do território.



Figura 52 Ranking de Índice de Infraestrutura nas favelas.  
(Duren & Osório, 2020)

Sendo assim pode-se concluir que inicialmente realmente houve melhorias nas vidas dos moradores, de acordo com relatos dos próprios, porém com o passar dos anos, as favelas urbanizadas contavam com estruturas muito similares das favelas que não foram contempladas pelo programa, havendo então uma problemática da sustentabilidade dele.

Entende-se que não basta intervir uma vez e voltar a negligenciar o território, além disso também há fatores que provavelmente não foram considerados nos pormenores que intensificam a degradação das infraestruturas.

Como é o caso do tamanho da favela, em regiões mais populosas é normal acontecer uma degradação mais rápida das infraestruturas pelo fluxo de uso, e além do mais deve-se considerar as melhorias atraem novos moradores, sobrecarregando essas instalações, sendo assim o ideal é projetar os equipamentos e infraestruturas considerando o possível aumento da demanda. Outro fator que é importante para ser considerado é a topografia, as favelas em morros sofreram com maior degradação principalmente nos pavimentos com a ação das chuvas, conclui-se que é preciso de projetos realmente direcionados para cada contexto, para a melhor escolha de materiais considerando a resistência às intempéries e mais atenção as manutenções necessárias, que precisam ser frequentes. Além disso outro fator que não se pode desconsiderar é a criminalidade presente em algumas favelas, visto que além de causar muitos danos por vandalismo, também dificultam o trabalho de manutenção pelo acesso limitado. A questão da violência endêmica nesses locais é um assunto complexo visto que é consequência de um problema estrutural e que a pacificação ocorre a partir da intervenção em diversos seguimentos. A melhoria da qualidade de vida a partir da execução de obras espaciais é apenas uma delas, mais uma vez se destaca que para a sustentabilidade da urbanização integrada e uma verdadeira mudança de vida é necessário a ação concomitante de programas sociais.

Por último vale ressaltar novamente que arquitetos e urbanistas que trabalham nesses territórios possuem grandes desafios que vão desde o levantamento, à execução e por fim o acompanhamento pós-obra. Precisam trabalhar de forma multidisciplinar a partir de uma perspectiva que é localizada e contextualizada na mesma medida que é global. Além de saber ouvir e aprender com quem vive e constrói seu próprio habitar, respeitar as identidades e a cultura. Ser arquiteto na favela nada tem a ver com o que se ensina na universidade, é sobre vivência, sobre experiências empíricas, é sobre se despir de pré-conceitos e se adaptar a realidade.

### **3.4 Programa Morar Carioca (2010-atual)**

O Programa Morar Carioca pode ser percebido como uma versão do Favela-Bairro, é considerado a terceira fase do PROAP e se inicia 15 anos após o lançamento do programa em 1995, após a conclusão das obras em 2008 não se previa a renovação do Programa e a pauta da urbanização das favelas ficou um pouco adormecida. Até que em 2010 há um importante acontecimento para as autoridades do Rio de Janeiro: a seleção da cidade como a sede das Olimpíadas de 2016. Com toda a projeção internacional que esse grande evento

traria, os governantes voltam a incluir a urbanização das favelas na agenda de melhorias da cidade. Lembra-se que o Brasil já estava nos holofotes internacionais ao ser selecionado para sediar a Copa do Mundo de 2014. Como parte do “legado olímpico” houve a promessa de urbanizar todas as favelas da cidade em 10 anos, ou seja até 2020, algo que sabe-se que não aconteceu.

Assim como o início do Favela-Bairro, a SMH firmou um convênio com o IAB-RJ com o lançamento do Concurso Morar Carioca – Conceituação e Prática em Urbanização de Favelas em outubro de 2010. As equipes multidisciplinares comandadas por arquitetos foram selecionadas a partir das melhores propostas, obedecendo as diretrizes do concurso, que como o de 1995 e de 2000 incluía: mobilidade, integração, infraestruturas básicas, como saneamento e iluminação pública, entre outros aspectos já descritos nesse documento, como locais para lazer e cultura, etc. Porém, diferentemente do Favela-Bairro, que teve o foco apenas nos espaços públicos, o Morar Carioca também incluía propostas de intervenção nas moradias, ou provisão de unidades habitacionais.

### **3.4.1 Metodologia**

Uma das primeiras ações da gestão do Programa foi reorganizar a metodologia de classificação e agrupamentos dos territórios vulneráveis, assim com o novo cadastramento feito pela Prefeitura o número de favelas na cidade “diminuiu” de 1.020 para 625. Do total das favelas, nessa primeira fase foram selecionadas 253 comunidades organizadas em 40 agrupamentos que seriam trabalhados pelos 40 escritórios ganhadores do concurso dentre os 89 que participaram (Corrêa & Cavallazzi, 2020).

O orçamento previsto para o Morar Carioca anunciado pelo prefeito Eduardo Paes<sup>37</sup> em novembro de 2010 seria de 8 bilhões de reais (1,5 bilhões de euros), dividido em 3 fases. O financiamento seria dividido entre o dinheiro da União e empréstimos do BID de 300 milhões de reais (57 milhões de euros) por ano por 5 anos. A primeira fase contou com 1,5 bilhão de reais (280 milhões de euros), mas as outras fases mostraram números menos expressivos, o investimento foi diminuindo com o passar dos anos. Mesmo assim é um investimento maior que o do Favela-Bairro, visto que as duas fases teriam contado com 1,2 bilhões de reais (230 milhões de euros) no total (Cavalcante, 2016).

No início de 2011 foi divulgado quais favelas estariam incluídas nos 40 agrupamentos, distribuídas pelas 5 Áreas de Planejamento (AP) da cidade. Nesse momento já há algumas questões a serem colocadas que posteriormente se mostraram um desafio para intervenção. Não havia um equilíbrio na divisão dos agrupamentos e nem um critério

---

<sup>37</sup> Eduardo Paes está atualmente (desde 2021) em seu terceiro mandato como prefeito do Rio de Janeiro, seus primeiros mandatos foram de 2009 a 2017.

claro das motivações de agrupar tais favelas, o único critério parecia ser sua proximidade física, porém apesar da proximidade há diferenças substanciais nas favelas contempladas, visto que algumas já haviam passado por processos de urbanização e se encontravam em uma situação menos precária, enquanto outras demandavam muito mais recursos e atenção já que seria a primeira intervenção urbana no local. Além disso alguns dos agrupamentos contavam com 12 favelas, enquanto outros apenas 1, além de não considerar o porte das favelas quando se organizou os agrupamentos, pois claramente a metodologia de intervenção é diferente em favelas de pequeno e de grande porte. Apesar disso, frequentemente se encontrava uma miscelânea entre esses territórios num mesmo agrupamento, dificultando bastante a ação das equipes (Corrêa & Cavallazzi, 2020).

Outra questão, considerada por muitos uma regressão em comparação com as diretrizes do Favela-Bairro, é a política de remoção que se pensava estar superada depois de todos os discursos de integração, mas que foi mais uma vez aplicada no Morar Carioca. Inicialmente o discurso era que apenas as moradias em áreas de risco seriam removidas e as pessoas realojadas mais próximo o possível da sua moradia original. Posteriormente, o próprio prefeito afirmou que um dos objetivos seria diminuir em pelo menos 5% a área de superfície ocupada por favelas na cidade. Assim o discurso de integração já não se fazia tão presente. E houve mais de um caso em que houve remoções de comunidades inteiras por conta das obras dos megaeventos, como citado no ponto 2.7.2, cerca de 80 mil pessoas foram remanejadas de seu local de origem, a partir de remoções forçadas, para a periferia da cidade.

Apesar do programa em 2011 já ter os locais de intervenção distribuídos e as equipes de profissionais e propostas selecionadas, é apenas em outubro de 2012 que o Morar Carioca é oficializado pelo decreto nº36388. Antes as diretrizes estavam descritas em outro documento nomeadamente Carta do Programa, que por questões legais não era considerado como documento oficial para a liberação de recursos para as obras. Ou seja, apenas em 2012 que poderiam dar início as obras de intervenção planejadas exclusivamente pelas diretrizes do Morar Carioca (Cavalcante, 2016).

Assim como o Favela-Bairro, uma das premissas para os resultados satisfatórios do Morar Carioca seria contar com a participação da comunidade. Para tal, as equipes multidisciplinares sempre contavam com um assistente social ou um antropólogo responsáveis por fazer a análise social dos moradores e poder aplicar da melhor forma nas propostas de projeto para a área, considerando o contexto geral e respeitando as particularidades identitárias e culturais do território.

Para superar a questão de múltiplas metodologias e análises dos territórios que cada equipe faria e assim a obtenção de resultados não comparáveis, a SMH fez um convênio com

o IBase<sup>38</sup> para a formulação de um Diagnóstico Social. O Instituto é conhecido pela produção de conhecimento a partir de dados e análises com perspectiva política de construção de uma cidadania ativa.

O desafio do Ibase é criar um ambiente de mobilização e participação para que os moradores e moradoras influenciem e subsidiem o planejamento das intervenções nos seus territórios de moradia. O trabalho vai dialogar com os arquitetos contratados pela Prefeitura para projetar as mudanças, afirmou Itamar Silva, coordenador do Ibase. (Ibase lança 'Morar Carioca. Cidadania Ativa', 2012)

Em teoria a metodologia desenhada para a participação dos moradores se assemelha com a do Favela Bairro, primeiro com a elaboração de Oficinas de Coordenação Técnica que contariam com a participação dos representantes de cada entidade (IAB, SMH, IPP) e profissionais dos escritórios contratados para o alinhamento de propostas que priorizassem as práticas participativas. Também contava com o Grupo de Referência que chegava a ter 10 profissionais com experiência em intervenções urbanísticas em favelas. Um dos objetivos dessas oficinas também seria de organizar reuniões com as associações de moradores para o alinhamento dos projetos. Só que infelizmente poucos encontros foram efetivados e há relatos de moradores que afirmam que os encontros se davam muito mais em um tom informativo, ou seja, apenas de passagem de informação, que um local aberto para a colocação de opiniões e sugestões (Cavalcante, 2016).

Apesar do Ibase iniciar uma coleta de dados com grupos focais nas localidades que receberiam os projetos do Morar Carioca, os resultados não chegaram a ser elaborados, visto que a prefeitura revogou o contrato e o apoio a ONG no começo de 2013. Sendo assim os diagnósticos sociais foram elaborados com base em dados do Censo de 2010 (IBGE). Que apesar de possuir dados suficientes para a elaboração do perfil do morador, os resultados possuem um caráter mais generalista, visto que a pesquisa do IBGE não tinha dentro dos objetivos um estudo direcionado para um diagnóstico social dos moradores de favela.

Uma das inovações em comparação a metodologia de projeto das primeiras fases do PROAP foi a adequação ao Gerenciamento de Projetos de Desenvolvimento (GDP) – a metodologia foi desenvolvida e apresentada aos técnicos do SHM por Peter Pfeitter, doutor em Sociologia de Desenvolvimento e Planejamento Urbano pela Universidade Livre de Berlim (Cavalcante, 2016). O GDP é uma maneira de gerir os projetos de forma que o desenvolvimento social a partir das intervenções espaciais seja o objetivo principal, ou seja,

---

<sup>38</sup> Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas é uma fundação sem fins lucrativos, tem origem no ano de 1981 e define no seu site como: “uma organização de cidadania ativa, que produz e formula conhecimentos, análises, questões e propostas como argumentos para a ação democrática transformadora. Seu campo prioritário de ação é o espaço público. Analisar e propor, debater e agir, trabalhar em rede e construir fóruns coletivos, tudo visando movimentos políticos e culturais irresistíveis, que tenham os direitos, a cidadania, a democracia e a sustentabilidade socioambiental como suas agendas”

possui um caráter político e cultural bem relevante, vale ressaltar que a geração de lucro na execução das obras não cabe nos objetivos dessa metodologia.

### 3.4.2 O programa em prática

Em teoria, o Morar Carioca parece bastante promissor, visto que bebe também dos resultados das experiências de seu precursor, o Favela-Bairro. Porém na prática o cenário é diferente. Primeiramente a prefeitura cria a marca “Morar Carioca” (Figura 53) e então todas as obras e procedimentos que já estavam em curso mesmo antes do lançamento do programa passaram a ser do Morar Carioca. Assim diferente do FB, a metodologia unificada não foi colocada em prática e assim até as prioridades de urbanização não eram respeitadas. Com a universalização do programa, os objetivos que o norteiam perdem força, já que reflete um modelo a ser replicado sem considerar as particularidades de cada contexto, sendo assim, já não segue uma das diretrizes principais que seria do respeito a identidade local.



Figura 53 Logotipo do Programa Morar Carioca. Prefeitura do Rio de Janeiro (2013)

Ao fazer uma análise da execução do programa e das ações dos governantes, principalmente do prefeito Eduardo Paes - que usou muito do discurso da promessa do Morar Carioca em sua campanha de reeleição tanto em 2012, quanto em 2020 – retrocedese à uma questão que remonta o cenário político brasileiro da segunda metade do séc. XX, quando os políticos entenderam que a população de baixa renda é um ótimo nicho eleitoral. Nomeadamente o clientelismo denota essa prática da troca de apoio político pelo oferecimento de alguns benefícios para a população. No caso, há a criação de uma dependência entre a população favelada e os órgãos públicos que é interessante para os políticos, visto que apenas com melhorias básicas eles conseguem se manter no poder, mesmo que na maioria das vezes tais melhorias nem podem ser consideradas substanciais para a criação de um bem-estar nesses espaços e nem para uma transformação na estrutura social.

Uma das mais drásticas mudanças entre a teoria e a prática são nos locais que seriam beneficiados com as melhorias. De acordo com Concurso Morar Carioca, e as informações iniciais disponibilizadas afirmam que seriam 253 favelas beneficiadas (Figura 54), mas ainda em 2011 apenas 219 favelas estavam distribuídas nos 40 agrupamentos divulgados pelo IAB. De acordo com Corrêa & Cavallazzia (2020), a prefeitura lista apenas 113 favelas a serem urbanizadas em seu site, dentre essas apenas 55 coincidiam com a listagem do Concurso. Além disso há uma clara diferenciação no interesse em urbanizar as favelas mais próximas das áreas olímpicas, inclusive aquelas que já haviam se beneficiado em outras intervenções, provocando uma sobreposição de políticas públicas, enquanto áreas mais precárias e mais distantes do centro foram mais uma vez negligenciadas.

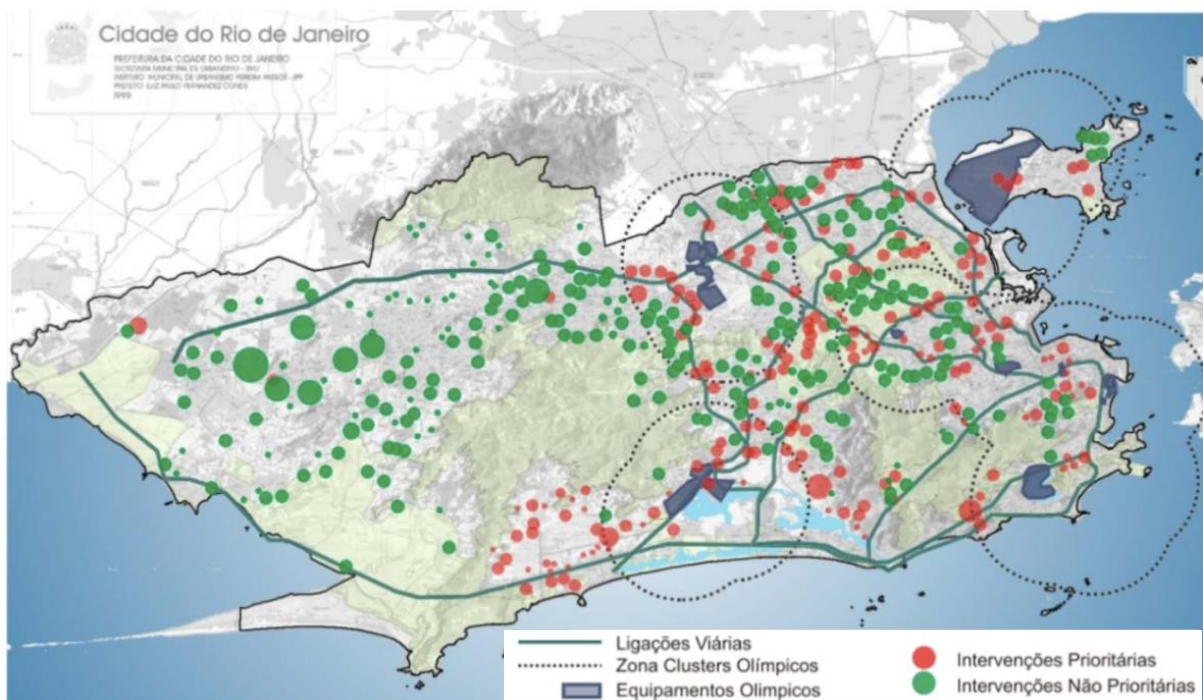


Figura 54 Mapa das prioridades de intervenção do Morar Carioca. (Cavalcante, 2016)

Ainda de acordo com as autoras, é possível destacar essa diferenciação a partir da análise dos programas de urbanização prévios. Enquanto cerca de 64% das favelas listadas no Concurso não haviam se beneficiado de nenhuma melhoria de programas como o Favela-Bairro ou PAC, 61% das favelas listadas pela prefeitura já havia recebido alguma melhoria dentro dessas intervenções do poder público. Sendo assim, o Programa que tinha a promessa (irreal) de urbanizar todas as favelas em 10 anos, foi responsável pôr na verdade aumentar a desigualdade entre as favelas. Se já havia uma discrepância entre favela e bairro, assim como de regiões centrais e periféricas, que o discurso dos anos 1990 buscava integrar, o Morar Carioca parece ter contribuído para a intensificação desse cenário.

O Morar Carioca desde o início é um programa atrelado as melhorias públicas que o Legado das Olimpíadas se propunha. Apesar de ser declaradamente um programa que é

consequência da exposição internacional que o Rio de Janeiro estava sujeito, a esperança seria que realmente seria possível conciliar as obras voltadas para a zona olímpica com as de urbanização das favelas, trazendo melhorias para a cidade como um todo. Não foi o que aconteceu.

Antes mesmo de iniciarem as obras já começaram os problemas, houve uma demora muito grande para formalizar contratos e abrir licitações, efetivamente apenas em 2013 que alguns escritórios de arquitetura puderam começar a trabalhar e ainda assim com dificuldades com o pagamento. Alguns escritórios que ganharam o concurso ficaram de fora pois o prazo para homologação dos contratos com o IAB era de 4 anos e no final de 2014 a prefeitura ainda não tinha formalizado as contratações, um completo descaso.

Com o passar dos anos o programa foi sendo desmantelado, com mudanças recorrentes na gestão e limitações de financiamento. Efetivamente o Morar Carioca se reverteu basicamente em propaganda política, apenas na promessa de melhorias que se reverteriam em apoio político. Obras de urbanização foram executadas, porém de forma muito menos abrangente que no Favela-Bairro e a população ainda sofreu ou com as remoções forçadas em áreas próximas às instalações olímpicas ou com a gentrificação que aconteceu em favelas urbanizadas mais centralizadas.

Por fim o programa, já bastante sucateado foi descontinuado junto com o fim das olimpíadas em 2016, para então voltar no começo de 2022, sem o apoio do BID, conta com investimentos exclusivos do município. Os moldes de ação são similares aos prévios, com obras de infraestrutura básica e pavimentação padrão, não há propostas de carácter transformador, muito menos conta com projetos participativo ou se correlaciona diretamente a programas sociais. Os moradores estão limitados a uma posição de espectadores, ansiosos por melhores condições de vida, porém já sem perspectivas que as mudanças virão de algum outro lugar de fora das próprias comunidades.

### **3.5 Considerações finais do capítulo**

O sistema sorri, favela chora, querem apagar nossa história/Aos antepassados, glórias, glórias/ E atravessando as águas igual Harriet, cantaremos nossa vitória Porque a favela quer viver/A favela quer viver/Mas a burguesia não se importa

ADL, MC Hariel e Major RD (2023)<sup>39</sup>

A partir da análise crítica do Favela Bairro e do Morar Carioca - além de levar em conta também programas similares destinados à urbanização de favelas no Rio de Janeiro

---

<sup>39</sup> Canção nomeada “Favela Vive 5”, composta por DK4, Lord, Leci Brandão, MC Marechal / MC Hariel e Major RD, interpretada por ADL, MC Hariel e Major RD, gravada em 2023

– conclui-se que inicialmente, esses programas podem trazer melhorias tangíveis, mas a sustentabilidade a longo prazo é uma preocupação crítica. Entretanto não se desconsidera a relevância desses programas como precursores de uma política voltada para a urbanização de favelas, sendo usado com exemplo de boas práticas no Brasil e no mundo.

É evidente que programas dessa magnitude contam com uma série de desafios e complexidades para atingir o objetivo de melhorar as condições de vida nessas comunidades. Um dos principais desafios é a desigualdade na implementação das propostas, que por vezes causa ainda mais desequilíbrio entre os territórios, além da descontinuidade frequente das obras e posteriormente a falta de manutenção delas. Outra questão importante de se comentar é o uso de programas de melhoria de favelas como ferramenta política, que afeta a eficácia e equidade da intervenção.

Consonante à prática do ofício de arquitetura, os programas são experiências ricas para aprimorar cada vez mais a abordagem, que deve se aproximar de condutas integrais e sensíveis ao contexto, de forma multidisciplinar, além do essencial: envolver ativamente a comunidade. Além disso, a integração de programas sociais e o respeito à cultura local são essenciais para uma mudança real. Arquitetos e urbanistas que trabalham nessas áreas enfrentam desafios significativos e se faz necessário adaptar suas abordagens, são intervenções que requerem flexibilidade por parte dos técnicos e compressão aprofundada das realidades locais.

Em última análise, o sucesso de tais programas depende da compreensão das complexidades das favelas e da dedicação constante com a melhoria das condições de vida de seus moradores. E para a sustentabilidade da urbanização a longo prazo requer também um compromisso contínuo com a comunidade, que passa essencialmente pelo empoderamento das pessoas que ali vivem.

## **4- Relações entre a prática profissional da arquitetura e a favela**

### **4.1 Introdução**

Essa pesquisa iniciou-se com uma indagação particular sobre qual perspectiva de arquitetura seguir, dentre as vastas gamas de atuação na área, há sempre identificação com certas temáticas e formas de atuação. Apesar do conceito de 'arquitetura' ser bastante amplo em sua definição, o fazer arquitetura na contemporaneidade é ainda perpetuada com limitações de ação, ou seja, onde que interfere, e principalmente quem atinge ainda conserva um pensamento não-inclusivo, que arquitetura é para quem pode (pagar). O questionamento também passa sobre como aprendemos o que é fazer arquitetura e pela relevância na mudança que pode suggestionar para o mundo, ou como pode também se perpetuar como um modelo para diferenciar e dar valor a apenas a um fragmento da sociedade.

Como pode-se perceber com o desenvolvimento do estudo, a presença de arquitetos e urbanistas nas favelas cariocas - e pode-se acreditar que nas favelas de todo o Brasil - é algo recente. Até os anos 90 a favela era declaradamente a não-cidade, o não-lugar e consequentemente é um território da cidade negligenciado. Ao refletir por um momento faz até sentido nessa perspectiva a ausência de profissionais que historicamente satisfazem as demandas da parcela mais abastada da população, até porque majoritariamente fazem parte dessa parcela. Para se estudar e praticar a arquitetura nos moldes universitários que se têm hoje em dia é preciso de dois elementos muito importantes que muitas vezes não estão presentes na classe baixa: tempo e dinheiro, bastante tempo de dedicação e dinheiro para bancar os materiais de alto custo. E quando se limita as diversidades de vivências de quem pratica a profissão consequentemente limita-se as perspectivas de ação, as possibilidades de mudança e coincide com a manutenção de modelos ultrapassados.

A partir do contexto apresentado foi possível perceber a origem e evolução das favelas no Rio de Janeiro, e chega-se à conclusão de que a segregação é além de tudo uma decisão política, porque a favela seria menos cidade que o todo? A justificativa geralmente vem sobre a legalidade da terra, da apropriação indevida do território, mas desde quando a apropriação de terras no Brasil foi feita a partir de meios legais? As cidades brasileiras historicamente sempre foram formadas a partir da apropriação e ocupação dos territórios por estrangeiros. Então a questão não é espacial e sim social, de quem pode ou não ocupar a cidade, quem terá ou não condições de viver dignamente e como o poder político lida com essas diferenças.

Houve com o passar dos anos uma evolução no pensamento que passou de aniquilação das favelas, para a inclusão, para urbanização dessa parcela negligenciada da cidade e assim sua integração. Mas pode-se perceber com a experiência do Morar Carioca que ainda é um pensamento frágil na sua execução, pois assim que há qualquer outra prioridade – no caso, os jogos olímpicos – a lógica de intervenção volta a ser de remoção e exclusão.

O último capítulo busca perceber melhor então qual é o papel do arquiteto nesse cenário. Para quem e para que os profissionais trabalham. Como que ampliar a ideia de arquitetura para ampliar suas metodologias de ação. Até porque a origem da questão passa pelo básico de que apesar de não serem arquitetos a construir a favela, é arquitetura que ali existe, o popular, o vernáculo, a experienciarão empírica são fundamentos aprendidos apenas na prática, visto que também é pouco comum abrir espaço na Escola de Arquitetura para o que está fora dos padrões estabelecidos pelos ‘grandes nomes’ muitos anos atrás. Além do mais, o arquiteto é construído majoritariamente a partir de uma formação com base em exercícios teóricos, distantes da realidade.

Para isso, estruturará a conclusão a partir de experiências de arquitetos em favelas, a partir das perspectivas dos profissionais, além disso, serão apresentadas metodologias de trabalho que protagonizam as pessoas e suas vivências. Ou seja, a prática da arquitetura de maneira democrática e participativa, no qual o arquiteto é uma ferramenta social. Uma observação a se acrescentar, nem toda ação que se declara participativa é na realidade, além de que não basta ter a ‘participação’ dos utentes se eles não têm voz no projeto, ou seja, é importante analisar as metodologias de forma crítica e realista. A partir de ações como o de Sérgio Ferro nos mutirões auto-gestionados, vamos perceber as metodologias que melhor se adequam em intervenções urbanas em territórios marginalizados. Quem faz os projetos não autorias nas cidades invisíveis.

## **4.2 Princípios do ensino do ofício no Brasil**

Se faz necessária uma breve introdução até as origens da produção e desenvolvimento do ofício de arquiteto para trazer um olhar atento ao assunto e com isso talvez se aproximar de respostas as questões colocadas no início desse estudo. Como se institui as relações entre arquitetos e a esfera da arquitetura popular brasileira? E mais precisamente, a partir dessas relações - ou da ausência dessas - como é a prática do ofício de arquitetura em intervenções urbanas nas favelas?

Ao início do estudo julgava ser mais simples encontrar relações diretas entre ofício e a prática popular, mas como nota-se no decorrer da exposição, os elos entre arquitetos e a favela especificamente estiveram sempre conectados por intermédio dos poderes públicos. E o poder público no Brasil por sua vez desde os primórdios até os dias atuais se baseia em

políticas de segregação, antes de forma mais explícita e atualmente maquiada atrás de iniciativas de ‘inclusão’. Tais intervenções que estão longe de diminuir as diferenças entre as extremidades da estrutura social a partir de ações espaciais na cidade, pois quando o poder público se fez presente nesses territórios, esteve majoritariamente disposto a defender seus próprios interesses políticos e surpreendentemente, a perpetuação da pobreza e desigualdade ainda é uma convicção para a manutenção do poder.

Dito isso, recorre-se brevemente à história do ofício da arquitetura no Brasil que esteve predominantemente reservado às elites, não é preciso se aprofundar muito para entender que, assim como no resto do mundo, o fazer arquitetura esteve tradicionalmente atrelado ao ‘valor’ que uma pequena parcela da sociedade possuiria. A arquitetura e urbanismo esteve por muito tempo limitada a suprir as demandas da burguesia – ao colocar assim parece que é uma questão superada, mas veremos ainda que há muito caminho para percorrer para considerar a arquitetura uma competência acessível.

A história da arquitetura no Brasil pode se considerar dicotômica, há o lado de quem planeja e para quem se planeja, e o lado de quem constrói. Para sintetizar: basicamente o Brasil se construiu a partir de mão de obra de negros escravizados e, após a abolição, a partir da mão de obra de negros livres que na maioria das vezes moravam em favelas ou em assentamentos informais – aqui aplicando-se o recorte territorial da cidade objeto de estudo, o Rio de Janeiro. Ou seja, apesar da prática da arquitetura estar atrelada ao status social ‘elevado’, quem realmente construiu a maioria das ‘grandes obras’ arquitetônicas são invisibilizados e a eles se reserva a moradia nos locais ‘indesejados’.

Os primórdios do ensino de arquitetura no Brasil contam com a criação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios em 1816 no Rio de Janeiro<sup>40</sup>, que posteriormente se transforma na Escola Nacional de Belas Artes. A Escola possuía referências nos modelos europeus tanto na arquitetura de seu edifício, quanto no ensino da disciplina, particularmente o modelo francês de ‘Belas Artes’. Como na época o arquiteto era considerado um artista, faz sentido a aproximação com outras competências artísticas (Baratto, 2016). Como pode-se notar na Figura 55, o edifício inaugurado no início do séc. XX no centro do Rio de Janeiro para abrigar a Escola (atualmente Museu de Belas Artes) é construído em um estilo eclético, com inspirações da fachada principal no Museu do Louvre.

---

<sup>40</sup> A cidade do Rio de Janeiro, como capital do Império, foi a primeira no país a possuir o curso de arquitetura.

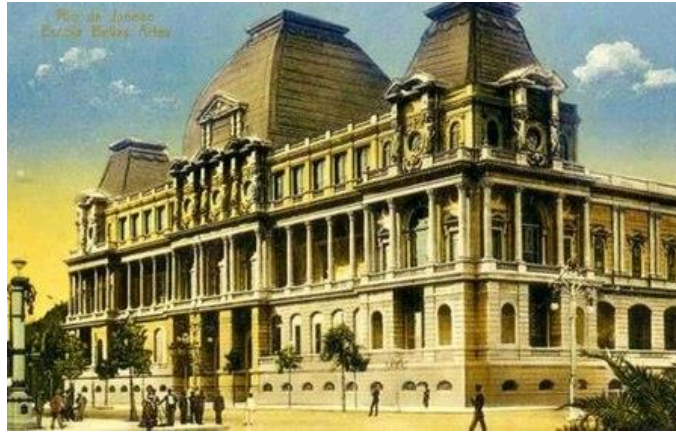


Figura 55 Escola Nacional de Belas Artes (1910)

A desvinculação do curso de arquitetura com a Escola de Belas Artes acontece apenas em 1945. O curso de urbanismo se origina em 1935, também no Rio de Janeiro, mas com a ditadura do Estado Novo, comandada por Getúlio Vargas, a universidade é encerrada em 1939 e o curso de urbanismo só volta a ter destaque na Reforma do Ensino Superior, em 1969, na qual há a unificação do curso de arquitetura e urbanismo, como é até os dias atuais (Baratto, 2016).

É importante dar destaque a essa unificação do curso de arquitetura ao urbanismo no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. É época que havia um debate internacional que refletia também no território brasileiro, no qual as discussões dentro das escolas e fóruns de arquitetura se atrelavam às ideologias revolucionárias da contracultura, destaca-se principalmente às críticas aos modelos e dogmas modernos que intensificavam em seus discursos as diferenças entre o ‘popular’ e o ‘erudito’, sobre o que deve ser considerado arquitetura e o que é construção, e aos modelos de cidade planejada ‘ideal’ reproduzidos pelos modernistas. Havia nessa época a esperança de uma aproximação cada vez mais relevante entre a cultura popular e os intelectuais e artistas. A autora Pullez (2007) reitera em seu texto que a reflexão dos arquitetos na época abarcava uma miscelânea de questões complexas que estavam sendo discutidas também em outras áreas de atuação.

Os fatores estéticos e simbólicos somados às implicações socioeconômicas e à função prática inerentes ao objeto arquitetônico desde sempre condenaram os arquitetos de esquerda a refletir sobre a própria prática a partir de um mix de questões altamente complexas envolvendo tecnologia, finanças, especulação imobiliária, planejamento, mas também luta de classes, arte, utopia etc. Daí que as reflexões acerca do movimento moderno e suas promessas (e insuficiências) tenham sido tão presentes entre esses arquitetos durante os anos 1960 e 70, dada a magnitude da aposta empreendida, com seus conteúdos emancipatórios. (p. 34)

A esperança em uma produção de conhecimento acadêmico que bebe da cultura popular contextualizada e com responsabilidade social reverte em informação e ação em benefício para o povo. O pensamento que acabara de iniciar a ação praticamente se vê

inviabilizado a partir do período da ditadura militar (1964-1985) e da ideologia do desenvolvimentismo no Brasil. Até um dos arquitetos mais críticos ao regime militar, nomeadamente Vilanova Artigas, politicamente ativo pelo PCB, inicialmente se recusou a perder as esperanças e acreditou que os arquitetos ainda poderiam participar do desenvolvimento do país dentro de um regime anti-democrático e poderiam revolucionar a partir da prática profissional e não da militância. Acaba que não foi nenhum, nem o outro, não havia espaço para nenhuma prática que se opusesse ao governo, nem que essa tomasse forma no desenho arquitetônico, nessa época ao ofício de arquiteto não se reservava espaço para debate político e social.

#### **4.2.1 Arquitetura Nova**

Apesar de um contexto pouco favorável para mudanças de paradigmas, alguns arquitetos buscavam trazer novas percepções para a arquitetura popular brasileira. Rodrigo Lefèvre, Flávio Império e Sérgio Ferro, professores da FAU, desejavam a partir dos conceitos da Arquitetura Nova trazer mudanças radicais no sistema de produção da construção civil, muito além de impor formas de fazer arquitetura, os arquitetos buscavam base na experiência empírica da autoconstrução e soluções encontradas nos poucos recursos disponíveis para trazer novas alternativas construtivas.

O termo ‘Arquitetura Nova’ aparece pela primeira vez no artigo de 1967 de autoria de Sérgio Ferro, se baseia na busca por transformações na prática profissional, para tal era desejado introduzir técnicas populares no ensino de arquitetura, pois acreditavam que apenas ao “utilizar-se do saber fazer do operário – autóctone, popular, não especializado” que criariam condições tanto para que tal conhecimento fosse colocado em prática de forma segura e racionalizada por profissionais quanto para assegurar a participação do utente (Pulhez, 2007). Sergio Ferro defendia principalmente a “revolução no canteiro de obra”, buscava combater a desvalorização e exploração do trabalho humano usual na construção civil, e fazia críticas veementes a organização do trabalho no canteiro de obras, acreditava que a partir da industrialização e mecanização, além do uso de diferentes sistemas construtivos e materiais, poderia diminuir a exploração do trabalhador, além de efetivar melhor a obra. Infelizmente o movimento perdeu muita força com a opressão da ditadura e poucas obras puderam testar esse modelo.

Em outras palavras, para Ferro seria preciso mudar a máquina da construção civil para que se tenha mais desenvolvimento, só que mão de obra barata e não especializada é mais lucrativa que uma obra mecanizada, sendo assim vemos poucas mudanças no modo de construir no Brasil até os dias atuais, apesar do grande salto da tecnologia de 50 anos para cá.

### **4.3 O debate político como pilar do ofício**

Para entender a evolução da participação de arquitetos em intervenções em favelas, é impossível dissociar sua atuação do cenário político do país. Como já mencionado, os movimentos e mobilização popular pelo direito a moradia nos anos 1980 e 1990 foram muito importantes para que os arquitetos também extrapolassem esses debates do campo teórico e acadêmico e fossem para a ação. Isso se deu tanto na presença mais efetiva nas administrações públicas no âmbito das reformas urbanas ou de forma autônoma e, por vezes, voluntária em assessorias técnicas de auxílio aos movimentos de moradia.

A questão é que muitas vezes a ação de arquitetos em urbanização de favelas está intimamente atrelado ao ativismo político e militância, apesar da assistência técnica ser um serviço essencial e necessário, formalizado na legislação como direito de acesso por todos. A lei nº 11.888 de 2008 assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita de arquitetos e urbanistas para projeto de habitação, a lei complementa o direito social de moradia digna previsto na Constituição Federal de 1988. A atuação de profissionais se daria a partir de parcerias com poder público, e custeados por recursos de fundos da federação direcionados a habitação de interesse social, infelizmente apesar da lei ter sido formalizada a cerca de 15 anos, não foi sistematizada de uma forma efetiva e até hoje é desafiador para pessoas de baixa renda poder usufruir de assessorias técnicas de forma gratuita, a maioria nem reconhece ter esse direito. Isso se reflete em números, de acordo com a pesquisa de 2015 realizada pelo CAU junto ao DataFolha, dentre as pessoas que já construíram e reformaram, cerca de 85% fizeram de forma autônoma ou com a contratação de pedreiros e mão de obra não especializada, apenas 15% utilizaram dos serviços de arquitetos ou engenheiros (CAU/BR, 2015), como demonstra o infográfico abaixo.

Ainda de acordo com a pesquisa, a maior parte das pessoas que usufruíram de serviços especializados são das classes média/alta e alta, como era de se esperar. Volta-se então ao questionamento, para quem e onde os arquitetos estão atuando? Apesar de arquitetos e urbanistas possuírem normalmente uma visão conveniente e complacente da atuação da categoria e sua importância na sociedade, vale ressaltar a urgência de uma autocritica para entender como que arquitetos realmente estão desempenhando sua função social.

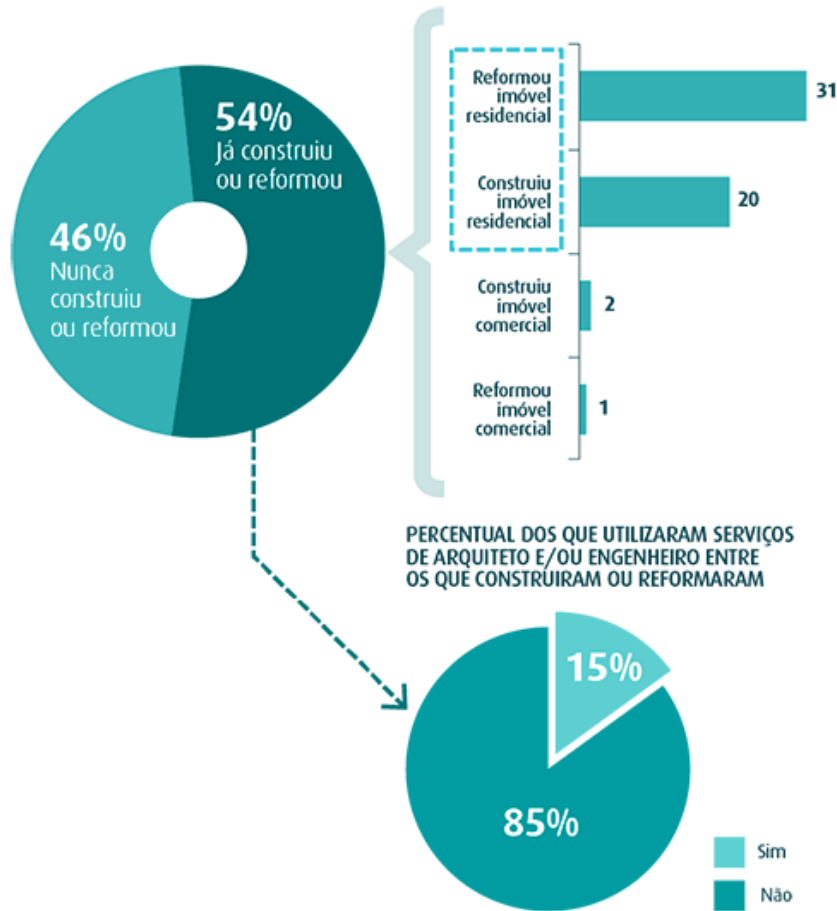


Figura 56 Resultados da pesquisa “Como o brasileiro constrói”. (CAU/BR, 2015)

#### 4.3.1 Atuação militante e ativista em urbanização de favelas

Dentro das atuações de arquitetos e urbanistas em urbanização de favelas nota-se a recorrência de dos termos ativismo e militância. Ao explorar o significado dos termos, nota-se que são sinônimos e definem a busca pela transformação da sociedade através da ação, a partir da defesa de uma causa há a participação ativa a favor de um ideal político ou social. Nota-se então que muitas vezes as ações de arquitetos em favelas são resposta à um anseio particular de mudança da sociedade a partir do ofício.

Diferente de outras obras urbanas e arquitetônicas, as ações de arquitetos nesses territórios são pouco documentadas na literatura acadêmica de forma geral, ainda mais quando há conexões com um viés político social. As arquitetas Lara Ferreira e Karina Leitão produziram um trabalho singular ao “recuperar historicamente a atuação engajada em favelas” e contribuir para fomentar o debate a partir de exemplos práticos de arquitetos em campo (Ferreira & Leitão, 2019).

Como metodologia de pesquisa as autoras foram além da análise de desenhos e propostas, pois a ação dos arquitetos nesses projetos ultrapassa a formalização em desenho, foram feitas então entrevistas e análises de atuações diversas em contextos similares, para

chegar na identificação e classificação de alguns métodos de ação com resultados positivos. Lembra-se que as práticas não são compostas por uma única forma de atuação, ou seja, se complementam, a identificação das práticas é mais um método conceitual de compreender as diversas práticas e metodologias de arquitetos nas intervenções urbanas em territórios vulneráveis e assentamentos informais. Apresenta-se a seguir algumas conclusões a partir da síntese dos exemplos de boas práticas.

É consenso na ciência que quanto melhor conhecer o objeto de estudo, melhor podem ser os resultados, e na práxis arquitetônica não seria diferente. Conhecer e reconhecer a favela de forma íntima e particular, a partir da *imersão* do arquiteto, a fim de estabelecer relações intrínsecas com o território e as pessoas que ali habitam a partir de vivências cotidianas e presença ativa do profissional, faz com que as demandas dos moradores sejam mais bem compreendidas pela equipe técnica. Isso se dá com tempo de médio a longo prazo, como a atuação de Manoel Ribeiro na favela da Serrinha (Rio de Janeiro) a partir da viabilização da primeira fase do Favela-Bairro, a atuação da equipe técnica nesse projeto durou cerca de 6 anos. Ou seja, para viabilizar essa forma de atuação é necessário entender que os cronogramas precisam ser flexíveis e prazos extensos, e que apesar de refletir em um tempo maior para se perceber os resultados, tem como consequência a sustentabilidade das ações executadas.

A abordagem de pesquisa e análise imersiva geralmente se mostra mais sensível e consciente, normalmente resulta em representações e propostas que colocam o utente como protagonista de seu próprio habitar e respeitam sua identidade e cultura. Ações realmente preocupadas com o ‘público-alvo’ e com território originam-se de abordagens mais horizontais e menos hierárquicas, no qual o arquiteto se dissocia do desenho autoral e inovador para se adequar a realidade. A arquiteta Vera Tângari utiliza do termo ‘*mão leve*’ para sintetizar a atuação de arquitetos, como ela, que reproduzem essa sensibilidade no desenho e na sua práxis.

A fim de obter melhores resultados a partir da *imersão* é preciso ter a consciência que o exercício se faz de maneira multidisciplinar. O estudo antropológico das comunidades, por exemplo, se mostra essencial pois resulta em análises sensíveis que vão além de questões físico-espaciais e compreendem a cultura e identidade das pessoas que ali habitam e como isso se espelha na arquitetura do território. Um exemplo prático é a atuação de Carlos Nelson, conhecido como “*antropoteto*” – a união de arquiteto com antropólogo – que defende como a aproximação das disciplinas influencia positivamente nas propostas de projeto.

Além disso, com a multidisciplinaridade de atuações, que envolvem diversos profissionais com perspectivas diferentes, quase que obriga ao arquiteto quando coordenador de equipe, a fazer um papel de *mediador*. Tanto nas relações interpessoais

dentro da equipe técnica, quanto as relações entre a equipe e os moradores e talvez o mais desafiador, se colocar na posição de intermédio entre o poder público e a população. Sempre em busca de encontrar o equilíbrio entre demandas e interesses, e alcançar soluções que se adequem a restrição de recursos de modo a se aproximar ao máximo de sanar as necessidades dos moradores.

Além do papel de mediador, no qual qualidades como adaptação e flexibilidade são bem quistas, o arquiteto na execução das obras precisa saber lidar com imprevistos e dar respostas às problemáticas não no desenho mais sim no canteiro de obras. Como afirma o arquiteto Milton Nakamura em entrevista concedida à autora Lara Ferreira, era comum nas intervenções dos anos 1980 e 1990 por vezes nem existir projeto prévio - muito diferente da experiência do PROAP que até lançou concurso de ideias. O arquiteto relembra a experiência do Programa de Urbanização de Favelas de Diadema (São Paulo) que durou de 1983 a 1996, onde os arquitetos tomavam as decisões junto aos moradores e trabalhadores no canteiro de obras mesmo, projetando e desenhando concomitantemente com a evolução da obra

Outro ponto que é importante ressaltar que um dos maiores desafios da urbanização de favelas é a tentativa de propor projetos que abarcam do todo ao particular, sem cair na universalização do projeto que reflita em abordagens pasteurizadas e modelos que se repetem sem necessariamente se adequarem ao contexto. Como foi exposto anteriormente, as primeiras intervenções em favelas nos anos 1980 e 1990 se deram de forma mais pontual, antes do Favela-Bairro as ações eram mais desconectadas e pontuais. A partir do desenvolvimento da urbanização nesses territórios, abriu-se espaço para reivindicações e demandas mais complexas e globalizantes, o que é positivo a partir do momento em que essas demandas são consideradas e resultem em novas propostas de intervenção. É relevante dar importância para o particular, para o levantamento específico, pois essas informações fundamentam a análise territorial global.

#### **4.3.2 Reflexões sobre prática participativa**

Uma das práticas que surgem mais recorrentemente em textos sobre a intervenção em favelas é a prática participativa. É importante dar uma atenção a mais nesse tópico, pois muitas vezes esbarra-se no 'mito' da participação. Algo que é comum nos programas que foram aqui apresentados é a importância dada a 'participação' da população no processo, como uma exigência técnica, exigência vinda desde os editais de inscrição dos escritórios de arquitetura até os relatórios de processo de projeto destinados à prefeitura. A participação é enfatizada principalmente na propaganda dos programas, como meio de trazer uma imagem inclusiva para a iniciativa. Isso por si só não parece um problema, não há dúvidas

que a participação dos moradores é essencial tanto para elaboração dos projetos, quanto para sustentabilidade das intervenções após a execução das obras.

Porém a questão é que, assim como vimos nas práticas do PROAP, primeiramente a participação já se dá após as propostas de projeto terem sido desenvolvidas a partir do concurso, entende-se que são de início propostas conceituais, que sofreriam com adaptações ao longo do processo dos programas, mas já é possível questionar até que ponto as opiniões e demandas dos moradores estavam sendo levadas em conta. Posteriormente a participação se daria por meio de reuniões e workshops dentro de um cronograma que inicialmente estava alinhado com a programação do projeto, porém que não necessariamente foi adaptado conforme as intercorrências que são comuns de acontecer dentro de cronograma de execução de projeto e dessa forma os encontros se tornaram desconexos com a realidade das obras. Além do mais se questiona até que ponto esse modelo de participação não seria ligado diretamente a um teor populista a partir da promoção de ideia - não da prática - de uma cidadania ativa e exercício da democracia.

A partir de relatos de arquitetos envolvidos em projetos similares de urbanização, afirma-se que a prefeitura – representada por seus agentes – recorrentemente se posicionava como o ‘cliente’ já que era a contratante e era ela que estava financiando os projetos e assim seriam os interesses dela que os arquitetos deveriam suprimir, não as vontades da população. Resultando assim até em embates e desgastes nas relações entre as equipes contratadas e agentes públicos, assim como nas relações entre os arquitetos e os moradores, que ficam descrentes com a representatividade e a possibilidade de uma conversa horizontal - como uma proposta participativa sugeriria - uma vez que apesar de discutirem os projetos junto dos técnicos, não viam o projeto aprovado por eles em execução, já que havia modificações feitas pela prefeitura.

#### **4.3.3 Demandas sociais x interesses políticos**

Não há registros de intervenções em favelas, seja de obras mais pontuais ou mais amplas de urbanização, em que escritórios de arquitetura e urbanismo, assessorias técnicas ou mesmo ONGs de arquitetos, não sejam diretas ou indiretamente contratados pelos órgãos públicos. Com exceção às obras particulares em moradias, o que também é raro e normalmente se dá na forma de voluntariado, que também não deixa de ser um desafio quando feito autonomamente, devido a os obstáculos existentes para captação de recursos para as obras em favelas. Ou seja, resta aos arquitetos a posição malquista de intermediário entre um poder público negligente e pouco interessado em grandes transformações e uma população descrente após décadas de promessas não cumpridas. Por vezes a ponte entre a comunidade e a equipe técnica é feita pelos assistentes sociais, distanciando ainda mais os arquitetos – que se resguardam a posição de projetista – dos utentes.

A problemática dos desencontros entre necessidades e interesses nos grupos diferentes envolvidos na urbanização já era debatida nos anos 1970 por Christopher Alexander, arquiteto estadunidense, que além de defender o projeto participativo, defendia a ideia de ‘cidade vernácula’ desenvolvida de forma orgânica, não planejada. A gravura a seguir, de sua autoria, sintetiza de forma cômica as diferenças entre a demanda do usuário e as várias perspectivas dos envolvidos na obra.

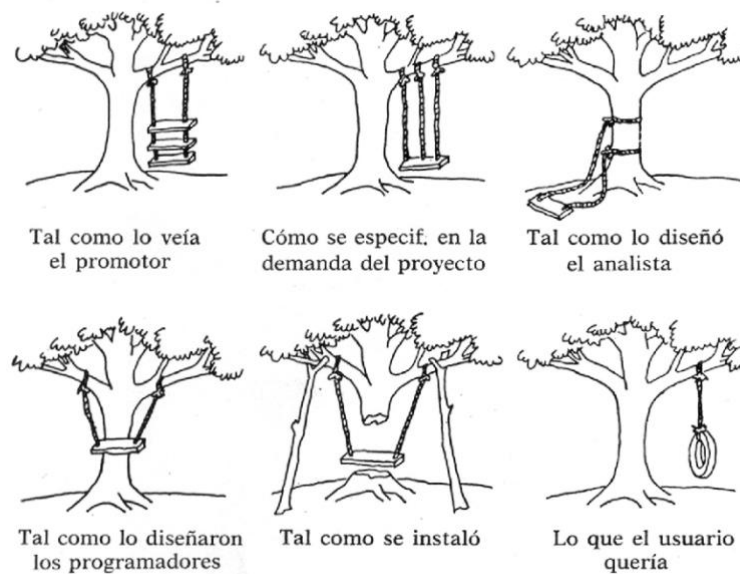


Figura 57 Gravura que apresenta de forma cômica as diferentes perspectivas de projeto (Alexander, 1965)

Para entender melhor essas relações, é necessário abordar os interesses dos governos no âmbito da urbanização. Alguns autores, como Pullhez (2007), destacam que as diretrizes principais dos governos nos programas se concentram na instalação de infraestruturas básicas, principalmente o saneamento básico já que é um direito social mínimo. É realmente uma questão urgente e que deve ser trabalhada, porém é preciso ir além da urbanização mínima. A escassa urbanização promovida pelos governos basicamente endossa condições habitacionais precárias e insalubres, existem poucos programas que visam oferecer alternativas habitacionais, por exemplo.

Uma das justificativas do governo para essa atuação é que ao proporcionar a regularização fundiária, ou seja, disponibilizar a posse da moradia aos indivíduos, esses assumem a responsabilidade por aprimorar suas residências, como se simplesmente conceder a posse fosse o suficiente e que a falta de melhoria particulares das casas não fosse uma consequência da falta de recursos do sujeito. Conclui-se que ainda há um longo caminho a percorrer para ultrapassar a ‘intervenção mínima’ e atingir a urbanização desses territórios.

Por vezes nota-se que há um apelo conceitual e até subjetivo na intervenção mínima, pois também o extremo esbarra na ideia de ações forçadas e imposição de atuação ou até na remoção compulsória. Mas por outro lado o discurso de permanência e ‘respeito’ às arquiteturas populares pode ser perigoso quando se transforma em uma justificativa para preservar os vínculos e reter indivíduos em condições habitacionais precárias. O ponto crucial é que as pessoas não desejam ser compelidas a abandonarem seu local de origem e sua comunidade, no entanto, em algumas situações, caso uma alternativa habitacional digna em outra localidade seja oferecida, é possível que seja aceita.

Até porque as pessoas carregam consigo referências arquitetônicas de como seria uma moradia ‘ideal’ e asseiam pelos arquétipos costumeiros – lembrando-se que existem muitos trabalhadores da construção civil que moram em favelas e assim tem conhecimento de modelos arquitetônicos padrões – essas referências normalmente refletem um modelo formalizado de cidade e de arquitetura cristalizado em suas concepções. As pessoas não necessariamente querem ser ‘criativas’ e ‘inovadoras’ nas alternativas que encontram para construir com poucos recursos, como por vezes romantizado, as pessoas querem moradia de qualidade e dentro dos padrões que chegam a elas pelos meios de comunicação, pois é uma forma de se sentirem integrados à cidade.

#### **4.4 Considerações Finais**

Neste estudo, explorou-se a complexa jornada da urbanização das favelas no Brasil, e as influências que a prática profissional da arquitetura edifica nesses territórios. É sabido que processo de favelização dos grandes centros urbanos no Brasil é um reflexo das profundas desigualdades sociais e econômicas presentes no país. E que transformações de pensamento na contemporaneidade sobre como intervir em territórios vulnerabilizados têm trazido resultados assertivos em comparação ao passado.

A pesquisa objetivou perceber como se instituem as relações entre arquitetos e os espaços construídos a partir da informalidade. A partir dessa questão central buscou-se entender como os arquitetos realizam intervenções urbanas em favelas e, com base em exemplos positivos, identificar maneiras de promover a prática da arquitetura de forma empática, consciente e inclusiva em áreas vulneráveis.

Uma das conclusões é que apesar de se perceber a importância de profissionais de arquitetura em intervenções urbanas nesses locais, historicamente os arquitetos não se encontravam presentes nas favelas. Até os dias de hoje a realidade é que a prática profissional de arquitetura no Brasil apesar de ter criado mais relações e estar cada vez mais presente em urbanização de favelas, essa presença ainda não é frequente ou até comum para essas populações, trazendo desafios na criação de relações e elos com os profissionais.

Mesmo quando existem as oportunidades de conversa e criação conjunta de propostas de intervenção, há uma grande possibilidade de a execução se distanciar dos acordos entre utentes e arquitetos por intervenção dos interesses do poder público.

Todavia, ao longo do estudo, foi possível observar uma mudança gradual nas políticas públicas e nas abordagens governamentais em relação às favelas. Inicialmente, prevaleceu uma visão de remoção e erradicação, que muitas vezes resultou em deslocamentos forçados e na perpetuação das condições precárias de vida. No entanto, essa abordagem evoluiu para incluir programas de regularização fundiária, melhorias na infraestrutura e acesso a serviços básicos, como é o caso do Favela-Bairro. Apesar dos resultados pouco favoráveis anos depois, ainda é um programa relevante como uma das primeiras experiências de urbanização abrangente e serviu de base e inspiração para outras intervenções no país e no mundo, e quanto mais práticas forem colocadas em ação, melhor para a construção do conhecimento sobre o assunto. Infelizmente, pode-se notar que a política de integração é ainda frágil, como vimos na experiência do Morar Carioca, a partir do momento que a permanência dos moradores de favela foi vista como um problema para a evolução das obras da Vila Olímpica, a decisão imediata foi da remoção compulsória. O governo demonstra com essas ações quais suas prioridades.

Nota-se que as relações entre profissionais e instituições representam um desafio adicional a ser enfrentado, uma vez que frequentemente ocorre falta de alinhamento entre concepções e ações. A participação de arquitetos nas favelas continua predominantemente vinculada e dependente de programas governamentais.

Ainda há muito a ser feito para alcançar a urbanização das favelas no Brasil. É fundamental que o governo continue a investir em políticas públicas e também profissionais engajados exerçam o seu papel social. É necessário estimular mais ainda o debate e a ação sobre essas questões que tão urgentes tanto dentro das Escolas de Arquitetura quanto nos círculos de arquitetos e urbanistas aptos a exercer a profissão. Além disso, é importante que haja uma abordagem holística e multidisciplinar que leve em consideração as dimensões econômicas, sociais e culturais das favelas.

A urbanização das favelas não é apenas uma questão de desenvolvimento urbano, mas também uma questão de justiça social e direitos humanos, além do direito à cidade. É um processo contínuo que exige recursos financeiros, planejamento cuidadoso e comprometimento a longo prazo. Além disso, é fundamental abordar questões mais amplas, como a desigualdade social, o acesso à educação e oportunidades de emprego, para garantir que a urbanização seja sustentável. À medida que o Brasil avança em direção a uma sociedade mais justa e igualitária, a urbanização das favelas desempenhará um papel crucial nessa jornada.

Em última análise, este estudo destaca a importância de continuar a pesquisa e o diálogo sobre a intervenção urbana em favelas do Rio de Janeiro e do Brasil não apenas por parte de arquitetos e urbanistas, mas sim por todas as áreas profissionais que se envolvem e participam de intervenções em territórios vulnerabilizados como as favelas. Somente por meio de uma compreensão mais profunda e de esforços contínuos pode-se alcançar uma transformação significativa nas condições de vida das comunidades das favelas e construir cidades mais justas e inclusivas.

## Bibliografia

- (1942). *Esboço do Modelo do Parque Proletário Provisório da Gávea*. Acervo Agência Nacional/Arquivo Nacional.
- (1943). *Visita do presidente Getúlio Vargas ao Parque Proletário da Gávea*. Acervo Agência Nacional/Arquivo Nacional .
- (1954). *Parque Proletário da Gávea*. Arquivo Público do Estado de São Paulo.
- (1959). *Cidade Livre, primeiro dos assentamentos operários*. Arquivo Público do DF, Brasília.
- (1995) *Mapa das Intervenções do Programa Favela-Bairro*. Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro
- (2013). *Logotipo do Programa Morar Carioca*. Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- (2015). *Bairro Carioca do Minha Casa Minha Vida no Rio*. Portal de Notícias do G1/Globo.
- Abreu, M. (1994). Reconstruindo uma história esquecida: Origem e expansão inicial das favelas do Rio. *Espaços e Debates*, 14, pp. 34-46.
- Alexander, C. (1965). A City is Not a Tree. *Architectural Forum*.
- Amaral, B. (2021). Da Crítica do Canteiro à Autogestão: Sérgio Ferro, Usina e os mutirões autogeridos em São Paulo, Brasil. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, 55 (114), pp. 141-155.
- Antônio, L., & Magalhães, O. (1953). Barracão de Zinco [Gravado por E. Cardoso].
- Arantes, P. F. (2002). *Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões*. . São Paulo: Editora 34.
- Arantes, P. F. (2006). *Sérgio Ferro, Arquitetura e Trabalho Livre - Coleção Face Norte* (Vol. vol. 09). São Paulo: Cosac Naify.
- Azevedo, A. d. (1890). *O Cortiço*. Rio de Janeiro, Brasil: F. Briguiet.
- Brasileiro, A., & Duarte, C. R. (2015). O Favela-Bairro no Rio de Janeiro, início dos anos 90: o contexto de uma política habitacional municipal, os espaços de uso comunitário e a integração das favelas à cidade. Em I. Dickmann, & I. Dickmann, *A Questão da Habitação Popular* (Vols. p.79-97). Curitiba: Base Editorial.
- Brum, M. S. (2012). Ditadura civil-militar e favelas: estigma e restrições ao debate sobre a cidade (1969-1973). *Cadernos Metrópole*, 14(28), pp. 357-379.
- Buarque, C. (1970). Apesar de Você [Gravado por C. Buarque].
- Cardoso, A., & Denaldi, R. (2018). *Urbanização de Favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC*. Rio de Janeiro : Letra Capital .
- Carlos, J. (1984). *Protesto do movimento "Diretas Já"*.

- Cavalcante, A. L. (2016). *Morar Carioca: Do Sonho a Realidade: Os primeiros anos do Programa Carioca de Integração de Assentamentos Precários Informais*. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil: Universidade Federal Fluminense.
- Cidinho, & Doca (1995). *Rap da Felicidade* [Gravado por Cidinho, & Doca]. Rio de Janeiro.
- Conti, A. (2006). Favela: Análise crítico-propositiva das abordagens existentes. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, 13(14), pp. 31-51.
- Corrêa, E. d., & Cavallazzi, R. L. (2020). Entre a Promessa de Futuro e o Presente de Retrocessos: O legado de desconstrução do Programa Morar Carioca no Rio de Janeiro. *Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo. XII*. São Paulo: UFRJ.
- Costa, L. (1956). *Plano Piloto de Brasília*. Arquivo Público do Distrito Federal/Fundo Novacap.
- Duarte, N. F., & Gomes, C. d. (2020). A Favela Brasileira e o Gueto Sul-africano: a arquitetura da exclusão como forma de manifestação da identidade e da resistência em contextos pós-coloniais. *Sophia: Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica, Ano VI, Volume VI*, pp. 269-287.
- Duren, N. L., & Osório, R. (2020). *Favela-Bairro: 10 anos depois*. Banco Internacional de Desenvolvimento. Biblioteca Felipe Herrera.
- Farkas, T. (1960). *Foto Congresso Nacional*. Acervo do Instituto Moreira Salles, Brasília.
- Fé, V. S. (2021). *Castelo de Um Quarto Só* [Gravado por R. d. Rocinha].
- Felipe Hernández, P. K. (2009). *Rethinking the Informal City: Critical Perspectives from Latin America*. Berghahn Books.
- Ferreira, L. I. (2017). *Arquitetos militantes em urbanização de favelas: uma exploração a partir de casos de São Paulo e do Rio de Janeiro*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- Ferreira, L., & Leitão, K. (2019). Militância na urbanização de favelas: em busca de uma conceituação. *Oculum Ensaio*, 16(2), pp. 235-255.
- Ferrez, M. (1909). *Foto Avenida Central*.
- Gonçalves, R. (2016). *Favelas do Rio de Janeiro: História e direito*. Rio de Janeiro: Pallas Editora.
- Gonçalves, R., & Amoroso, M. (2014). Olpe militar e remoções das favelas cariocas: revisitando um passado ainda atual. *Acervo*, 27(1), pp. 209-226.
- Jacques, P. B. (2001). *Estética da Ginga: A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro: Editora Cada da Palavra/ RIOARTE.
- Jacques, P. B. (jun de 2001). Estética das favelas. *Arquitextos*, ano 02(n. 013.08).
- Kapp, S. (2012). Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação. *IV Congresso Brasileiro e III Congresso Ibero-Americano Habitação Social: ciência e tecnologia "Inovação e Responsabilidade"*. Florianópolis.

- Kapp, S., Nogueira, P., & Baltazar, A. P. (2009). *Arquiteto Sempre Tem Conceito, Esse É o Problema. IV Seminário Nacional sobre Ensino e Pesquisa em Projeto de Arquitetura - PROJETAR 2009*. São Paulo.
- Magalhães, S., & Conde, L. P. (2021). *Favela-Bairro: Uma outra história da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rio Books.
- Malta, A. (1903). *Demolição dos cortiços*. Arquivo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro .
- Martins, A., Sulaiman, S., Mendes, M., & Mendoza-Arroyo, C. (2019). Risco, resiliência, arquitetura humanitária e incremental housing em favelas: o papel das universidades, dos(as) profissionais de arquitetura, das áreas sociais e das Marias & Marielles. *1º Seminário Científico Latino-Americano*. Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- Martins, R., & Silva, W. (1939). *Favela* [Gravado por C. Galhardo]. Rio de Janeiro, Brasil: Disco RCA Victor.
- Mendes, I. C. (2006). *Programa Favela-Bairro: uma inovação estratégica? Estudo do Programa Favela-Bairro no contexto do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo, São Paulo, Brasil: Universidade de São Paulo.
- Moraes, R. (2016). *Muro com anúncios dos Jogos Olímpicos 2016 esconde favelas*. Portal de Notícias do G1 - Globo.
- Moura, R. (2020). *Teleférico do Complexo do Alemão*. Voz das Comunidades.
- Murray, K., & Gloushenkova, K. (2013). *Trees and Rhizomes*.
- Ostrower, F. (1948). *Capa do livro O Cortiço*. Instituto Fayga Ostrower.
- Pasternak, S. (2006). São Paulo e suas Favelas. *PosFAUUSP*, 19, pp. 176-197.
- Pinto, L. (1969). *Proximidades da desigualdade* . Acervo do jornal Correio da Manhã, Rio de Janeiro .
- Pulhez, M. (2007). *Espaços de favela, fronteiras do ofício: história e experiências contemporâneas de arquitetos em assessorias de urbanização*. São Carlos: Dissertação de Mestrado, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.
- Pulici, A. (2019). *Caderno Resumo PROAP III*. Rio de Janeiro : Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos.
- Ramalho, F. (Diretor). (1978). *O Cortiço* [Filme Cinematográfico]. Fonte: IMDb: [https://m.imdb.com/title/tt0194774/?ref\\_=tt\\_mv\\_close](https://m.imdb.com/title/tt0194774/?ref_=tt_mv_close)
- Rodo, P. d., Bielzin, Borges, & Cabelinho (2023). *Salve a Favela* [Gravado por P. d. Rodo, Bielzin, Borges, & Cabelinho].
- Rodo, P. d., Oliveira, & Mandark (2022). *Talvez* [Gravado por P. d. Rodo].
- Rodrigues, R. I. (2013). Os 'Parques Proletários' e os subúrbios do Rio de Janeiro: aspectos da política governamental para as favelas entre 1930~1960. *IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* , pp. 2-26.

- Rolnik, R. (2016). Jogos Olímpicos e direito à moradia adequada. *Ciência e Cultura*, 68(2), pp. 31-36.
- SAGMACS (1960) Aspectos Humanos da Favela Carioca. *O Estado de S. Paulo*.
- Sant'Anna, M. (2013). Arquitetura Popular: Espaços e saberes. *Políticas Culturais em Revista*, pp. 40-63.
- Santos, C. (1981). *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- Santos, S. S. (2014). *Contexto das Favelas no Rio de Janeiro: Evolução Urbana da Cidade e o Crescimento das Favelas*. Covilhã: Dissertação de Mestrado, Faculdade de Engenharia, Universidade da Beira Interior.
- Silva, M. G. (2019). Algumas considerações sobre a reforma urbana Pereira Passos. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, pp. 1-11.
- Smith, P. (2016). *Cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos 2016*. Getty Images.
- Souza, M. d. (2009). *Monitoramento Programas de Urbanização em Áreas de Baixa Renda*. Secretaria Municipal de Habitação. Rio de Janeiro: Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.
- Valladares, L. d. (2005). *A Invenção da Favela: Do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro, Brasil: Editora FGV.
- Zanaga, F. P. (2020). As práticas higienistas no Rio de Janeiro do início do século XX através das crônicas de Lima Barreto. *Olho d'água*, 12(2).

## Bibliografia digital

(1910) *Escola Nacional de Belas Artes*. Acesso em 23 de agosto de 2023, disponível em: Wikimedia Commons: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Museu\\_Nacional\\_de\\_Belas\\_Artes,\\_1910.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Museu_Nacional_de_Belas_Artes,_1910.jpg)

Alves, J. B. (23 de abril de 2017). *Processo SAAL*. Acesso em 02 de março de 2023, disponível em Abril: <https://www.abrilabril.pt/processo-saal>

Baratto, R. (2016). *200 anos de ensino da arquitetura*. Acesso em 23 de agosto de 2023, disponível em Archdaily: <https://www.archdaily.com.br/br/793358/200-anos-de-ensino-de-arquitetura-no-brasil>

Bardanachvili, R. (2012). *Naquele Tempo... Do cortiço para o Morro da Providência: que história é essa?* Acesso em 02 março de 2023, disponível em Gshow Globo: <https://gshow.globo.com/novelas/lado-a-lado/Fique-por-dentro/naquele-tempo/noticia/2012/10/naquele-tempo-do-cortico-para-o-morro-da-providencia-que-historia-e-essa.html>

Betim, F. (2018). *UPPs, mais uma história de esperança e fracasso na segurança pública do Rio*. Acesso em 18 de junho de 2023, disponível em El País: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/11/politica/1520769227\\_645322.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/11/politica/1520769227_645322.html)

BNDES. (2011). *Programa de Aceleração do Crescimento*. Acesso em 19 de junho de 2023, disponível em BNDES: [https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Hotsites/Relatorio\\_Anuar\\_2011/Capitulos/atuacao\\_institucional/o\\_bndes\\_politicas\\_publicas/pac.html](https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Hotsites/Relatorio_Anuar_2011/Capitulos/atuacao_institucional/o_bndes_politicas_publicas/pac.html)

Bueno, E. (24 de jan de 2018). *A história da primeira favela do Brasil*. Acesso em 02 de março de 2023, disponível em Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=9fx9p-tvDos&t=520s>

CAU/BR. (2015). *Pesquisa Inédita: percepções da sociedade sobre a arquitetura e urbanismo*. Acesso em 16 de agosto de 2023, disponível em <https://caubr.gov.br/pesquisa-caubr-datafolha-revela-visoes-da-sociedade-sobre-arquitetura-e-urbanismo/>

Cavallieri, F. (2007). *Programa Favela-Bairro - 1ª fase*. Acesso em 13 de julho de 2023, disponível em WikiFavelas: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Programa\\_Favela-Bairro\\_-\\_1%C2%AA\\_fase](https://wikifavelas.com.br/index.php/Programa_Favela-Bairro_-_1%C2%AA_fase)

Chelsea, T. (2010). *Padre Miguel: O começo*. Acesso em 22 de julho de 2023, disponível em CE MMSM Mochón: <http://eletivas2010.blogspot.com/2010/11/padre-miguel-o-comeco.html>

Cidades, M. d. (2023). *Áreas de Competência do Ministério das Cidades*. Acesso em 13 junho de 2023, disponível em Gov.br: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/acao-a-informacao/institucional/competencias>

Communities, C. (2014). *Minha Casa Minha Vida-Entidades: Soluções Habitacionais Através de Cooperativas Autogestionadas*. Acesso em 22 de julho de 2023, disponível em RioOnWatch: <https://rioonwatch.org.br/?p=9891>

Cria, R. (2023). *rockcria*. Acesso em 24 de julho de 2023, disponível em Tik Tok: <https://www.tiktok.com/@rockcria>

Cria, R. (5 de Março de 2023). *Pega a visão*. Acesso em 24 de julho de 2023, disponível em Tiktok: [https://www.tiktok.com/@rockcria/video/7228982415312571654?\\_r=1&\\_t=8eMmzAGityN](https://www.tiktok.com/@rockcria/video/7228982415312571654?_r=1&_t=8eMmzAGityN)

Cria, R. (16 de junho de 2023). *Quanto custa uma laje na Favela da Rocinha*. Acesso em 24 de julho de 2023, disponível em Tiktok: [https://www.tiktok.com/@rockcria/video/7245393621795540229?\\_r=1&\\_t=8eMrWGT9odu](https://www.tiktok.com/@rockcria/video/7245393621795540229?_r=1&_t=8eMrWGT9odu)

Cria, R. (10 de fevereiro de 2023). *Vendas de laje: Como funciona, qual preço?* Acesso em 24 de julho de 2023, disponível em Tiktok: [https://www.tiktok.com/@rockcria/video/7198649244457176325?\\_r=1&\\_t=8eMsKtlnq7H](https://www.tiktok.com/@rockcria/video/7198649244457176325?_r=1&_t=8eMsKtlnq7H)

Cruz, A. (2022). *Documentos revelam pagamentos de construtoras à maior milícia do país Leia mais em: <https://veja.abril.com.br/brasil/documentos-revelam-pagamentos-de-construtoras-a-maior-milicia-do-pais>*. Acesso em 18 de junho de 2023, disponível em Veja: <https://veja.abril.com.br/brasil/documentos-revelam-pagamentos-de-construtoras-a-maior-milicia-do-pais>

Delgado, R. (2011). *Meu Nome é Favela* [Gravado por A. Cruz]. 2011.

Dicio. (s.d.). *Dicionário Online de Português*. Acesso em 02 março de 2023, disponível em <https://www.dicio.com.br/>

Dixon, C. (2014). *POUSO: Orientação Urbanística e Social em Favelas do Rio de Janeiro de 1996 a 2008*. Acesso em 07 agosto de 2023, disponível em RioOnWatch: <https://rioonwatch.org.br/?p=11409>

Favelagrafia. (2020). *Projeto Favelagrafia*. Acesso em 24 julho de 2023, disponível em Favelarafia: <https://www.favelagrafia.com.br/2019/>

Federal, G. (2023). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Acesso em 15 junho de 2023, disponível em Planalto.gov : [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

Fiocruz. (2017). *Portal Fiocruz*. Acesso em 03 de março de 2023, disponível em Fundação Oswaldo Cruz: uma instituição a serviço da vida : <https://portal.fiocruz.br/trajetoria-do-medico-dedicado-ciencia>

Fotogracia. (2022). *@afotogracia*. Acesso em 24 de julho de 2023, disponível em Instagram: <https://www.instagram.com/afotogracia/>

Fotogracia. (8 de junho de 2023). *Como é viver na segunda maior favela da América Latina*. Acesso em 24 de julho de 2023, disponível em Tiktok: <https://www.tiktok.com/@fotogracia/video/7242317838076153093>

GENI-UFF. (2019). *Mapa dos Grupos Armados no Rio de Janeiro*. Acesso em 18 de junho de 2023, disponível em GENI: <https://geni.uff.br/2021/03/26/mapa-dos-grupos-armados/>

Ghisleni, C. (2020). *O que é arquitetura vernacular*. Acesso em 08 de setembro de 2023, disponível em Archdaily: <https://www.archdaily.com.br/br/951326/o-que-e-arquitetura-vernacular>

Habitat. (2020). *Déficit habitacional no Brasil – Entenda os números*. Acesso em Junho de 2023, disponível em Habitat para a Humanidade Brasil: <https://habitatbrasil.org.br/deficit-habitacional-brasil/>

IBF, I. B. (2020). *Bioma Cerrado*. Acesso em 02 de março de 2023, disponível em IBFlorestas: <https://www.ibflorestas.org.br/bioma-cerrado>

Juliet, R. (27 de setembro de 2022). *Marca seu amigo arquiteto*. Acesso em 24 de julho de 2023, disponível em Tiktok: [https://www.tiktok.com/@ruanjuliet/video/7148172495382695173?\\_r=1&\\_t=8eMsvzDzM9C](https://www.tiktok.com/@ruanjuliet/video/7148172495382695173?_r=1&_t=8eMsvzDzM9C)

Juliet, R. (2023). *ruanjuliet*. Acesso em 24 de julho de 2023, disponível em Tik Tok: <https://www.tiktok.com/@ruanjuliet>

Juliet, R. (24 de maio de 2023). *Como funciona o saneamento aqui na Rocinha*. Acesso em 24 de julho de 2023, disponível em Tiktok: [https://www.tiktok.com/@ruanjuliet/video/7236869087274536197?\\_r=1&\\_t=8eMpbjhc3EA](https://www.tiktok.com/@ruanjuliet/video/7236869087274536197?_r=1&_t=8eMpbjhc3EA)

Juliet, R. (13 de junho de 2023). *Aqui tem casas de 20 mil e até de 300 mil, vocês sabiam?* Acesso em 24 de julho de 2023, disponível em Tiktok: [https://www.tiktok.com/@ruanjuliet/video/7244289938324327685?\\_r=1&\\_t=8eMpU33APDH](https://www.tiktok.com/@ruanjuliet/video/7244289938324327685?_r=1&_t=8eMpU33APDH)

Juliet, R. (9 de junho de 2022). *Hoje eu vou mostrar a maior área de lazer da favela*. Acesso em 25 de julho de 2023, disponível em Tik Tok: [https://www.tiktok.com/@ruanjuliet/video/7242458403019214085?\\_r=1&\\_t=8eMnWUoWDH9](https://www.tiktok.com/@ruanjuliet/video/7242458403019214085?_r=1&_t=8eMnWUoWDH9)

Juliet, R. (2 de fevereiro de 2023). *Hoje eu vou mostrar o centro desportivo da Rocinha*. Acesso em 25 de julho de 2023, disponível em Tiktok: [https://www.tiktok.com/@ruanjuliet/video/7200871638492024069?\\_r=1&\\_t=8eMoT5hfZQx](https://www.tiktok.com/@ruanjuliet/video/7200871638492024069?_r=1&_t=8eMoT5hfZQx)

Marasciulo, M. (05 de Ago de 2019). O que você precisa saber sobre a Guerra de Canudos. *Rvista Galileu*. Acesso em 02 de março de 2023, disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/sociedade/historia/noticia/2019/08/o-que-voce-precisa-saber-sobre-guerra-de-canudos.ghtml>

Markun, P. (2 de abr. de 2014). *Os arquitetos e a ditadura*. Acesso em 19 de maio de 2023, disponível em CAU/PR: <https://www.caupr.gov.br/?p=9186>

Mendes, D. (2016). *Jogos Olímpicos do Rio: A visão das favelas – 'Porque de legado, eu só vejo repressão'*. Acesso em 16 de julho de 2023, disponível em The Guardian : <https://www.theguardian.com/global-development/2016/aug/02/jogos-olimpicos-do-rio-a-vista-das-favelas-alemao-porque-de-legado-eu-so-vejo-repressa>

Mendes, J. M. (março de 2015). *Ulrich Beck: a imanência do social e a sociedade do risco*. Acesso em 07 de março de 2020, disponível em [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0003-25732015000100012&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732015000100012&lng=pt&tlng=pt).

Miranda, E. (2022). *Áreas dominadas pelas milícias no RJ cresceram 387,2% entre 2006 e 2021*. Acesso em 18 de junho de 2023, disponível em Brasil de Fato: <https://www.brasildefato.com.br/2022/09/13/areas-dominadas-pelas-milicias-no-rj-cresceram-387-2-entre-2006-e-2021>

Moreira, M. (2012). *Ibase lança 'Morar Carioca. Cidadania Ativa'*. Acesso em 08 de agosto de 2023, disponível em IBase: <https://ibase.br/ibase-lanca-morar-carioca-cidadania-ativa/>

Oliveira, L. P. (2011). *Conhecendo o Conjunto Dom Jaime Camara*. Acesso em 22 de julho de 2023, disponível em Dom Jaime Camara: <http://conjuntodomjaimecamara.blogspot.com/>

Osborn, C. (2013). *A História das Urbanizações nas Favelas Parte II: Favela-Bairro (1988-2008)*. Acesso em 13 de julho de 2023, disponível em RioOnWatch: <https://rioonwatch.org.br/?p=5042>

Osborn, C. (2015). *Guetos da Copa do Mundo – Por Dentro da Indústria de Deslocamento do Rio de Janeiro*. Acesso em 16 de junho de 2023, disponível em Rio On Watch: <https://rioonwatch.org.br/?p=11696>

Reis, D. (2010). *Criado o Ministério das Cidades*. Acesso em 10 de junho de 2023, disponível em Cronologia do Urbanismo: <http://cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1395>

Santos, A. (2023). *Entenda por que o MCMV Entidades precisa ganhar espaço no novo programa habitacional do governo*. Acesso em 16 de julho de 2023, disponível em Brasil de Fato: <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/13/entenda-por-que-o-mcmv-entidades-precisa-ganhar-espaco-no-novo-programa-habitacional-do-governo>

Satriano, N. (2020). *Rio tem 3,7 milhões de habitantes em áreas dominadas pelo crime organizado; milícia controla 57% da área da cidade, diz estudo*. Acesso em 18 de junho de 2023, disponível em G1: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/10/19/rio-tem-37-milhoes-de-habitantes-em-areas-dominadas-pelo-crime-organizado-milicia-controla-57percent-da-area-da-cidade-diz-estudo.ghtml>

Simão, M. (s.d.). *Sobre as Favelas Cariocas*. Acesso em 27 de fevereiro de 2023, disponível em WikiFavelas: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Lista\\_de\\_Favelas\\_do\\_Rio\\_de\\_Janeiro](https://wikifavelas.com.br/index.php/Lista_de_Favelas_do_Rio_de_Janeiro)

Tchao, E. (2021). *Construções de prédios irregulares da milícia avançam em Jacarepaguá*. Acesso em 18 de junho de 2023, disponível em G1: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/11/09/construcoes-de-predios-irregulares-avancam-em-jacarepagua.ghtml>

TRAVEL, L. (s.d.). *Rio de Janeiro: Excursão a Pé de Meio Dia na Rocinha*. Acesso em 29 de julho de 2023, disponível em Get Your Guide: <https://www.getyourguide.com.br/rio-de-janeiro-l9/rio-de-janeiro-excursao-a-pe-na-favela-t41613/>